U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM ESTUDOS LITERÁRIOS, CULTURAIS E INTERARTES
[ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS E CULTURAIS]

Mondar-se o novo trigo florecente

As representações de D. Sebastião na obra épica e lírica de Camões: entre príncipe e santo

Ariana Giselle Borges Sanches

M

2024



Ariana Giselle Borges Sanches

Mondar-se o novo trigo florecente
As representações de D. Sebastião na obra épica e lírica de Camões: entre príncipe e santo

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes (Especialização em Estudos Literários e Culturais), orientada pela Professora Doutora Isabel Morujão.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

A Luís de Camões,

príncipe dos nossos poetas,

nos 500 anos do seu nascimento.

Oh, quanto deve o rei que bem governa
De olhar que os conselheiros ou privados
De consciência e de virtude interna
E de sincero amor sejam dotados;
Porque como esteja posto na superna
Cadeira, pode mal dos apartados
Negócios ter notícia mais inteira,
Do que lhe der a língua conselheira (*Os Lusíadas*, VIII, est.54).

Certamente que a ignorância da música, do dançar, do cavalgar não prejudica ninguém; […] mas do não saber governar os povos nascem tantos males, mortes, destruições, incêndios, ruínas, que se pode dizer que é a peste mais mortífera que se encontra ao cimo da terra (*O Cortesão*, Livro IV).

Sumário

Declaração de honra **7**

Agradecimentos **8**

Resumo **9**

Abstract **10**

Introdução **11**

1. Um Batista diante de Herodes: Camões "educador" de D. Sebastião **16**

1.1. A presença nuclear de D. Sebastião n'*Os Lusíadas* 16

1.2. «Via Actéon na caça tão austero»: o propósito pedagógico da epopeia camoniana 29

1.3. Camões e Castiglione: diálogo intertextual, para um retrato do conselheiro 39

2. Novo trigo florecente: o retrato do 'verdadeiro' príncipe n'*Os Lusíadas* **50**

2.1. A tradição dos espelhos de príncipes 52

2.1.1. Os espelhos de príncipes nos reinados de D. João III e D. Sebastião 55

2.2. *Os Lusíadas* e a educação de D. Sebastião 57

2.2.1. O monarca virtuoso 64

2.2.2. O retrato do príncipe vicioso 77

3. Rompendo nos campos de Ampelusa: D. Sebastião como cavaleiro de Cristo na obra de Camões **85**

3.1. O mito de Hércules e D. Sebastião 85

3.2. «Fiel peito, casto e forte»: o retrato de D. Sebastião oitava III de Camões 93

3.2.1. Camões e o culto a S. Sebastião 107

3.3. O retrato de um rei-santo 113

Conclusão **117**

Referências Bibliográficas **122**

Declaração de honra

Declaro que o conteúdo da presente dissertação é da minha autoria e que não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (*chatbots* baseados em grandes modelos de linguagem) para a realização de parte(s) da presente dissertação.

Porto, 15 setembro de 2024

Ariana Giselle Borges Sanches

Agradecimentos

Aos meus pais e às minhas irmãs queridas agradeço o amor e a paciência com que me acompanharam nesta difícil (e tão bonita) caminhada. Obrigada por nunca terem largado a minha mão nos momentos de inconfessável desânimo e por me incentivarem, com cada sorriso e gesto de amor, a dar mais e melhor de mim. Amo-vos.

À professora Isabel Morujão, pelo muito que fez para que esta dissertação refletisse o empenho com que foi realizada. Agradeço o entusiasmo sempre contagiante das suas aulas, que foram o príncipio desta caminhada, e as ideias, correções e recomendações que me foi dando ao longo do percurso. «A boa natureza, o bom engenho, senão for de bom mestre cultivado, também dará de si mato e espinhos».

À professora Paula Cruz, a minha eterna professora de português. O seu olhar repleto de luz (que me visitava assiduamente, nas minhas tardes de nostalgia) reaviva a memória dos que me acompanharam, na adolescência, e sei que imaginaram todas as minhas pequenas conquistas. Agradeço-lhe a paciência com que suportou o meu temperamento (aquele primeiro ano) e a dedicação com que sempre me acompanhou (depois de tudo). Obrigada por compreender as minhas palavras e os meus silêncios…

Ao professor Manuel Ramos, por me ter ajudado com a tradução e interpretação de vários textos e inscrições em latim. Obrigada por ter disponibilizado o seu tempo para responder às minhas dúvidas.

Aos professores Francisco Topa e Pedro Eiras, pelas aulas fantásticas a que tive o prazer de assistir e por cada pequeno gesto ou palavra de incentivo.

À Cristiana, à Ana Filipa e ao Ronaldo, a quem tenho o privilégio de chamar amigos, por todas as gargalhadas e longas conversas.

Ao José Carlos, à Catarina, ao Gabriel, ao Dinis, à Alice (e a toda a comunidade de Campanhã) pelo muito que eles sabem e estas páginas não chegam para dizer.

A todos os meus familiares e amigos. *À minha querida avó Rosa (†28-08-2024).*

Resumo

Esta dissertação estuda as representações de D. Sebastião na obra épica e lírica de Camões, procurando entendê-las em todo o alcance do seu significado e no contexto social, político, religioso, cultural e artístico da época. Centrada nos textos dedicados pelo poeta a D. Sebastião, pretende relacionar as lições dirigidas ao monarca Desejado, n'*Os Lusíadas*, com a representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo, que ocorre também na écloga I e na oitava III de Camões. A tradição dos Espelhos de Príncipes guiou a interpretação da função educativa e orientadora do monarca, esse «novo trigo florecente», que o poeta assume. Neste percurso, a presente dissertação pretende demonstrar que a alegoria de Actéon (IX, est.25-29) e a narração intradiegética de Vasco da Gama ao rei de Melinde (Cantos III, IV e V) constituem simulacros da interlocução entre Camões e D. Sebastião, em que assentam *Os Lusíadas*.

Palavras-chave: Camões; D. Sebastião; *Os Lusíadas*; espelho de príncipes.

Abstract

This dissertation studies the representations of D. Sebastião in the epic and lyrical works of Camões, seeking to understand them in the full scope of their meaning and in the social, political, religious, cultural and artistic context of the time. Focusing on the texts dedicated to D. Sebastião by Camões, it aims to relate the lessons addressed to the monarch, in *Os Lusíadas*, with the representation of D. Sebastião as a soldier of Christ, which also occurs in the eclogue I and in the octave III of Camões. The tradition of the Mirrors of Princes guided the interpretation of the educational and guiding function of the monarch, this "new flourishing wheat", that the poet assumes. In this path, this dissertation aims to demonstrate that the allegory of Actaeon (IX, est.25-29) and the intradiegetic narration of Vasco da Gama to the king of Melinde (Cantos III, IV and V) are simulacra of the dialogue between Camões and D. Sebastião, on which *Os Lusíadas* are based.

Key-words: Camões; King Sebastian of Portugal; *Os Lusíadas*; Mirror of Princes.

Introdução

A ideia da presente dissertação resultou do trabalho final de avaliação que apresentei à unidade curricular de Estudos Camonianos, em fevereiro do ano passado, no qual procurei estudar as representações de D. Sebastião na obra de Luís Camões, através do confronto da dedicatória de *Os Lusíadas* (1572) com a oitava III[1] do autor (c.1575). Além das semelhanças entre os dois textos, esse estudo permitiu-me aferir a singularidade da referida oitava relativamente aos demais poemas de Camões que aludem ao rei Desejado *(Os Lusíadas* e a écloga I[2], datada de c.1554): o paralelismo, quase sobreposição, entre D. Sebastião e o mártir homónimo, em honra do qual o monarca português fora batizado.

A presença de S. Sebastião na obra lírica de Luís de Camões não fora ainda sistematicamente estudada. Com esse trabalho, a que aqui dou continuidade, pretendia realçar a pertinência do tema, associando a iconografia do mártir presente na oitava III de Camões ao ímpeto expansionista d'*Os Lusíadas*, comum também à écloga I do poeta (c.1554). De facto, os apelos com que Camões procurava incitar o seu destinatário à conquista do Norte de África estão presentes nas três composições poéticas dedicacadas por Luís de Camões ao monarca Desejado. No entanto, só na oitava III o poeta recorre à iconografia do mártir homónimo para a representação de D. Sebastião como *miles christianus*. Com o referido estudo, enveredava por uma linha de investigação que tinha também o interesse de dialogar com um fenónemo idêntico (de representação do jovem rei D. Sebastião através da figura do mártir homónimo), já não no âmbito da literatura, mas da pintura, do qual Vítor Serrão (1982) foi o primeiro investigador.

---

[1] «Mui alto Rei, a quem os Céus em sorte» (CAMÕES, 1994: 296-298).

[2] Esta écloga «À morte de D. António de Noronha, que morreu em África, e à morte de dom João, Príncipe de Portugal, pai del-Rei D. Sebastião», conforme aponta a rubrica da edição de 1598. *Ibid*.: 307-318.
«A ordenação de Écloga primeira» (ou «Écloga I») atribuída pelas edições de 1595 e de 1598 das *Rimas* é cronologicamente arbitrária, pois o próprio poeta se refere (…) a outras éclogas que escrevera anteriormente» (SILVA, 2011a: 128). O mesmo vale para as oitavas.

Não obstante o interesse próprio da oitava III, o trabalho de pesquisa que então realizei permitiu-me concluir que a representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo deveria ser associada à dimensão pedagógica d'*Os Lusíadas*. Portanto, procurarei nesta dissertação salientar que a diversidade de louvores, críticas e recomendações dirigidas por Luís de Camões a D. Sebastião, no seu poema épico, tem o objetivo concreto de preparar D. Sebastião para a governação efetiva do reino e incentivar o monarca, com o exemplo dos seus antepassados e de heróis virtuosos, a consagrar-se no Norte de África como o herói que, desde o seu nascimento, se esperava que viesse a ser: «tomai as rédeas vós do reino vosso, / dareis matéria a nunca ouvido canto» (I, est.15, vv.3-4).

O verbo «mondar», que ocorre n'*Os Lusíadas* uma única vez, designa, metaforicamente, o trabalho daqueles a quem cabe orientar o rei D. Sebastião («novo trigo florecente», IX, est.27, v.8), corrigir-lhe os vícios e os erros, uma missão constantemente dificultada pela presença dos vendedores de adulação «que frequentam os reais / paços» (IX, est.27, vv.5-6). Apesar de ocorrer no Canto antepenúltimo d'*Os Lusíadas*, esta expressão traduz e explicita a atitude que Luís de Camões adotou no seu poema épico em relação a D. Sebastião. Usando da autoridade própria e reservada a um humanista, Camões dirige-se ao monarca para o louvar, para o repreender e para o instruir, recorrendo ao exemplo e à sentença, bem como à sua própria experiência. Desta forma, o poeta institui-se na sua própria epopeia como figura orientadora do príncipe.

Já Baldassarre Castiglione (2012 [1528]: 564-565) usara este campo metafórico da "lavoura" para aludir ao trabalho do mestre que educa o pupilo. De facto, no quarto livro do *Livro do Cortesão*, o senhor Ottaviano constata a necessidade de um mestre «que com doutrina e bons conselhos suscite e desperte em nós as virtudes morais cuja semente temos incluída e sepultada na alma» (*ibid*.: 564). Esse mestre é comparado pelo mesmo Ottaviano a um «bom agricultor», a quem cabe cultivar as sementes da alma, «removendo em seu redor os espinhos e o joio dos apetites» (*ibid*.: 565).

Também na *Institutio Sebastiani Primi* (1558), de Diogo de Teive (traduzida em 1565 por Francisco de Andrade), se encontra a imagem do educador como aquele que

semeia e zela para que dê bom fruto aquilo que se plantou (2012: 856). Escreve o humanista que «enquanto um tenro peito está vazio / de más inclinações, de más vontades, / o que tiver a cargo doutriná-lo / pode quanto quiser semear nele» (2012: 857). Uma imagem que retomará pouco adiante, quando afirma: «na milhor terra e na mais fértil / com maior pressa crecem as más ervas, / as quais, se o lavrador com diligência / não alimpa, não corta, não arranca, / produze a boa terra inútil fruito» (*ibid*.: 867). E conclui: «a boa natureza, o bom engenho, / se não for de bom mestre cultivado, / também dará de si mato e espinhos» (*ibid*.: 867). Uma vez mais, o importante trabalho do educador do príncipe é comparado ao do lavrador.

A intenção pedagógica d'*Os Lusíadas*, expressivamente sintetizada no verbo «mondar» (IX, est.27, v.8), encontra-se resumida nas estâncias 25 a 29 do seu Canto IX, em que Vénus recorre a seu filho, Cupido, para recompensar os heróis portugueses. E é justamente Cupido quem toma a iniciativa de emendar o «mundo rebelde», de conduzir o caçador Actéon ao matrimónio e de o afastar das más influências que o rodeiam. Trata-se de uma alusão às circunstâncias específicas de D. Sebastião, tal como Faria e Sousa apontou nos seus comentários (1972ª [1639], vol. II: col. 53). O comentador identifica Actéon como o rei Desejado e reitera que a intenção do poeta era a de sublinhar que D. Sebastião, tal como o caçador, não se encontrava rodeado de conselheiros firmes e seguros. A lucidez que estranhamente caracteriza este Cupido que Camões coloca a ver («Via Actéon», I, est.26, v.1; «E vê do mundo», IX., est.27, v.1; «Vê que aqueles que devem à pobreza», IX, est.28, v.1; «Vê, enfim, que ninguém ama o que deve»I, est.29, v.1) poderá corresponder a uma identidade partilhada com Camões, pois, na epopeia, é o próprio poeta quem procura dar a ver ao rei as veredas certas para o seu caminho.

Na assunção desta responsabilidade manifesta-se a grandeza moral de Camões, sublinhada pelo próprio poeta quer na dedicatória («Inclinai por um pouco a majestade / Que nesse tenro gesto vos contemplo», I, est.9, vv.1-2; «Vereis amor da pátria, não movido / De prémio vil, mas alto e quase eterno», I, est.10, vv.1-2) quer no epílogo da sua epopeia. Lembre-se que na mesma estância em que se apresenta perante D. Sebastião como «humilde, baixo e rudo» (X, est.154, v.1), Luís de Camões aponta também as qualidades que cimentam a sua autoridade e legitimam todos os conselhos

e reprimendas que na sua epopeia dirigiu a D. Sebastião: «Nem me falta na vida honesto estudo / Com longa experiência misturado, / Nem engenho que aqui vereis presente, / Coisas que juntas se acham raramente» (X, est.154, vv.5.8). São versos colocados em final de estrofe e também quase no final do poema, em lugares de intencional força retórica. Com elas, Luís de Camões parece responder às qualidades enunciadas como indispensáveis pelos versos de Diogo de Teive: «a natureza de toda a gente / foi sempre a reprender mui inclinada, / porém ninguém faz isto como cumpre, / senão o que é sesudo e avisado» (2012: 868).

De facto, o reconhecimento da autoridade do humanista e a reflexão sobre as qualidades do educador ou do conselheiro de príncipes aproximam o poema épico de Camões dos textos de Castiglione e de Diogo de Teive. Por esse motivo, esta dissertação procurará também compreender o lugar que Luís de Camões ocupa na sua própria epopeia (enquanto figura orientadora do príncipe) através do confronto d'*Os Lusíadas* com o livro quarto d'*O Cortesão* (1528) (que consagra o modelo de conselheiro de príncipe que se encontra n'*Os Lusíadas*) e com a *Institutio Sebastiani Primi* (1558), dedicada a D. Sebastião pouco depois da sua ascensão ao trono e que oferece uma visão clara das preocupações da generalidade dos portugueses em relação à educação do monarca, a que *Os Lusíadas* não são indiferentes.

Neste ponto, procuro aproximar os retratos dos reis de Portugal (traçados nos Cantos III e IV) do retrato do perfeito governante, consagrado pela tradição dos espelhos de príncipes. De facto, também os Cantos III e IV d'*Os Lusíadas* concretizam o propósito pedagógico da epopeia de Luís de Camões. Do meu ponto de vista, a narração intradiegética de Vasco da Gama ao rei de Melinde é também, tal como a alegoria de Actéon, um simulacro da interlocução entre Camões e D. Sebastião, em que assenta, como diz Bernardes (2022: 40), toda a epopeia de Camões.

Não deixa de ser evidente que, pelo emprego do referente metafórico «trigo», o poeta propunha a D. Sebastião um elevado ideal de santidade, uma vez que Cristo é o próprio grão de trigo que, morrendo na terra, dá fruto de vida eterna (Jo 12,24). O termo *trigo*, além de referir um ideal de virtude (por oposição à palavra *joio*), alude, pois, ainda que indiretamente, à ideia do martírio. Como procurarei demonstrar, o retrato do

perfeito governante que Camões apresenta a D. Sebastião (através do exemplo dos seus antepassados) privilegia a descrição das virtudes próprias de um rei. Na oitava III, Camões assinala que D. Sebastião, tal como o mártir seu homónimo, tem «fiel peito, casto e forte» (CAMÕES, 1994: 296; estr.1, vv.5-6). Daqui se depreende que D. Sebastião é sempre associado, na obra de Luís de Camões, a um elevado padrão moral.

É preciso salientar que, apesar de identificar D. Sebastião com o seu patrono, Camões não está naturalmente a incentivar D. Sebastião ao martírio. A seta com que São Sebastião fora martirizado é apresentada na oitava III como a arma com que D. Sebastião venceria os inimigos da fé: «as vossas setas são, na justa guerra, / agudas, e entrarão por derradeiro / (caindo a vossos pés povo sem lei) / nos peitos que inimigos são do Rei» (CAMÕES, 1994: 297; estr.3, vv.5-8).

Do meu ponto de vista, esta representação de D. Sebastião como *miles christianus* surge em resposta aos problemas de política externa do reino. Camões, como Diogo de Teive, parece pertencer ao grupo de nobres e membros do clero que preferiam a conquista do Norte de África à expansão portuguesa no Oriente. N'*Os Lusíadas*, o discurso do velho de Restelo (IV, est.94-104) pode ser interpretado como mais uma interlocução entre Camões e D. Sebastião, na qual o poeta apresenta ao rei as vantagens da conquista do Norte de África sobre o domínio do Oriente. Conforme pretendo mostrar, D. Sebastião é apresentado n'*Os Lusíadas* como a solução para os problemas concretos do reino enunciados na obra dos dois autores.

Assim, com este trabalho, procuro cobrir exaustivamente a diversidade de aspetos que a figura de D. Sebastião assume na obra épica e lírica de Camões, desde a do jovem monarca que deve ser instruído, louvado e repreendido até à de cavaleiro cristão e defensor da fé católica, associado à iconografia do mártir S. Sebastião, seu patrono. Ambas as dimensões estão contempladas no verso que dá título à dissertação que ora principia.

1. Um Batista diante de Herodes: Camões "educador" de D. Sebastião

1.1. A presença nuclear de D. Sebastião n'*Os Lusíadas*

Como já referiu Aguiar e Silva, a primeira referência feita por Camões a D. Sebastião encontra-se na sua écloga I, redigida em Goa «no fim de 1554 ou no início do ano seguinte» (SILVA, 2011: 128), por ocasião da morte do príncipe D. João Manuel, pai do rei Desejado. Nas estrofes finais do poema, o pastor Umbrano descreve a Frondélio as «cousas não costumadas» (CAMÕES, 1994: 316) que vislumbra: as «fermosas Ninfas» choram sobre o sepulcro do falecido príncipe; «Outras, em ricos panos, mais avante, / Envolvem brandamente um novo infante» (*ibidem*). Nas duas oitavas seguintes, uma das ninfas, além de sublinhar a importância do nascimento de D. Sebastião (a que se deve a independência do reino de Portugal), profetiza as conquistas do monarca Desejado[3] no Norte de África. Conta o pastor Umbrano ao seu companheiro:

> Ũa, que dantre as outras se apartou,
> Com gritos que a montanha entristeceram
> diz que, despois que a morte a flor cortou
> que as estrelas somente mereceram,
> que este penhor caríssimo[4] ficou
> daquele a cujo império obedeceram[5]
> Douro, Mondego, Tejo e Guadiana,
> té o remoto mar da Taprobana[6].
>
> Diz mais que, se encontrar este minino

[3] «Na oração fúnebre, *Oratio funebris in laudem Ioannis Principis* (…) aparece já contido aquele que é possivelmente o primeiro testemunho escrito do cognome do futuro rei: o verso «Vt expetitus omnium uotis fuit» (Quão desejado foi de toda a gente)» (CRUZ, 2006: 22). A mesma expressão aparece na *Institutio Sebastiani Primi* (1558), também de Diogo de Teive (2012: 854). Estas e outras referências ao cognome de D. Sebastião são elencadas por Luís de Matos na sua "Introdução" às *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião* (1983: 16).

[4] N'*Os Lusíadas* pode ler-se: «certíssima esperança» (I, est.6, v.3).

[5] «[E]u canto o peito ilustre lusitano, / a quem Neptuno e Marte obedeceram» (I, est.3, vv.5-6).

[6] «[P]assaram ainda além da Taprobana» (I, est.1, v.4).

a noite intempestiva, amanhecendo,
que o Tejo agora claro e cristalino
tornará a fera Alecto em vulto horrendo.
Mas se for conservado do Destino,
que as estrelas beninas prometendo
lhe estão o largo pasto d'Ampelusa,
co monte que em mau ponto viu Medusa[7].
(CAMÕES, 1994: 317)

A exaltação profética do rei D. Sebastião será novamente realizada por Luís de Camões tanto na dedicatória quanto nas treze estâncias finais da sua epopeia, cuja redação terá por essa altura principiado (SILVA, 2011: 128). Pelas similitudes existentes entre estas duas partes d'*Os Lusíadas* e o discurso da ninfa na écloga primeira de Camões, anteriormente citado, não se pode excluir a hipótese de que essa primeira composição tenha motivado a escrita da epopeia, onde, como refere Aguiar e Silva, D. Sebastião tem uma "presença avassaladora" (2011: 129). De facto, ainda que a redação da dedicatória propriamente dita (ou, pelo menos, de uma parte dela) não possa ser anterior a 1558, uma vez que nela se faz referência à morte de Carlos V (*ibid*.: 130), é provável que desde o início Camões tenha pensado dedicar o seu poema épico a D. Sebastião e que, ainda no princípio da redação, tenha reservado ao monarca o lugar de relevo que ele ocupa na epopeia[8].

A inscrição da dedicatória no interior do poema épico permitia a Luís de Camões colmatar a impossibilidade de cantar o próprio rei D. Sebastião[9]. Na écloga primeira, o desejo de o fazer é sugerido pelo vaticínio dos feitos heroicos de D. Sebastião. Essa mesma vontade (que será explicitamente referida quer na dedicatória d'*Os Lusíadas*

[7] «[O]u fazendo que, mais que a de Medusa, / a vista vossa tema o monte Atlante, ou rompendo nos campos de Ampelusa / os muros de Marrocos e Trudante» (X, est.156, vv.1-2).
[8] «De facto, ler a epopeia camoniana sem ter em conta a presença decisiva que nela tem a figura de D. Sebastião é ignorar aquele que é porventura o aspeto que mais determina o seu sentido global» (C. BERNARDES, 2022: 49).
[9] «E enquanto eu estes canto e a vós não posso, / sublime rei, que não me atrevo a tanto» (I, est.15, vv.1-2).

quer na penúltima e na última estância da epopeia[10]) explica, em parte, que Camões atribua a D. Sebastião as «façanhas» dos seus antepassados: «As verdadeiras vossas são tamanhas, / Que excedem as sonhadas, fabulosas, / Que excedem Rodamonte e o vão Rogeiro / E Orlando, ainda que fora verdadeiro» (I, est.11, vv.5-8). Compreende-se também que, na expectativa de o vir a cantar, Luís de Camões tenha procurado fazer de D. Sebastião um herói digno da sua criteriosa pena[11] e tenha, por isso, insistido em aconselhar e advertir o monarca. Numa futura epopeia, D. Sebastião talvez viesse a merecer o estatuto de herói individual que nenhuma figura alcançou n'*Os Lusíadas*[12].

A respeito da dedicatória d'*Os Lusíadas,* escreve Manuel de Faria e Sousa que é um pouco extensa e que poderia, com mais naturalidade, ser dirigida ao conde de Vidigueira, por este ser descendente de Vasco da Gama (1972, vol. I: col. 167). Admitia então que a sua extensão pudesse constituir, aos olhos de certos leitores (aos quais o comentador chama «Fiscales»), um defeito[13]. Ora, a dedicatória d'*Os Lusíadas* é propositadamente longa, como o comprova o facto de a peroração do poema épico, dirigida ao mesmo rei D. Sebastião, ser composta por igual número de estâncias (SENA, 1970: 121). Pela relação que estas duas partes estabelecem com vários outros Cantos d'*Os Lusíadas*, é evidente que, qualquer que seja a data da sua redação[14], tanto a

---

[10] Na dedicatória, escreve Luís de Camões: «dareis matéria a nunca ouvido canto» (I, est. 15, v.4). Já na peroração da sua epopeia, o poeta coloca a sua pena à disposição do monarca D. Sebastião: «[p]ara servir-vos, braço às armas feito, / para cantar-vos, mente às musas dada» (X, est.155, vv.1-2). «[A] minha já estimada e leda musa / fico que em todo o mundo de vós cante, / de sorte que Alexandre em vós se veja / sem à dita de Aquiles ter inveja» (X, est.156, vv.5-8).

[11] «Nenhum ambicioso que quisesse / Subir a grandes cargos cantarei, / Só por poder com torpes exercícios / Usar mais largamente de seus vícios» (VII, est.84, vv.5-8). «Aqueles sós direi que aventuraram / Por seu Deus, por seu rei a amada vida, / Onde perdendo-a, em fama a dilataram, / Também de suas obras merecida» (VII, est.87, vv.1-4).

[12] Conta-se que Camões teria começado a escrever uma nova epopeia, quando D. Sebastião partiu para o norte de África. Como afirma Aguiar e Silva, recorrendo ao testemunho de Manuel Severim de Faria, "Camões, ao saber do desastre de Alcácer Quibir, «lançou aquela obra ao fogo» (SILVA, 2011: 133).

[13] «No negare que es un poco largo el ofrecimiento desta 13 estancias; pero siendo ellas excelentisimas, encubren mucho esse que llamaran defeto los Fiscales. La razon que yo suspecho tuvo el P. [poeta] para dedicar este Poema al Rey estando ai el Conde de Vidigueira a quien tocava como descendiente del Gama, se puede ver en la est. 99. del c. 5» (SOUSA, 1972ª, vol. I: col. 167). Nessa estância se pode ler a seguinte crítica de Camões: «Que ele [Gama], nem quem na estirpe seu se chama, / Calíope não tem por amiga, / Nem as filhas do Tejo, que deixassem / As telas de ouro fino e que o cantassem» (vv.5-8).

[14] «[O] tipo de informações relativas ao governo do rei, sobre as fações políticas de D. Catarina e D. Henrique fazem supor que a Dedicatória tenha sido escrita aquando do seu regresso a Lisboa, antes do alvará de 1571» (SILVA, 2011: 130).

dedicatória quanto a peroração foram cuidadosamente pensadas e redigidas como anúncio e síntese, respetivamente, do intuito didático do poema épico, sintetizado no verso que remata a estância 27 do Canto IX: «mondar-se o novo trigo florecente».

Parece ser hoje consensual que *Os Lusíadas* não foram apenas dedicados a D. Sebastião, mas sim redigidos na sua totalidade para o monarca português. António José Saraiva considera que «Os Lusíadas estão concebidos como uma mensagem do Poeta ao Rei» (1972: 32). E, nas palavras de José Filgueira Valverde, «*Os Lusíadas* são uma espécie de grande série de tapeçarias tecidas para o rei D. Sebastião[15]» (1981: 195). Vítor Aguiar e Silva, por seu lado, considera que D. Sebastião é o «rei e o herói predestinado para quem a epopeia foi escrita, com quem o poeta fala, a quem aconselha, a quem interpela e para quem apela» (2011: 129). E para Cardoso Bernardes «é isso que *Os Lusíadas* pretendem ser do princípio ao fim: um apelo a D. Sebastião» (2022: 39). Escreve ainda este último autor que, na dedicatória d'*Os Lusíadas*, «Camões coloca D. Sebastião dentro do poema, anunciando assim que tudo o que vai narrar lhe é destinado: os episódios que escolhe, a importância que lhes confere e ainda a intenção pedagógica que lhes imprime» (2022: 51). De facto, uma das mais importantes referências à atitude global adotada por Camões em relação a D. Sebastião, no seu poema épico, é a que faz Manuel de Faria e Sousa nos seus comentários à epopeia camoniana[16]. Afirma o comentador, a propósito das estâncias 25 a 29 do Canto IX, que o *seu* poeta se colocara «delante del Rey Don Sebastian, como un Bautista delante de Herodes a condenarle sus costumbres» (CAMÕES, 1972a, vol.II: col.53). Embora severamente advertido pelo santo precursor (que lhe lembrava a todo o momento que não podia estar casado com a mulher de seu irmão), Herodes tinha por ele uma admiração imensa.

[15] A ideia de os painéis com histórias de armas serem antecedentes da epopeia camoniana é de Fidelino de Figueiredo (*apud* Valverde, 1981: 195).

[16] Não obstante a importância do comentário de Faria e Sousa, Américo da Costa Ramalho faz notar que na «Ode IV. A D. Anrique de Meneses», da autoria de André Falcão de Resende (séc. XVI), «a identificação de Actéon com D. Sebastião é muito anterior em data à descoberta do «Cavallero de la Orden de Christo, i de la Casa Real»» (1980: 62).

Partindo então do pressuposto de que a epopeia foi pensada e redigida para D. Sebastião, o estudo da presença do jovem rei português n'*Os Lusíadas* não pode naturalmente cingir-se à dedicatória ou à peroração do poema épico. Faria e Sousa comprovou isto mesmo ao referir o facto de a alegoria de Actéon presente no Canto IX do poema épico de Camões (est.25-28) aludir às circunstâncias específicas de D. Sebastião (aficionado da caça e esquivo ao amor) e à relação do monarca com os seus privados, que o adulavam. Como adiante se verá, estas estâncias consagram o ímpeto pedagógico da epopeia camoniana.

Na senda do comentário de Faria e Sousa, António Sérgio procura também esclarecer o sentido de diversas outras passagens do poema épico de Camões dirigidas pelo poeta a D. Sebastião[17], confrontando-as com as alegações feitas contra o monarca e contra os seus privados (em particular, Luís Gonçalves da Câmara, precetor e mais tarde confessor do monarca) numa carta de D. Aleixo de Meneses, aio de D. Sebastião, e outra anónima, atribuída a D. Jerónimo de Osório (c.1570), ambas dirigidas ao rei D. Sebastião[18]. Sobre o posicionamento crítico adotado por Camões em relação a D. Sebastião, n'*Os Lusíadas*, António Sérgio escreve: «o que me espanta (…) é a severidade das correcções, directas e indirectas, que vejo no poema camoniano às más tendências do jovem rei, e à sua desvairada teimosia de não querer ouvir a gente boa, ocasionando por essa teima a omnipotência da gente má» (1977: 31).

Por seu lado, Filgueira Valverde faz um importante levantamento dos temas que *Os Lusíadas* abarcam[19], enquanto obra «doutrinal» dirigida a D. Sebastião (1981: 202). A diversidade dos temas assinalados pelo autor demonstra o quanto, de facto, a

[17] Além de sobre as estâncias 25-28 do Canto IX (mito de Actéon), a análise de António Sérgio centra-se também nas estâncias 54 e 55 do Canto VIII (que contém também críticas aos conselheiros do rei) e nas estâncias 24 e 99 do Canto X (, e ainda sobre a peroração do poema épico (X, est.149-150; 153).

[18] Analisando as estâncias 25-28 do Canto IX, que contêm o mito de Actéon, António Sérgio escreve: «[h]á aqui (…) muito extraordinários pormenores, e muito perfeita coincidência com o que se estava dando no nosso próprio país, para que possamos ver nessas quatro estrofes uma pura dissertação de generalidades, e não uma referência muito directa aos acontecimentos de Portugal» (Sérgio, 1977: 33).

[19] Valverde salienta que *Os Lusíadas* abarcam os seguintes temas: «contra a divisão da cristandade (VII-9)», «sobre o exercício da Soberania (III-93; VIIII-85 e segs.)», «recompensa e ingratidão por serviços ao Rei (X-23)», «a fábula de Actéon (IX-26)», «contra os religiosos sem zelo apostólico (X-119)», «contra a cobiça e desigualdades (VIII-85 e segs.; IX-93-94)», «degeneração da nobreza (VI-95 e segs.)» e «louvor da experiência (IX-152)» (1981: 202).

preocupação didática de Luís de Camões não se manifesta n'*Os Lusíadas* de forma pontual, sendo antes transversal ao poema épico.

Na verdade, um estudo exaustivo das alusões a D. Sebastião, n'*Os Lusíadas*, deve atentar não apenas nas passagens que aludem às circunstâncias concretas do rei Desejado e dos seus privados (como fez António Sérgio), mas ainda à diversidade de preceitos dirigidos pelo poeta a D. Sebastião, principalmente os que se centram nas figuras do príncipe e do conselheiro do príncipe.

Para esse levantamento, a dedicatória do poema épico é naturalmente indispensável. Na verdade, uma vez que ela anuncia a presença de D. Sebastião n'*Os Lusíadas*[20], o estudo das treze estâncias que a compõem facilita o levantamento e a interpretação das lições dirigidas por Luís de Camões ao rei Desejado, que preenchem os Cantos III e IV[21] da epopeia e se encontram ainda em diversas passagens dos Cantos V, VI, VII, VIII, IX e X do poema épico. Os próximos parágrafos procurarão, precisamente, demonstrar a estreita relação que a dedicatória estabelece com cada um dos referidos Cantos, bem como com a própria viagem de Vasco da Gama à Índia.

O propósito educativo d'*Os Lusíadas* subjaz à preferência pela matéria histórica manifestada na estância 11 do primeiro Canto[22]. Os exemplos dos reis e demais heróis portugueses são os que melhor se adequam à educação do jovem rei, como propõe o

[20] Como nota Cardoso Bernardes, a dedicatória do poema épico de Camões é recuperada, de forma direta ou indireta, ao longo de toda a obra (2022: 64). Este facto deve ser lido, sugere o autor, «como estratégia central de responsabilização e de envolvimento de D. Sebastião» (*ibid*.: 64-65).
[21] Os Cantos III e IV são os da narração da história de Portugal, feita por Vasco da Gama ao rei de Melinde.
[22] «Ouvi, que não vereis com vãs façanhas, / Fantásticas, fingidas, mentirosas, / Louvar os vossos, como nas estranhas / Musas, de engrandecer-se desejosas» (I, est. 11, vv.1-4). Vasco da Gama reitera esta ideia em V, est.89, vv.7-8: «A verdade que eu conto, nua e pura, / Vence toda grandíloqua escritura». O repúdio da matéria fantasiosa e dos romances de cavalaria é feito ainda na estância 66 do Canto VI d'*Os Lusíadas*: «Gastar palavras em contar extremos / De golpes feros, cruas estocadas, / É desses gastadores que sabemos / Maus do tempo com fábulas sonhadas». Segundo Cardoso Bernardes, todo o poema épico assenta «numa interlocução entre o poeta e D. Sebastião» (2022: 40). «Foi por isso que Camões optou por matéria histórica e que escolheu um modelo de narração no qual a sua voz se pudesse fazer ouvir» (*ibid*.: 41).

Humanismo[23], e por isso se justifica que lhes sejam dedicados três Cantos da epopeia[24]. De facto, pelas referências culturais que incorpora[25], a história de Portugal narrada por Vasco da Gama ao rei de Melinde (Cantos III e IV) está, na verdade, dirigida a D. Sebastião[26], o que pode também explicar o louvor que esse rei recebe, em várias passagens d'*Os Lusíadas*[27]. Além disso, expressões como «vos darei um Nuno fero», «Um Egas e um Dom Fuas (…)» (v.1,3), «dar-vos quero / Os Doze de Inglaterra e o seu Magriço» (v.5) e «Dou-vos também aquele ilustre Gama» (v.7), utilizadas na estância 12 do primeiro Canto, reiteram a mesma ideia: D. Sebastião está diretamente implicado nos Cantos III, IV e VIII d'*Os Lusíadas* como destinatário das lições que dos inúmeros exemplos aí convocados se podem extrair. Por um lado, tais exemplos exprimem um determinado ideal de boa governação (que se infere do confronto dos modelos positivos e negativos dos reis de Portugal). Por outro, são os que, instigando a "inveja" de D. Sebastião, procuram incitá-lo à realização de novos feitos heroicos[28].

As circunstâncias particulares do nascimento do rei explicam, em parte, a importância concedida pelo poeta à batalha de Aljubarrota, nas estâncias iniciais do Canto IV. É o considerado milagroso nascimento de D. Sebastião que dissipa a possibilidade de o reino português ser subjugado pelo castelhano, do mesmo modo que,

---

[23] «Cumpre-lhe [ao príncipe] trazer muitas vezes à memória os aquecimentos e feitos passados, assi dos reis e príncipes, como das pessoas que o não são. E desta maneira, quem souber o passado julgará mais prudentemente o que está por vir» (Barros, 1943: 105). Como oportunamente se verá, a exemplaridade do passado, que deve orientar o príncipe, é um tema central na *Breve Doutrina* (1525) de Frei António Beja (2018: 335; 360-361). A necessidade de o príncipe conhecer as memórias dos seus antepassados é também sublinhada por Erasmo, na sua *Institutio Principis Christiani* (1516), e por Diogo de Teive, na *Institutio Sebastiani Primi* (1558).

[24] Na dedicatória, a enumeração de alguns destes reis e heróis ocupa precisamente 3 estâncias (I, 12-14).

[25] É Cleonice Berardinelli quem nota que «no final do canto II, o Rei de Melinde não apenas escuta, mas ele próprio faz menção a episódios mitológicos greco-latinos, demonstrando conhecer a matéria» (Neto, 2021: 70).

[26] Lourival Neto entende que «o rei de Melinde enquanto escuta a narração do Gama, é um papel preenchido por qualquer leitor do texto […] inclusive por aquele leitor a quem o texto foi dirigido: D. Sebastião» (2021: 70-71).

[27] «Louvam do rei os mouros a bondade, / Condição liberal, sincero peito, / Magnificência grande e humanidade, / Com partes de grandíssimo respeito.» (II, est.71, vv.1-4). O rei é descrito ainda como «nobre» (II, est.78, v.2), «sublime» (II, est.79, v.1) e não menos amado do que temido pelo seu povo (II, est.79, v.4). Este é, como se verá, o retrato quase completo do perfeito príncipe consagrado pela tradição dos espelhos de príncipes.

[28] «Qualquer nobre trabalha que em memória / Vença ou iguale os grandes já passados. / As invejas da ilustre e alheia história / Fazem mil vezes feitos sublimados» (V, est. 92, vv.3-6).

mais de um século antes (c.1385), a vitória de D. João I sobre os castelhanos garantira a independência do reino português. Por isso, a «lusitana antiga liberdade», de que D. Sebastião é «bem-nascida segurança» (I, est.6, vv.1-2), é uma questão a que o poeta dá grande importância, no seu poema épico. No Canto IV, Camões descreve Portugal como «a terra nunca de outrem subjugada» (IV, est.19, vv.4). Também desta forma D. Sebastião está implicado na interpretação que Camões faz da história de Portugal como reino invencível e protegido por Deus. Essa história concretiza-se em terra (contra os chamados «infiéis», sobretudo, mas também contra os castelhanos) e, faltando-lhe aí os inimigos[29], também no mar: «Que eu canto o peito ilustre lusitano / A quem Neptuno e Marte obedeceram» (I, est.3, vv.5-6).

No Canto V, Camões sublinha o papel crucial do poeta na divulgação dos feitos pátrios e denuncia a falta de uma cultura literária em Portugal. Além de aludir a um ideal de formação integral (que alia as armas e as letras), estas estâncias ilustram a importância concedida por Luís de Camões ao amor da pátria, de que a poesia épica (e a sua epopeia, em particular) é exemplo: «Vereis um novo exemplo / De amor dos pátrios feitos valorosos / Em versos divulgado numerosos» (I, est.9, vv.6-8); «Vereis amor da pátria, não movido / De prémio vil, mas alto e quase eterno» (I, est.10, vv.1-2); «Porque o amor fraterno e puro gosto / De dar a todo o lusitano feito / Seu louvor é somente o pressuposto / Das Tágides gentis, e seu respeito» (V, est.100, vv.1-4). E desta forma se confirma como autoridade moral para orientar um príncipe.

Este elevado, "quase eterno" amor da pátria, assim representado como qualidade rara, merece ser recompensado pelo monarca que, sob este "alto" olhar, é orientado: «Só me falece ser a vós aceito / De quem virtude deve ser prezada»; «Dai vós favor ao novo atrevimento, / Para que estes meus versos vossos sejam» (I, est.18, vv.3-4).

O conteúdo da dedicatória do poema ecoa também nas estâncias 2-14 do Canto VII. São treze estâncias (o mesmo número de oitavas que compõem a dedicatória e a peroração da epopeia, o que lhe confere um sentido arquitetural a não descurar) em

[29] «Não sofre o peito forte, usado à guerra, / Não ter inimigo já a quem faça dano; / E assim, não tendo a quem vencer na terra, / Vai cometer as ondas do oceano» (IV, est.48, vv.1-4).

que o poeta se dirige aos portugueses e à cristandade em termos idênticos aos que se dirige a D. Sebastião no primeiro Canto. À luz da representação de D. Sebastião como *miles christianus* que ocorre na dedicatória[30], parece evidente que estas considerações sobre o lugar de Portugal na cristandade implicam diretamente o monarca português. Nessas estâncias, Camões reitera a ideia de que a guerra ao infiel (especialmente em África) constitui um desígnio do reino português, estabelecido desde Ourique, do qual D. Sebastião é continuador[31].

A vós, ó geração de Luso[32], digo,
Que tão pequena parte sois no mundo;
Não digo ainda no mundo, mas no amigo
Curral de Quem governa o céu rotundo;
Vós, a quem não somente algum perigo
Estorva conquistar o povo imundo,
Mas nem cobiça ou pouca obediência
Da madre que nos céus está em essência;

Vós, portugueses, pouco quanto fortes,
Que o fraco poder vosso não pesais;
Vós, que à custa de vossas várias mortes
A lei da vida eterna dilatais;
Assim do céu deitadas são as sortes
Que vós, por muito poucos que sejais,

[30] Na dedicatória, Camões dirige a D. Sebastião os seguintes versos: «Vós, que esperamos jugo e vitupério / Do torpe ismaelita cavaleiro, / Do turco oriental e do gentio / Que ainda bebe o licor do santo rio». Associa-o, desta forma, aos reis portugueses que a sua epopeia louva: «E também as memórias gloriosas / Daqueles reis que foram dilatando / A fé, o império, e as terras viciosas / De África e de Ásia andaram devastando» (I, est. 2, vv.1-4). A representação de D. Sebastião como soldado de Cristo é comum aos três poemas que se tem aqui analisado (écloga I, *Os Lusíadas*, oitava III), sendo particularmente relevante na oitava III.

[31] Cardoso Bernardes entende que a «exortação» subjacente à epopeia «vai no sentido de que o monarca reconduza os portugueses ao ideal de cruzada. Marrocos, para onde parece apontar o dedo de Camões no final d'*Os Lusíadas*, é visto como espaço de reconquista e a partida dos portugueses para as "partes d'Além" significa o retomar do destino providencial assinalado por Cristo em Ourique» (2022: 39).
Camões alude ao destino português em várias passagens d'*Os Lusíadas*, como em III, est.20, vv.5-8: «Este [o reino lusitano] quis o céu justo que floreça / Nas armas contra o torpe mauritano, / Deitando-o de si fora; e lá na ardente / África estar quieto o não consente».

[32] Do meu ponto de vista, a apóstrofe «E vós, ó bem-nascida segurança / Da lusitana antiga liberdade» (I, est. 6., vv.1-2) dá lugar, no Canto VII, à seguinte interpelação: «A vós, geração de Luso» (est.2, v.1).

Muito façais na santa cristandade[33],

Que tanto, ó Cristo, exaltas a humildade (VII, est.2-3).

Tal como através do discurso do velho do Restelo (IV, est.95-104), Camões apresenta a D. Sebastião, nestas primeiras estâncias do Canto VII, problemas concretos da política externa portuguesa: o perigo que representavam os turcos para os povos europeus[34] (só dissipado em 1571, com a Batalha de Lepanto, meses antes da publicação do poema de Camões) e a necessidade de escolher entre uma orientação dita "africana" e outra que privilegiava as possessões portuguesas na Índia. A inclinação geral do reino a uma "política africana" – a que *Os Lusíadas* dão voz e parecem favorecer[35] – ficou bem expressa nas Cortes de 1562-63, a que D. Sebastião, com apenas oito anos, assistiu. Dos seus vários capítulos, Queiroz Velloso destaca os que mais diretamente aludem a essa política, que se tinha por mais desejável[36]: «Cap. 18º – que se não larguem os lugares de Africa, nem Mazagão, e assim o pedem e requerem» (1935: 62); «Cap. 80º – Que todos os Bispos e Beneficiados dem ajuda, e pensão para a guerra de Africa»; «Cap. 91º – Que os Duques, e Senhores ajudem para a guerra de Africa, conforme a seus estados, e rendas» (*ibid*.: 62).

E, do meu ponto de vista, é importante notar que, nas referidas estâncias do Canto VII, Luís de Camões atribuía a D. Sebastião (e aos portugueses) uma missão e uma

---

[33] Na dedicatória, D. Sebastião é referido como «Certíssima esperança / De aumento da pequena cristandade» e apelidado de «maravilha fatal», «Dada ao mundo por Deus que todo o mande, / Para do mundo a Deus dar parte grande» (I, est.6, vv.6-8).

[34] «Fazei que torne lá às silvestres covas / Dos Cáspios montes e da Cítia fria / A turca geração, que multiplica / Na polícia da vossa Europa rica» (VII, est.12, vv.5-8).

[35] No seu discurso, o velho do Restelo interpela da seguinte forma os portugueses (e a própria Humanidade): «não tens contigo o ismaelita, / Com quem sempre terás guerras sobejas? / Não segue ele do arábico a lei maldita / Se tu pela de Cristo só pelejas?» (IV, est.100, vv.1-4). «Deixas criar às portas o inimigo / Por ires buscar outro de tão longe, por quem se despovoe o reino antigo, / Se enfraqueça e se vá deitando a longe» (IV, est-101, vv.1-4).

[36] «Além das resoluções das Côrtes (…), inteiramente contrárias à evacuação dos lugares de África, o *Discurso Panegírico*, que acompanhava e reforçava os votos dos procuradores dos concelhos, ainda era mais expressivo, ao aconselhar, no seu parágrafo terceiro, «por mais justa e mais conveniente a Conquista de Africa, que a da India», … porque «esta estava muito longe e não rendia cousa, que com ella se não tornasse a gastar, e aquella estava perto, e era muito prejudicial á Hespanha a sua vizinhança, e convinha domalla, e estender nella o Imperio Lusitano» (VELLOSO, 1935: 91).
Entre as conquistas «que em direito tocaõ a Portugal, a principal, que os Mestres lhe apontavaõ como com o dedo [a D. Sebastião], era a daquella Provincia de Africa, como mais facil por vesinha, e sempre dãnosa a Hespanha, e a toda a Christandade» (BAIÃO, 1737: 90).

responsabilidade idênticas às que assumira Carlos V (avô e herói[37] do monarca português) perante as cissões da Cristandade[38]. A figura de Carlos V foi determinante na construção da imagem de D. Sebastião como *miles christianus*, nomeadamente no âmbito da pintura[39]. Como noutro momento se verá, Luís de Camões não foi alheio ao fascínio de D. Sebastião pelo avô materno, tendo vaticinado a D. Sebastião vitórias idênticas às do seu avô e utilizado a empresa imperial de Carlos V (o *motto* "Plus Ultra" bem como o mito e as Colunas de Hércules) para a celebração dos feitos portugueses (que o poeta considerava superiores aos estrangeiros). E assim, se se convocarem os referentes utilizados na pintura do retrato de D. Sebastião, tornar-se-á mais evidente a interpretação destas estâncias d' *Os Lusíadas*, que tiveram muito certamente por inspiração intencional esse modelo iconográfico que, transportado para *Os Lusíadas*, alicerça a representação de D. Sebastião sob o modelo do imperador Carlos V.

Todos estes factos reforçam a ideia de que estas estâncias estão, tal como a dedicatória e a peroração do poema, dirigidas a D. Sebastião.

À semelhança do que faz nas supracitadas estâncias, Camões alude ainda de forma explícita aos problemas do reino e à figura de D. Sebastião através do mito de Actéon presente no Canto IX da sua epopeia. Como adiante se verá, é nesta alegoria que está sintetizado o propósito pedagógico da epopeia camoniana. Através desta alegoria, Luís

---

[37] Esta foi «sem sombra de dúvidas», a figura «que mais marcou a personalidade do jovem rei português», como se pode inferir dos «escritos em que D. Sebastião teorizou sobre a guerra ou sobre a navegação marítima». Para a batalha de Alcácer Quibir, D. Sebastião quis mesmo «envergar o elmo com que o avô entrara vitorioso na praça de Tunes, quando a conquistara em 1535» (Cruz, 2006: 32).

[38] Entre as que considera serem as cinco principais manifestações da ideologia imperial de Carlos V, Menéndez Pidal destaca a declaração proferida pelo Bispo de Badajoz, o Pe. Pedro Ruiz de la Mota, nas Cortes realizadas em A Coruña, em 1520 (1938: 14). Nessa primeira «declaración imperial», que antecede a ida do já rei de Espanha à Alemanha (onde seria coroado como sacro-imperador), o Bispo de Badajoz salienta que Carlos V não aceitava o império por governar mais territórios, mas para «desviar grandes males de la religión cristiana y para cometer "la empresa contra los infieles enemigos de nuestra santa fe católica (…)"» (*ibid*.: 14-15). Estes propósitos nucleares da ideologia imperial serão reiterados pelo próprio sacro-imperador em diversas outras ocasiões. D. Sebastião parece ter sido influenciado por esta ideologia, que é a que encontramos também nas estâncias 2-14 do Canto VII d'*Os Lusíadas*.

[39] Sobre o *Retrato de D. Sebastião*, atribuído a Cristóvão de Morais (c.1571-1574), hoje pertencente ao M.N.A.A., Annemarie Jordan afirma que «[a]presença do cão, no canto inferior esquerdo, reforça a ideia de que foram os retratos mais antigos de Carlos V que serviram de modelo ao retrato de Morais. A primeira vez que foi pintado um cão ao lado de uma figura real foi no retrato de Carlos V executado por Jakob Seisenegger (1505-1567), em 1530» (1994: 124).

de Camões alerta ainda para o problema dos conselheiros do rei, referido igualmente na estância 54 do Canto VIII:

> Oh, quanto deve o rei que bem governa
> De olhar que os conselheiros ou privados
> De consciência e de virtude interna
> E de sincero amor sejam dotados;
> Porque como esteja posto na superna
> Cadeira, pode mal dos apartados
> Negócios ter notícia mais inteira,
> Do que lhe der a língua conselheira.

A estância supracitada retoma o sentido das críticas tecidas pelo poeta aos ambiciosos e lisonjeiros, nas estâncias 83-87 do Canto VII. Também nos espelhos de príncipes, como se verá, o perfeito governante é retratado como aquele que se faz rodear de bons conselheiros e se afasta dos aduladores. O retrato do bom cortesão (também enquanto conselheiro do príncipe) figura nas estâncias 92-95 do Canto IX d'*Os Lusíadas*, onde é mais explícita a crítica direta a D. Sebastião, procurando afastá-lo de ambições desmedidas (as do Oriente, em vez do Norte de África): «E ponde na cobiça um freio duro, / E na ambição também, que indignamente / Tomais mil vezes (…)» (IX, est.93, vv.1-3).

Tornando à dedicatória do poema épico, note-se que é nela que Camões apresenta a D. Sebastião a sua epopeia como «novo exemplo / De amor dos pátrios feitos valorosos» (I, est. 9, vv.6-8). É este amor, «não movido / de prémio vil» (I, est.10, v.1-2), que distingue Camões dos maus conselheiros que rodeiam o rei (todos eles aduladores) e legitima que o poeta se possa instituir na sua epopeia como figura orientadora do monarca, como João Batista o era do rei Herodes.

Além de remeter diretamente para os Cantos que foram anteriormente mencionados, a dedicatória d'*Os Lusíadas* (e, portanto, a presença de D. Sebastião neste poema épico) está também intimamente ligada ao assunto da epopeia. Esta foi uma questão que, como se disse já, intrigou o comentador Manuel de Faria e Sousa. Na

verdade, como se pode concluir das considerações que o poeta tece acerca do louvor[40], a celebração do feito de Vasco da Gama (e dos portugueses que o acompanhavam) careceria de valor se, simultaneamente, não convidasse destinatário da sua história, D. Sebastião, à realização de feitos idênticos[41]. Também «as memórias gloriosas / Daqueles reis que foram dilatando / A fé[42], o império, e as terras viciosas / De África e de Ásia andaram devastando[43]» (I, est.2, vv.1-4) funcionam como um incentivo a D. Sebastião, para que o monarca realizasse os feitos que Camões lhe havia vaticinado já, na écloga I (c.1554), e que torna a profetizar, n'*Os Lusíadas*.

O tema do martírio (que não aparece apenas pela primeira vez na oitava III do poeta, escrita depois de 1574) adquire também no Canto VI d'Os *Lusíadas* (através de Vasco da Gama) uma dimensão modelar:

> Oh, ditosos aqueles que puderam
> Entre as agudas lanças africanas
> Morrer, enquanto fortes sustiveram
> A santa fé nas terras mauritanas
> De quem feitos ilustres se souberam,
> De quem se ganha a vida com perdê-la,
> Doce fazendo a morte as honras dela (est.83).

Tal como fará na oitava III, n'*Os Lusíadas*, Camões parece incentivar D. Sebastião à realização de feitos heroicos através do exemplo daqueles que, colocando toda a sua confiança em Deus, não temem lutar pelo seu Deus, mesmo que até à morte. Estes, que em prol de Deus e do reino sacrificam ou colocam em risco a própria vida, são os heróis dignos de fama, como afirma o poeta nas estâncias 95-99. Portanto, também o ideal de

---

[40] «Que a virtude louvada vive e cresce / E o louvor altos casos persuade» (IV, est. 81, v.3). «As invejas da ilustre e alheia história / fazem mil vezes feitos sublimados» (V, est.92, vv.5-6).

[41] Sobre o sentido da dedicatória intradiegética d'*Os Lusíadas*, *vd*. Reis & Lopes, 2000: 92 – «a dedicatória a D. Sebastião (…) implica na narrativa, como seu destinatário intratextual, o herdeiro de uma plêiade de figuras ilustres e de incontáveis eventos épicos, situação que responsabiliza esse destinatário e confere ao relato uma dimensão exemplar e de incentivo heróico». De facto, tal como defende Filgueira Valverde, «a viagem do Gama passa a segundo plano e adquire prevalência o carácter didáctico e persuasivo d'*Os Lusíadas*» (*apud* M. Matos, 1981: 196).

[42] D. Sebastião é «esperança / De aumento da pequena cristandade» (I, est.6, vv.3-4).

[43] Em I, est.8, vv.5-7 pode ler-se: «Vós, que esperamos jugo e vitupério / Do torpe ismaelita cavaleiro, / Do turco oriental e do gentio».

heroísmo dessas estâncias implica e visa o rei D. Sebastião. É ele, afinal, o herói potencial da epopeia (que os conselhos e reprimendas do poeta procuram fazer com que adquira a mais elevada estatura moral) e o rei a quem cabe recompensar os méritos destes seus vassalos.

O estudo das referências feitas por Camões a D. Sebastião, no seu poema épico, permite concluir que a preocupação pedagógica d'*Os Lusíadas*, apesar de constituir uma novidade em relação à representação que o poeta faz de D. Sebastião na sua écloga primeira, responde ao mesmo objetivo que essa composição poética. Nas palavras de Filgueira Valverde, «Camões quer induzir o seu Rei a uma cruzada, porque o considera possível chefe de uma Cristandade dividida; quer que Portugal a realize, porque não julga fechado, mas aberto, o plano das suas acções na história dessa Cristandade» (1981: 202). Para preparar o monarca, Luís de Camões institui-se na sua epopeia como conselheiro de D. Sebastião (legitimado pela autoridade que a sua cultura humanista[44] e experiência de vida lhe conferiam), para lhe contar a história de que o rei Desejado seria continuador e apresentar-lhe os conselhos e reprimendas que, caso o monarca os seguisse, lhe permitiriam ser o herói predestinado (de elevada estatura moral) que o seu nascimento[45] vaticinava que viria a ser. E isso lhe valeria uma nova epopeia, que Camões promete escrever em louvor do seu rei: «A minha já estimada e leda musa / Fico que em todo o mundo de vós cante / De sorte que Alexandre em vós se veja, / Sem à dita de Aquiles ter inveja» (X, est.156, vv.5-8).

1.2. «Via Actéon na caça tão austero»: o propósito pedagógico da epopeia camoniana

O posicionamento crítico de Camões em relação a D. Sebastião mereceu a atenção dos seus diversos comentadores. D. Marcos de S. Lourenço (c.1631), por exemplo,

[44] «[O] humanista concebia-se como um mentor, aconselhava soberanos e príncipes, determinava o comportamento próprio do cortesão, e escrevia tratados sobre a instrução das crianças, dos jovens e das mulheres» (M. MATOS, 2011: 494).

[45] Leia-se, na oitava III de Camões, os seguintes versos: «No qual, pois tudo em vós se permitiu, / pres[s]ágio temos e esperança clara / que sereis braço forte e soberano / contra o soberbo gládio Mauritano» (1994: 296). A crença de que D. Sebastião seria autor de altos feitos é um tópico comum aos três textos que Camões se dirige ao rei Desejado.

destacou o facto de não serem *Os Lusíadas* alheios à tradição dos clássicos – e de Virgílio[46], particularmente – de «dar sempre algum documento proveitoso […] ou seja pera o bom governo político; ou pera o proveito comum e popular» (2014: 37). O mesmo comentador sublinhou também a presença do mito de Faetonte no poema épico de Camões como exemplo de «um príncepe moço descabeçado que se não governa pelos conselhos dos velhos» (*ibid*.: 168). Na sua interpretação do mito, D. Sebastião é Faetonte e o reino português é o carro mal governado[47]. O comentador assinalava assim as repreensões que o poeta endereçara ao monarca, na sua epopeia, bem como a «doutrina moral» que Luís de Camões procura incutir em D. Sebastião (*ibid*.: 168).

Já Manuel de Faria e Sousa, tal como já referi, assinala que também a figura mitológica de Actéon representaria o rei.

> Via Actéon na caça[48] tão austero,
> De cego na alegria bruta, insana[49],

---

[46] «Esta epopeia [*Os Lusíadas*] situa-se num outro contexto: a imitação do modelo virgiliano […]. Sendo assim, compreende-se que neste tipo de epopeia a narrativa passe a plano subalterno e que avulte o discurso que a envolve: um discurso teorizante (definindo normas morais, determinando o tipo ideal, os valores a servir, censurando os vícios que afligem a sociedade); um discurso também oratório e didáctico» (M. MATOS, 1983: 41-42).

[47] Na epopeia de Luís de Camões (IV, est.104), Faetonte, tal como Ícaro, é referido pelo «velho do Restelo» como exemplo da temeridade humana: «Não cometera o moço miserando / O carro alto do pai nem o ar vazio / O grande arquiteto com o filho, dando / Um nome ao mar, e o outro fama ao rio. / Nenhum cometimento alto e nefando / Por fogo, ferro, água, calma e frio, / Deixa intentado a humana geração. / Mísera sorte, estranha condição».
O «velho de aspeto venerando» (IV, est.94, v.1) compara a aventura portuguesa às aventuras destas figuras mitológicas. D. Marcos de S. Lourenço, por seu lado, interpreta a referência a Faetonte como uma alusão a D. Sebastião, associando-o às restantes críticas dirigidas por Luís de Camões ao monarca: «Ele foi o Faeton, o carro mal governado foi este miserável Reino, nós os Etíopes queimados que padecemos os danos que nos ele causou» (2014: 168).

[48] No aproveitamento que faz do mito, na sua *Doutrina* ao infante D. Luís, Lourenço de Cáceres sublinha sobretudo o facto de o mito ser uma condenação da caça: «[e] porque finalmente se acabe de entender quanto os antigos sabedores condenaram nos Príncipes os gastos demasiados, e ocupações na caça, está muito claro por aquela notória fábula de Antéon, Príncipe Tebano, da geração de Cádimo» (*apud* Ramalho, 1980: 61). A recomendação de que o gosto pela caça fosse moderado aparece já em Xenofonte, conforme escreve João de Barros: «louvado é o exercício da caça e monte aos príncipes e grandes senhores, o qual, como diz Xenofonte, há de ser temperado» (1943: 116).

[49] Repare-se que o retrato que Camões faz de Actéon (D. Sebastião), nesta estância, é muito parecido com a descrição que Paulo da Gama faz das figuras que integram as bandeiras portuguesas: «bravos em vista e feros nos aspeitos» (VIII, est.2, v.2). Já na estância 98 do Canto V do seu poema épico Camões descrevia desta forma os portugueses, por não estimarem a arte:

> Mas o pior de tudo é que a ventura

Que por seguir um feio animal fero
Foge da gente e bela forma humana;
E por castigo quer, doce e severo,
Mostrar-lhe a formusura de Diana.
E guarde-se não seja comido
Desses cães que agora ama, e consumido (IX, est. 26).

Nas estâncias 26-29, Luís de Camões utiliza o mito de Actéon[50] como «imagem do soberano e dos criminosos aduladores de seus erros», como escreve o professor Américo da Costa Ramalho (1980: 65). É ainda Costa Ramalho quem demonstra como o uso que Camões faz do referido mito se apoia numa fecunda «tradição alegórica» (*ibid*.: 55) na qual devem ser enquadrados o poema francês «Ovide moralisé», as *Genealogie* de Boccaccio e o emblema «In receptores sicariorum» de Alciati – «três interpretações alegóricas de autores estrangeiros, que abrem caminho para a compreensão da alegoria da estância 26 do canto IX de *Os Lusíadas*» (RAMALHO, 1980: 60). Em Portugal, o mito foi utilizado com intenção moralizante tanto por Lourenço de Cáceres (falecido antes de 1531), na sua *Doutrina* ao príncipe D. Luís, quanto por Anrique Ayres Victoria, em 1536, no prólogo da *Tragedia da Vingança que foy feyta sobre a morte do Rey Agamenon* (*ibid*.: 61).

Cristóbal de Castillejo (1491-1550) interpretou de forma idêntica o mesmo mito (SILVA, 1999: 155). Na sua "Fabula de Actéon traducida de Ovidio, moralizada", «Actéon representa qualquier persona de estado[51], / a caça muy inclinado / y tras ella

---

Tão ásperos os fez e tão austeros,
Tão rudes e de engenho tão remisso,
Que a muitos lhes dá pouco ou nada disso (vv.4.8).

[50] «Perante a ambivalência do mito, Camões segue uma dupla via: na lírica, como outros poetas contemporâneos por toda a Europa, considera no fatal encontro de Actéon e da deusa, a figura de Diana, e compara com ela lisonjeiramente os encantos e os perigos da mulher amada. É esta ainda a versão que segue no canto II de *Os Lusíadas*, ao imaginar os desejos do caçador mais destruidores que os dos seus próprios cães.» No canto IX, porém, o mito adquire o sentido alegórico e moralizante que Manuel de Faria e Sousa apontou (Ramalho, 1980: 64-65). Entre os autores quinhentistas portugueses que utilizaram o mito de Actéon (sem o caráter moralizante que lhe conferiu Camões, nas referidas estâncias do Canto IX) estão: Duarte de Resende, Sá de Miranda e António Ferreira (*ibid*.: 49-50).

[51] Costa Ramalho (1980: 64) salienta que a «tradição constante de aplicação do mito [de Actéon] a pessoas de alto estado» se encontrava legitimada, também, no facto de Actéon não ser um mero caçador, mas «príncipe de Tebas, descendente dos deuses».

embebecido», Diana «a caça que aprisiona a vontade e o entendimento do caçador, de libre tornado siervo, / convertido en aquel ciervo, / animal de poco seso», e os cães «no seu profundo sentido moral, identificam-se com os privados que, aproveitando-se da paixão do seu senhor, lhe arruínam a fazenda e o mando» (*ibid*.: 155).

A versão do mito de Actéon[52] utilizada por Luís de Camões no Canto IX do seu poema épico parece ser a das *Metamorfoses* de Ovídio (III, vv.138-252; 2010: 88-91), segundo a qual, após uma jornada venatória, Actéon entrou num bosque desconhecido (com as características próprias de um *locus amoenus*) e viu Diana despida. Castigou-o a deusa da caça, transformando-o em veado. Depois de contemplar a sua imagem nas águas da gruta, encetou o caçador, agora um animal, uma fuga veloz e terminou devorado pelos seus cães (SILVA, 2011: 15).

No caso das estâncias 25 a 29 do Canto IX d'*Os Lusíadas*, Actéon (D. Sebastião) é castigado, mas não morre devorado pelos seus cães. É antes advertido no sentido de que tal não aconteça (SILVA, 1999: 156-157): «E guarde-se não seja ainda comido / Desses cães que agora ama, e consumido» (IX, est.26, vv.7-8). Com esta interpretação moralizante do mito, Camões procurava conduzir D. Sebastião ao matrimónio[53] e afastá-lo da influência dos aduladores e de outros maus conselheiros.

> As preocupações de Camões – partilhadas pela generalidade do povo português[54] –, quanto ao casamento de D. Sebastião[55] e à necessidade de assegurar um sucessor ao seu trono, buscavam assim argumentos admoestatórios, através do

[52] O mito figura no soneto LXXXVI ("En selva umbrosa, entre montañas puesta") de Diogo Bernardes: «Ah vingança cruel, ah moço triste! / Que por seres a caça afficionado / Tu mismo fuiste caça de tus perros» (vv.12-14).

[53] Discorrendo sobre a personalidade de D. Sebastião e sobre a influência negativa que sobre ela poderá ter exercido o Pe. Gonçalves da Câmara, Mestre (e depois Confessor) do monarca, Pereira Baião afirma, na sua obra *Portugal cuidado e lastimado*: «junto com o bom genio, e natural proprio, sahio ElRey muito abeatado, ou recatado; e se cuidou, que fora isto causa delle aborrecer a cõmunicaçaõ de mulheres, e ter pouco cuidado em cazar» (1737: 89).

[54] As Cortes realizadas em 1562 propunham «Que caze ElRey, posto que naõ tenha idade, e seja em França, e a mulher se traga logo, e se crie neste Reyno» (BAIÃO, 1737: 35). Tinha o monarca, então, oito anos de idade.

[55] D. Pedro é invocado, precisamente, como exemplo de um príncipe cuja recusa em voltar a casar, depois de viúvo, desencadeou uma série de eventos trágicos, entre as quais a morte de D. Inês de Castro. «Vendo estas namoradas estranhezas, / O velho pai sisudo que respeita / O murmurar do povo e a fantasia / Do filho que casar-se não queria, // Tirar Inês do mundo determina» (III, est.122, vv.5-8; est.123, v.1).

> mito de Actéon, na ideia neoplatónica de que o Amor é o princípio constitutivo da harmonia (SILVA, 1999: 157).

O conteúdo das referidas estâncias não difere, portanto, do sentido da carta que circulou em Lisboa (1570) dirigida ao Padre Luís Gonçalves da Câmara (em resposta a uma também anónima endereçada a D. Catarina), na qual o redator se interrogava: «[c]omo se pode (…) amar hum Rey montesinho e que não vê nem conversa a gente de quem mais se ha de servir?» (VELLOSO, 1935: 137).

O gosto do rei pela caça[56], o problema dos aduladores e a recusa de D. Sebastião em ouvir os conselhos do mais avisados[57] são também temas da carta (c.1570) que D. Jerónimo Osório escreveu ao monarca, «quando se soou que casava em França» (1995: 64-67). No dizer do bispo de Silves, o governo dos povos cabia a «homem desafeiçoado a seu próprio parecer e que facilmente segue a rezão dos outros quando é milhor que a sua»; isto porque a «vontade, por si, sem obediência do entendimento, é desconcerto e tirania» (*ibid*.: 65). Lembra o mesmo autor que o dever do rei para com o seu povo era o de lhe dar «Príncipes que se pareçam com os Reis de gloriosa memória seus Avós» (*ibid*.: 66). Por isso, escreve Jerónimo Osório, o reino esmorecia com a atividade venatória do rei, «com medo de algua queda perigosa: pois como tomaremos passar vossa Alteza em África, sem deixar primeiro filhos em Portugal?» (*ibid*.: 66). Numa outra

---

[56] Frei Bernardo da Cruz alude, na sua crónica de D. Sebastião, ao gosto excessivo do monarca pela caça. «Com este orgulho de ânimo em que el-Rei meditava, e ufania em que se exercitava nas forças e destrezas corporais, ajuntou também o gosto de todo o género de caça e montaria, no qual se ocupava e gastava a mor parte do tempo nas suas coutadas de Almeirim e Salvaterra em inverno e Sintra no verão: nos quais era tão curioso e fragueiro que comummente se reputava por vício tão contínua ocupação, e assim pela falta que fazia aos negócios públicos como os evidentes perigos a que punha sua pessoa» (*apud* Sérgio, 1977: 34).

[57] «Nas Instruções que, em data de 14 [julho de 1574], o rei [D. Sebastião] dera a D. António, sobressaía uma cláusula, que merece referência especial:

> […] que procedais com conselho em tudo o que houverdes de fazer, e especialmente nestas cousas de guerra […]; […], e as pessoas, com que vos aconselhardes, serão as que tiverem idade, experiencia, e as mais qualidades, que para isso se requerem, ou sendo pessoas de tal qualidade, que por êste respeito os devais chamar para conselho.

¡ Singular condição, imposta por quem nunca se importou com os votos dos mais velhos e experientes» (VELLOSO, 1935: 194-195).

carta, datada de 1574 (ano em que D. Sebastião passou ao norte de África[58]), o mesmo bispo de Silves recomenda ao monarca que regresse, advertindo-o: «V.A. ainda é muito novo, move-se pelos brios de mancebo»; «vença-se a si mesmo V.A., que é a mais ilustre vitória que pode haver; dome seu espírito; amanse a grandeza de seu coração» (OSÓRIO, 1995: 92).

Na análise que fazem à interpretação do mito de Actéon que Luís de Camões apresenta no Canto IX da sua epopeia, nem Manuel de Faria e Sousa nem Américo da Costa Ramalho salientam o facto de ser Cupido, filho da deusa do amor, quem se insurge «contra o mundo rebelde» (IX, est.25, v.5) que Actéon representa. Só Vítor Aguiar e Silva o faz, ao aludir ao facto de esta interpretação camoniana do mito de Actéon se apoiar na «ideia neoplatónica de que o Amor é o princípio constitutivo da harmonia[59]» (1999: 157).

Na verdade, se nesta alegoria a figura de D. Sebastião é representada através de Actéon, a de Camões pode, do meu ponto de vista, ser equiparada à de Cupido, pois é o próprio poeta quem, à imagem do filho de Vénus, se insurge n'*Os Lusíadas* contra D. Sebastião e contra os seus privados, apontando-lhes os seus erros[60]:

> E vê do mundo todo os principais
> Que nenhum no bem público imagina[61].

---

[58] «[D. Sebastião] résolut sans plus tarder de se rendre en Afrique pour y guerroyer contre les infidèles et, sans prévenir qui que ce soit, en dehors des personnes de son entourage immédiat, il quitta subrepticement Lisbonne, vers le milieu du mois d'août 1574» (Mashanaglass, 1898: 51).

[59] Na análise de Jorge de Sena a este episódio em que Cupido prepara uma «famosa expedição contra o mundo rebelde» (IX, est.25), as várias críticas do poeta aos privados do rei descrevem traições ao amor. Trata-se, segundo o autor, de uma guerra movida pelo amor contra o desconcerto do mundo. «A Ilha é, assim, o restabelecimento da Harmonia, de modo que a consagração e a transfiguração mítica dos Heróis, que na ilha e pela ilha se opera, são, também e sobretudo, a recolocação do Amor, do verdadeiro Amor, como centro da harmonia do Mundo» (1970: 67). No entanto, nada no comentário de Jorge de Sena vincula o episódio a D. Sebastião.

[60] Cupido insurge-se «Contra o mundo rebelde, por que emende / Erros grandes que há dias nele estão, / Amando coisas que nos foram dadas, / Não para ser amadas, mas usadas» (IX, est.25, vv.5-8). Em IX, est.27, v.1, Cupido observa também que «ninguém ama o que deve».

[61] As críticas inscritas nesta alegoria de Actéon são idênticas às que podemos encontrar nas estâncias finais (83-86) do Canto VII. Como se disse, o sentido desta alegoria não se cinge a este Canto IX, mas traduz o posicionamento adotado por Luís de Camões ao longo de toda a sua epopeia.
«Nem creiais, ninfas, não, que fama desse / A quem ao bem comum e do seu rei / Antepuser seu próprio interesse, / Inimigo da divina e humana lei» (VII, est.84, vv.1-4).

Vê neles que não têm amor a mais
Que a si somente e a quem Filáucia ensina;
Vê que esses que frequentam os reais
Paços por verdadeira e sã doutrina
Vendem adulação[62], que mal consente
Mondar-se o novo trigo florecente[63];

Vê que aqueles que devem à pobreza
Amor divino e ao povo caridade
Amam somente mandos e riqueza[64],
Simulando justiça e integridade.
Da feia tirania e de aspereza
Fazem direito e vã severidade[65].
Leis em favor do rei se estabelecem,
As em favor do povo só perecem[66] (IX, est.27-28).

[62] Nos seus *Avisos do Céu* [nome porque é conhecida a quarta edição, já com duas partes, da obra *Compendio das mais notaveis cousas que no reino de Portugal aconteceram*, até o anno de 1627] (1630), Luís de Torres de Lima, Comendador da Ordem de Cristo, atribuía aos lisonjeiros a culpa do desaire de Alcácer-Quibir, escrevendo, por exemplo, que chegado o rei a Arzila, «chamou a conselho, e os lisonjeiros eram os principais (*apud* SÉRGIO, 1924: 6). O mesmo Torres de Lima, referindo-se ao comportamento de D. Sebastião, escreve que os pecados e os vícios «são os tiranos que destroem os Reinos, assolam os Impérios e acabam as Monarquias, desfazem os Reis, *consomem* os vassalos» (*ibid*.: 3). Este último verbo é o mesmo que usa Camões, nas suas advertências a D. Sebastião. Disto se conclui que, meio século depois da sua morte, D. Sebastião era ainda visto como um rei vicioso e adulado, como descreve a alegoria de Actéon utilizada por Camões na sua epopeia. A isto se atribuía o desaire de Alcácer-Quibir.

[63] A crítica aos lisonjeiros é recorrente na epopeia camoniana. Depois de suplicar o favor das ninfas, afirma o poeta: «[…] eu tenho já jurado / que não o empregue em quem o não mereça, / nem por lisonja louve algum subido, / sob pena de não ser agradecido» (VII, est.83, vv.5-8).

[64] Vítor Aguiar e Silva refere que a «ideia de que os religiosos se devem dedicar ao seu múnus próprio, pregando a fé, convertendo infiéis e hereges, salvando almas» é recorrente n'*Os Lusíadas*. Além de ocorrer nesta estância 28 do Canto IX, surge também nas estâncias 54 e 55 do Canto VIII bem como nas estâncias 119 e 150 do Canto X (2011a: 131). Segundo Aguiar e Silva, as referidas estâncias do Canto VIII parecem ser uma condenação da «influência exercida pelos irmãos Câmara e pela Companhia de Jesus sobre D. Sebastião e o Governo do reino». Também Faria e Sousa e o Pe. Manuel Correia (1613) defendem nos seus comentários que a estância 119 do Canto X continha críticas do poeta à Companhia de Jesus (Silva, 2011: 131).

[65] No Canto VII (est.86), Luís de Camões prometia não cantar «Quem acha que é justo e que é direito / Guardar-se a lei do rei severamente, / E não acha que é justo e bom respeito / Que se pague o suor da servil gente» (vv.1-4).

[66] «Nem, Camenas, também cuideis que cante / Quem com hábito honesto e grave veio, / Por contentar o rei no ofício novo / A despir e roubar o pobre povo» (VII, est.85, vv.5-8).

Camões expressa e concretiza através do mito de Actéon (IX, est. 25-29) o intuito didático da sua epopeia, que se manifesta ainda nas derradeiras estâncias dos Cantos V, VI, VII e IX d'*Os Lusíadas* (não só em relação a D. Sebastião, mas também aos nobres e religiosos que rodeiam o monarca). O verso «mondar-se o novo trigo florecente» (IX, est.27, v.8) sublinha a necessidade de instruir D. Sebastião, justificada pela mocidade do rei que tinha, à data da publicação d'*Os Lusíadas* (1572), dezoito anos. Na epopeia de Luís de Camões, são diversas as expressões que aludem à juventude e à inexperiência do monarca, entre as quais: «tenro e novo ramo florescente» (I, est.7, v.1), «tenro gesto» (I, est.9, v.2), «gesto belo e tenro» (I, est.16, v.7) e, eventualmente, «o rei no ofício novo[67]» (VII, est.85, v.7).

À inexperiência e à juventude do monarca, Luís de Camões contrapõe o seu «honesto estudo / Com longa experiência misturado» (X, est.154, vv.5-6) e ainda o seu «engenho» (*ibid*.: v.7). Estas são as qualidades próprias de um conselheiro de príncipes, como se verá, através das quais Camões se distingue dos frequentadores do paço que adulavam o jovem monarca[68] (IX, est.27, vv.5-8). A esses atributos deve ainda acrescentar-se o já referido amor da pátria[69] com que o poeta se apresenta de que o poeta se apresenta a si[70] e ao seu poema[71] como exemplos, o amor pela arte e pelas

[67] «Estes versos, como já observou Faria e Sousa, encerram uma ambiguidade, porque não fica claro se o "ofício novo" diz respeito ao rei D. Sebastião, então um adolescente com quinze ou dezasseis anos, se a quem veio, com veste talar honesta e grave, aconselhar o rei na governação e acabou por roubar o mísero povo» (SILVA, 2011a: 130). Por permitir ambas as interpretações, é aqui integrada no rol das referências à juventude e inexperiência de D. Sebastião.

[68] Um dos problemas mais frequentemente atribuídos à educação de D. Sebastião foi, precisamente, a presença dos aduladores: «En la educación de *o Desejado* influyó poderosamente la atmósfera de adulación desenfreada y servil, que le rodeó desde su cuna, y que, al igual de lo que suele acontecer com todos los Reys niños, infundió en el espiritu del tierno Infante el convencimiento de la superioridad absoluta que le distinguía del resto de los mortales […]» (DANVILA, 1954: 131).

[69] No chamado «Sonho de Cipião» (à época de Camões, e durante muitos séculos depois disso, um dos poucos excertos conhecidos do *Tratado da República*) pode ler-se: «para todos aqueles que preservarem, socorrerem, aumentarem a sua pátria, está destinado no céu um lugar reservado, onde, felizes, possam gozar de uma vida eterna» (CÍCERO, 2008: 233; IV, 6.13).

[70] «Vereis amor da pátria, não movido / De prémio vil, mas alto e quase eterno» (I, est.10, vv.1-2).

[71] «[…] Vereis um novo exemplo / De amor dos pátrios feitos valorosos / Em versos divulgado numerosos» (I, est. 9, vv.6-8). «Às musas agradeça o nosso Gama / O muito amor da pátria que as obriga / A dar aos seus, na lira, nome e fama / De toda a ilustre e bélica fadiga» (V, est. 99, vv.1-4); «Porque o amor fraterno e puro gosto / De dar a todo o lusitano feito / Seu louvor é somente o pressuposto / Das Tágides gentis, e seu respeito» (V, est.100, vv.1-4).

letras (através do qual Camões se distingue dos seus contemporâneos[72]) e ainda o amor pela verdade. Esta última traduz-se, por exemplo, na preferência pela matéria verídica manifestada na dedicatória («não vereis com vãs façanhas, / Fantásticas, fingidas, mentirosas / Louvar os vossos», I, est.11, vv.1-3) e é ainda referida nos versos que encerram a narração de Vasco da Gama: «A verdade que eu conto, nua e pura, / Vence toda grandíloqua escritura» (V, est.89, vv.7-8).

De facto, é com a verdade que Camões se apresenta diante de D. Sebastião, particularmente na alegoria de Actéon, qual Baptista diante de Herodes, como afirmou Faria e Sousa (CAMÕES, 1972a, vol.II: col.53). Nas estâncias finais do seu poema épico, é o próprio Luís de Camões quem se representa como voz que clama no deserto[73] a que alude o comentário de Faria e Sousa, como o profeta mal recebido na sua terra, constantemente sujeito à ingratidão da pátria[74]:

> Não mais, musa, não mais, que a lira tenho
> Destemperada e a voz enrouquecida,
> E não do canto, mas de ver que venho
> Cantar a gente surda e endurecida[75] (X, est.145, vv.1-4).

Esta imagem de uma gente «surda» e «endurecida» é também a que se encontra no Evangelho de Mateus (13, 15) em que Cristo, depois de utilizar a parábola do semeador para se referir à sua própria pregação, se lamenta pelo facto de as suas

[72] «Por isso, e não por falta de natura, / Não há também Virgílios nem Homeros, / Nem haverá, se este costume dura / Pios Eneias nem Aquiles feros. / Mas o pior de tudo é que a ventura / Tão ásperos os fez e tão austeros, / Tão rudes e de engenho tão remisso, / Que a muitos lhes dá pouco ou nada disso» (V, est.98).

[73] A expressão figura nas seguintes passagens bíblicas: Mc 1, 13; Isaías 40, 3; Jo 1, 23; Lc 3, 4.

[74] Camões escreve sobre a ingratidão da pátria nas estâncias 81 e 82 do Canto VII. «A troco dos descansos que esperava, / Das capelas de louro que me honrassem, / Trabalhos nunca usados me inventaram / Com que em tão duro estado me deitaram» 8VII, est.81, vv.5-8). «Vede, ninfas, que engenhos de senhores / O vosso Tejo cria valorosos, / Que assim sabem prezar com tais favores / A quem os faz, cantando, gloriosos» (VII, est.82, vv.1-4).

[75] A imagem do povo obstinado, de coração endurecido, está também presente em Ez 2, 4 – «Eles são um povo teimoso, de coração duro, que não muda de direção nem à força» – e em Atos 7, 51. Trata-se, por tanto, de uma imagem recorrente, no cânone bíblico.

palavras serem mal acolhidas por aqueles a quem se destinam[76]. E talvez com esta ressonância bíblica de que ninguém é profeta na sua terra, apresentada agora em registo épico, Camões tenha tentado uma última estratégia para que os seus conselhos encontrassem eco em D. Sebastião, que a todos os outros se mostrava indiferente.

Na epopeia de Camões, o campo metafórico da lavoura («mondar-se o novo trigo florecente», IX, est.27, v.8) designa o esforço com que Camões procura estimular as virtudes D. Sebastião e, principalmente, afastar o monarca dos seus erros. Esta metáfora, como no Evangelho de Mateus, está também associada à imagem do povo obstinado uma vez que, através do verso «cantar a gente surda e endurecida» (X, est.145, v.4), Luís de Camões alude às reprimendas e recomendações que dirigiu ao rei D. Sebastião e aos seus privados (através da alegoria de Actéon), bem como à generalidade dos seus contemporâneos (nas estâncias finais dos Cantos VI, VII e IX) em que concretiza o sentido do referente implicado no verbo «mondar».

Não obstante a amargura que lhe causa a ingratidão da pátria e o coração endurecido dos seus contemporâneos (e até mesmo o do seu rei), Camões não foge à responsabilidade que lhe cabia, como poeta e homem «de longa experiência (X, est.154, v.6), de orientar D. Sebastião. No epílogo d'*Os Lusíadas* (X, est.146-153), à semelhança do «filho frecheiro» de Vénus (IX, est.25, v.2) que procurava que o «mundo rebelde» (v.5) emendasse os seus «erros grandes» (v.6), Luís de Camões oferece a D. Sebastião conselhos que permitiriam ao monarca afastar-se da influência dos seus aduladores e cumprir com as obrigações do seu ofício. As exortações do poeta convidam o Desejado a favorecer os méritos dos seus súbditos[77] (particularmente dos seus cavaleiros[78]), a

[76] «Pois o coração deste povo está endurecido; ouvem com dificuldade e têm os olhos fechados, de modo que seus olhos não veem, e seus ouvidos não ouvem, e seu coração não entende, e não se voltam para mim, nem permitem que eu os cure» (Mt 13, 15).
[77] «Todos favorecei em seus ofícios, / Segundo têm das vidas o talento» (X, est.150, vv.1-2).
[78] «Os cavaleiros tende em muita estima, / Pois com seu sangue intrépido e fervente / Estendem não somente a lei de cima, / Mas ainda vosso império preeminente» (X, est.151, vv.1-4).

aliviar as leis e a redigi-las em benefício do povo, a reconhecer o valor e os conselhos dos mais experientes[79], a procurar a experiência bélica na prática, e não em teorias vãs[80].

1.3. Camões e Castiglione: diálogo intertextual, para um retrato do conselheiro

Além de constituir a referência mais direta ao propósito pedagógico da epopeia de Luís de Camões e de ilustrar a presença nuclear de D. Sebastião no poema épico, o sempre citado mito de Actéon utilizado por Luís de Camões no Canto IX da sua epopeia alude ainda às qualidades próprias do bom conselheiro, contrárias aos atributos dos aduladores, dos ambiciosos e dos tiranos censurados nas estâncias 27 e 28 do mesmo Canto, já acima transcritas.

O modelo do conselheiro de príncipes, sobre o qual diversas passagens d'*Os Lusíadas* se debruçam e que reflete a imagem do poeta humanista e sábio, que ousa com o seu saber e visão apontar caminhos ao seu jovem rei, encontra-se consagrado no livro IV da obra *O Cortesão* (1528), de Baldassarre Castiglione. Por esse motivo, o estudo comparativo das duas obras, a que procederei nos parágrafos seguintes, tornará ainda mais explícito o propósito pedagógico da epopeia camoniana, ao fornecer informações relevantes acerca da autoridade humanista que Camões reivindica para si mesmo, n'*Os Lusíadas*. Das diversas similitudes existentes entre os dois textos, apenas convocarei nesta análise as que dizem respeito à figura do conselheiro de príncipes e as que, de alguma forma, permitem esclarecer as representações de D. Sebastião no poema épico de Camões.

---

[79] «Os mais experimentados levantai-os, / Se com a experiência têm bondade / Para o vosso conselho […]» (X, est. 149, vv.5-7). «Tomai conselho só de experimentados / Que viram largos anos, largos meses, / Que posto que em cientes muito cabe, / Mais em particular o experto cabe» (X, est.152, vv.5-8). Note-se que a repetição do adjetivo «largos» constitui uma reiteração da importância concedida à experiência.

[80] «A disciplina militar prestante / Não se aprende, senhor, na fantasia, / Sonhando, imaginando ou estudando, / Senão vendo, tratando e pelejando» (X, est.153, vv.5-8). Erasmo, na sua *Institutio Principis Christiani* (1516), descreve da seguinte forma aqueles que devem ser os educadores e conselheiros do príncipe: «men of good character, unquestioned principles, serious, *of long experience and not merely learned in theories*» (ERASMO, 1935 [1516]: 142; o sublinhado é nosso).

Na estância que encerra o penúltimo Canto d'*Os Lusíadas*, Luís de Camões descreve do seguinte modo o serviço que um nobre pode prestar ao seu monarca:

> E fareis claro o rei que tanto amais,
> Agora com os conselhos bem cuidados,
> Agora com as espadas[81] que imortais
> Vos farão, como os vossos já passados (vv.1-4).

Nas três oitavas imediatamente anteriores a esta, Camões enumerava as qualidades que cada um destes homens deveria possuir, não apenas para alcançar a fama, mas igualmente para servir o rei:

> Por isso, ó vós que as famas estimais,
> Se quiserdes no mundo ser tamanhos,
> Despertai já do sono do ócio ignavo,
> Que o ânimo, de livre, faz escravo[82] (IX, est.92, vv.5-8).

> E ponde na cobiça um freio duro,
> E na ambição também, que indignamente
> Tomais mil vezes, e no torpe e escuro
> Vício da tirania infame e urgente,
> Porque essas honras vãs, esse ouro puro
> Verdadeiro valor não dão à gente[83].
> Melhor é merecê-los sem os ter,
> Que possuí-los sem os merecer (est.93).

> Ou dai na paz as leis iguais, constantes,
> Que aos grandes não deem o dos pequenos,
> Ou vos vesti nas armas rutilantes

[81] Para alcançar a fama, cada nobre deve «buscar com o seu forçoso braço / As honras que ele chame próprias suas, / Vigiando e vestindo o forjado aço» (VI, est.97, vv.1-3).
[82] «Por meio destes hórridos perigos, / Destes trabalhos graves e temores, / Alcançam os que são da fama amigos / As honras imortais e graus maiores; / Não encostados sempre nos antigos / Troncos nobres de seus antecessores; / Não nos leitos dourados, entre os finos / Animais de moscóvia zibelinos» (VI, est.95).
[83] «Destarte o peito um calo honroso cria, / Desprezador das honras e dinheiro, / Das honras e dinheiro que a ventura / Forjou, e não virtude justa e dura» (VI, est.98, vv.5-8).

Contra a lei dos inimigos sarracenos (est.94, vv.1-4).

Estes homens, ao contrário dos que são descritos nas oitavas 27 e 28 do Canto IX ou ainda nas estâncias 84-86 do Canto VII, são dignos dos louvores do poeta. Todos eles, como os navegadores portugueses que acompanharam Vasco da Gama, merecem alcançar a fama e ser recebidos na "Ilha dos Amores" («Sereis entre os heróis esclarecidos, / E nesta ilha de Vénus recebidos» IX, est.95, vv.7-8), o lugar que, na opinião já citada de Jorge de Sena, significa na obra a vitória da Harmonia na terra.

Também nas estâncias 95-99 do Canto VI Camões apresentavam as qualidades que cada nobre devia possuir e os vícios de que deveria afastar-se para alcançar o estatuto de herói e merecer a fama. Há, no entanto, que relevar o facto de as estâncias finais do Canto IX introduzirem uma importante novidade em relação às anteriores: o poeta coloca os atributos do herói ao serviço do rei, vinculando-os ao ideal de conselheiro presente na sua epopeia: «fareis claro o rei que tanto amais / […] com os conselhos bem cuidados» (IX, est.95, v.1). Desta forma, Camões explicita o facto de também este ideal de heroísmo visar diretamente D. Sebastião. Na verdade, através do ideal de heroísmo expresso nos Cantos VI e IX d'*Os Lusíadas*, Camões advertia o rei D. Sebastião para as qualidades que deveriam orientar o monarca na escolha dos seus conselheiros, bem como para os méritos que cabia ao rei recompensar.

Por isso, quer as estâncias finais do Canto VI quer as que encerram o Canto IX estão estreitamente relacionadas com as exortações que se encontram nas derradeiras estâncias do poema épico de Luís de Camões. Também nessas oitavas (X, est.149-153) Luís de Camões retrata o conselheiro ideal e explicita as qualidades que estão na origem dos «conselhos bem cuidados» (IX, est.95, v.2) que um nobre deve oferecer ao seu rei:

Os mais experimentados levantai-os,
Se com a experiência tem bondade
Para o vosso conselho, pois que sabem
O como, o quando e onde as coisas cabem (X, est.149, vv.5-8).

Tomai conselho só de experimentados
Que viram largos anos, largos meses,

Que posto que em cientes muito cabe,

Mais em particular o experto sabe (X, est.152, v.5-8).

No Canto V do poema épico, o autor d'*Os Lusíadas* afirmava também que o «rei que bem governa» deve «Olhar que os conselheiros ou privados / De consciência e de virtude interna / E de sincero amor sejam dotados[84]» (VIIII, est. 54, vv.1-4). N'*Os Lusíadas*, o exemplo deste conselheiro sábio e experimentado, movido somente pelo amor da pátria e pelo interesse comum, é, sem dúvida, o próprio poeta. Comprovam-no, por exemplo, os seguintes versos:

Nem me falta na vida honesto estudo

Com longa experiência misturado,

Nem engenho que aqui vereis presente,

Coisas que juntas se acham raramente (X, est.154, vv.5-8).

As qualidades que Luís de Camões declara possuir (que, além de integrarem o ideal de heroísmo esboçado pelo poeta nas estâncias finais dos Cantos VI, VII e IX, o distinguem dos seus compatriotas) são, de facto, idênticas às que se encontram consagradas n'*O Livro do Cortesão*, de Baldassare Castiglione. Cesare Gonzaga e Roberto di Bari (cuja memória é invocada na abertura do Livro IV da obra de Castiglione) constituem exemplos paradigmáticos do perfeito cortesão. O primeiro, que «com muitas virtuosas fadigas[85] havia dado boas provas do seu valor, o qual, além da nobreza do sangue, resplandecia também pelo ornamento das letras, das armas[86] e de todo o louvável costume» (CASTIGLIONE, 2020: 544), é louvado «pela bondade, pelo seu engenho, pelo ânimo e pelo saber[87]» (*ibid*.: 544). Já Roberto di Bari é lembrado como

[84] Nas *Sentenças* (1565) que dedicou a D. Sebastião, Diogo de Teive recomendou ao monarca: «chama e admite a conselho os que conheces / por amigos, por bons e prudentes» (2012: 817).
O bispo de Silves, Jerónimo Osório, escreve uma carta a D. Sebastião (c.1570), na qual adverte o rei Desejado de que um rei deve escolher «alguns singulares para seu conselho, os quais lhe não tratassem de falar à vontade por seus interesses e respeitos particulares, mas tratassem verdade para o fim do bem comum» (1995: 66).

[85] «Por meio destes hórridos perigos, / Destes trabalhos graves e temores, / Alcançam os que são de fama amigos, / As honras imortais e graus maiores» (VI, est.95, vv.1-4).

[86] Camões discorre sobre a importância das letras nas estâncias 95-98 do Canto V.

[87] No retrato que faz dos nobres portugueses que não cultivam as letras, Camões atribui-lhes características opostas às elencadas no texto de Castiglione: «Mas o pior de tudo é que a ventura / Tão

«um jovem de bons costumes, agradável, com belíssimo aspecto e raríssimo na disposição da pessoa» (*ibid*.: 545).

Também Camões valoriza a bondade. N'*Os Lusíadas*, o poeta lembra a D. Sebastião que este é um atributo próprio do conselheiro do príncipe: «Os mais exprimentados levantai-os, / Se, com a experiência, têm *bondade* / Pera vosso conselho, pois que sabem / O como, o quando, e onde as cousas cabem» (X, est.149, vv.5-8). E, referindo-se ao valor do exemplo, o poeta refere, pela voz de Tétis: «Os que são bons, guiando, favorecem, / Os maus, em quanto podem, nos empecem» (X, est.83, vv.7-8).

Na mesma epopeia, a constatação de que um nobre (e ainda mais um rei) deve ter, como refere Castiglione, «um belíssimo rosto», está implícita nos versos, dirigidos a D. Sebastião: «Inclinai por um pouco a majestade / Que nesse tenro gesto vos contemplo» (I, est.9, vv.1-2). «Tétis, afeiçoada ao gesto belo, e tenro, / Deseja comprar-vos para genro» (I, est.16, vv.7-8). A súplica da formosíssima Maria a seu pai, D. Afonso IV, reitera a mesma ideia, de que o rosto de um monarca deve ser agradável: «Se esse gesto que mostras claro e ledo, / De pai o verdadeiro amor assela, / Acude, e corre pai ; que senão corres, / Pode ser que não aches quem socorres» (III, est.105, vv.5-8). Também do Samorim se diz que «No recostado gesto se assinala / Um venerando e próspero senhor» (VII, est.57, vv.5-6). No entanto, embora alguns dos reis e heróis portugueses possuam, como é próprio do verdadeiro nobre, um rosto agradável, Paulo da Gama refere que os heróis portugueses são, na sua maior parte, «bravos em vista e feros nos aspeitos» (VIII, est.2, v.2).

Camões refere também a cortesia com que Vasco da Gama se dirige ao rei de Melinde: «Ele co'a cortesia, que a razão / (Por ser Rei) requeria, lhe falava» (II, est.101, vv.3-4). Camões parece salientar, como Castiglione, a importância que tinham num nobre os bons costumes.

ásperos os fez e tão austeros, / Tão rudes e de engenho tão remisso, / Que a muitos lhes dá pouco ou nada disso» (vv.5-8).

O ideal de cortesão presente na obra de Castiglione, que associa a destreza militar e o cultivo das letras[88] (e se encontra tipificado, por exemplo, na figura de Cesare Gonzaga), é também o modelo que Luís de Camões louva, no seu poema épico. As considerações que o poeta tece, no Canto V d'*Os Lusíadas*, acerca da inexistência de heróis portugueses que à força bélica aliassem o engenho e o amor das letras[89], são prova disso mesmo. Repare-se que, no epílogo da sua epopeia, Luís de Camões coloca ao serviço de D. Sebastião quer o seu engenho literário quer o seu esforço militar: «Para servir-vos, braço às armas feito, / Para cantar-vos, mente às musas dada» (X, est.155, v.1-2). O poeta apresenta-se diante do monarca D. Sebastião como exemplo da formação integral que defende ao longo d'*Os Lusíadas*.

Camões procede no Canto IX da sua epopeia ("E fareis claro o Rei que tanto amais" - est.95, v.1), à semelhança do senhor Ottaviano, que havia colocado os predicados do perfeito cortesão (estabelecidos no Livro I) ao serviço do príncipe: «o perfeito cortesão, daquele modo como o descreveram o conde Ludovico e o senhor Frederico[90], pode ser verdadeiramente uma coisa boa e digna de louvor; porém, não simplesmente por si, mas tendo em consideração o fim a que pode ser destinado». E continua:

> O fim, portanto, do perfeito cortesão, do qual até aqui não se falou, considero eu que seja o ganhar, por meio das qualidades que lhe foram atribuídas por estes senhores [Ludovico e Frederico], a benevolência e o ânimo do príncipe que serve, de tal maneira que lhe possa dizer e sempre lhe diga a verdade sobre todas as coisas que lhe convém saber[91], sem temor ou perigo de lhe desagradar; e quando sabe

[88] A educação pelo paradigma, como escreve Nair Soares (1991: 379), encontra-se consagrado nos poemas homéricos, onde o prestígio da «educação integral», «que alia o ideal retórico à "moral heróica da honra", nos é oferecido pelas «figuras de Nestor, rei de Pilos, de Quírion e de Fénix, educadores de Aquiles, e de Telémaco, o filho de Ulisses» (SOARES, 1991: 379).

[89] «Dá a terra lusitana Cipiões, / Césares, Alexandres e dá Augustos, / Mas não lhes dá contudo aqueles dões, / Cuja falta os faz duros e robustos» (V, est.95, vv.1-4). «Enfim não houve forte capitão / Que não fosse também douto e ciente / Da lácia, grega ou bárbara nação, / Senão da portuguesa tão somente» (V, est.97, vv.1-4).

[90] Ottaviano refere-se às considerações tecidas pelas duas personagens, no Livro I d' *O Cortesão* (2020: 71-216), sobre os atributos do cortesão ideal.

[91] Nas Sentenças que dedica a D. Sebastião, Diogo de Teive afirma que: «o que sabe falar sempre verdade / ao bom rei e benigno é mais aceito. / O que sabe servir de lisonjeiro / é o que ao mau tirano mais agrada» (TEIVE, 2012: 846).

> que a mente dele se inclina a fazer coisas não convenientes, que tenha a ousadia de o contradizer (CASTIGLIONE, 2020: 550-551).
>
> [O cortesão] saberá em todo o contexto fazer ver habilmente ao seu príncipe quanta honra e proveito nasce para ele e para os seus da justiça, da liberalidade, da magnanimidade, da mansidão e de outras virtudes[92] que convêm a um bom príncipe; e, pelo contrário, quanta infâmia e danos advêm dos vícios contrários a elas (CASTIGLIONE, 2020: 550).

É esta, precisamente, a atitude adotada por Camões em relação a D. Sebastião, concretizada nomeadamente através da alegoria de Actéon. Como sugerem as considerações do senhor Ottaviano, Camões serve-se das suas «boas qualidades» para «demover» D. Sebastião «de toda a intenção viciosa e o conduzir ao caminho da virtude» (CASTIGLIONE, 2020: 551): «Nem me falta na vida honesto estudo, / Com longa experiência misturado, / Nem engenho, que aqui vereis presente, / Cousas que juntas se acham raramente» (X, est.154, vv.5-8).

Efetivamente, é através da metáfora do agricultor que tanto Castiglione quanto Camões reconhecem o papel do conselheiro na formação moral do príncipe[93], assente na ideia de que as virtudes podem ser ensinadas e aprendidas. Afirma o senhor Ottaviano que, «como nas outras artes, assim também nas virtudes é necessário haver um mestre, que com doutrina e bons conselhos suscite e desperte em nós as virtudes morais cuja semente temos incluída e sepultada na alma[94]» (CASTIGLIONE, 2020: 564). É ainda preciso que esse mestre «como um bom agricultor, as cultive e lhes abra o caminho, removendo em seu redor os espinhos e o joio dos apetites, os quais

[92] Segundo o personagem Ottaviano, cabe ao cortesão infundir «pouco a pouco no ânimo» do príncipe «a bondade e ensinar-lhe a continência, a fortaleza, a justiça, a temperança» (Castiglione, 2020: 558).
[93] BEJA, 2018: 343 – «porque vale mais à república conselho de prudentes que armas de fortes varões».
[94] No texto que endereça ao bispo D. Julião de Alva, que serve de paratexto ao seus *Epodos*, Diogo de Teive sugere «que no espírito do rei [D. Sebastião] já a partir desta muito tenra idade se alojem opiniões salutares e de que nesta sua terra de pousio (por assim dizer) se lancem com mão atinada as sementes de todas as virtudes» (TEIVE, 2012: 710-711).

frequentemente tanto sombreiam e sufocam os nossos ânimos, que não os deixam florir[95]» (*ibid*.: 564-565).

É este, também, o sentido da estância 27 do Canto IX d'*Os Lusíadas*. O verbo «mondar» (IX, est.27, v.8) designa precisamente o esforço do mestre que remove os espinhos que crescem em redor do príncipe, como refere o texto de Castiglione. A expressão «trigo florecente» com que Luís de Camões se refere a D. Sebastião é o reconhecimento da índole virtuosa do rei (por oposição à expressão 'joio') e das qualidades que os seus privados, ao invés de cultivarem, permitem que sejam sombreadas pelos seus vícios que são 'o joio dos apetites' referido pelo personagem Ottaviano no trecho supracitado d'*O Cortesão*).

Os privados do rei D. Sebastião são acusados por Luís de Camões de substituírem a «verdadeira e sã doutrina» por adulação (IX, est.27, vv.6-7). Portanto, além de apontar os erros de D. Sebastião (o gosto excessivo pela caça e a recusa em contrair matrimónio), a alegoria de Actéon alude também às responsabilidades dos conselheiros dos príncipes.

N'*Os Lusíadas*, o repúdio dos aduladores manifesta-se ainda no modo como Camões recusa utilizar o seu canto para louvar qualquer ambicioso e obter algum tipo de proveito (VII, est.84, vv.5-8). A mesma crítica encontra-se também presente no livro IV d'*O Cortesão*. Nas palavras do personagem Ottaviano, compete ao cortesão, enquanto conselheiro do príncipe, fazer com que o seu senhor «não seja enganado por ninguém, nem escute os aduladores, nem os maledicentes e os mentirosos» (CASTIGLIONE, 2020: 552). Das mentiras dos maus nascia a «ignorância e a presunção de si mesmos» (*ibid*.: 552) que tinham muitos príncipes. O resultado de tal ignorância e presunção, por sua vez, era a recusa desses mesmos príncipes em ouvir a verdade sobre a sua conduta[96], algo que encaixa no perfil do então jovem Sebastião:

---

[95] Esta posição contraria a opinião expressada pelo senhor Gasparo no quarto livro d'*O Cortesão*: «não me parece […] que esta bondade de ânimo, a continência e as outras virtudes que vós pretendeis que o cortesão ensine ao seu senhor se possam aprender» (CASTIGLIONE, 2020: 560).

[96] Veja-se o que já o Livro de Eclesiastes 4, 13 afirmava: «Vale mais um jovem pobre, mas sábio, do que um rei velho, mas insensato, que já não sabe aceitar conselhos».

> [Os príncipes antigos], se bem que nalgumas coisas errassem, não fugiam por isso aos reparos e ensinamentos dos que lhes pareciam capazes de corrigir esses erros […]. Mas se diante de alguns dos nossos príncipes se apresentasse um filósofo severo, ou quem quer que seja, que lhes quisesse mostrar abertamente e sem artifício algum a face horrível da verdadeira virtude e lhes ensinar os bons costumes e que vida deve ser a de um bom príncipe, estou certo de que o detestariam à primeira vista como uma áspide, ou verdadeiramente troçariam dele como de coisa muito vil (CASTIGLIONE, 2020: 557).

Marcados pela mesma cultura humanista, ambos os textos (*O Cortesão* e *Os Lusíadas*) relevam ainda o valor do exemplo na formação e na orientação do príncipe. Castiglione, através da personagem Ottaviano, refere que o príncipe deve ser incitado à virtude «com o exemplo dos célebres capitães e de outros homens excelentes […] para que por uma inveja honesta se viessem a esforçar por alcançar também eles aquela glória» (2020: 559). Camões encerra o seu poema épico precisamente com uma referência a esta inveja[97], sobre a qual teceu, na mesma epopeia, outras considerações idênticas[98]. No Canto X d'*Os Lusíadas*, é Tétis quem retoma o tema da supremacia dos exemplos verdadeiros sobre a matéria fantasiosa, abordado pelo poeta na dedicatória do poema épico. Depois de salientar que os deuses greco-latinos («fabulosos, / Fingidos de mortal e cego engano», X, est.82, vv.3-4) só servem para «fazer versos deleitosos» (X, est.82, v.5), a deusa descreve do seguinte modo o valor dos exemplos: «Os que são bons, guiando, favorecem; / Os maus, enquanto podem, nos empecem» (X, est.83, vv.7-8).

Tanto em Castiglione quanto em Camões a insistência na necessidade de educar e orientar o príncipe decorre da convicção de que o governante é o exemplo dos seus

[97] «A minha já estimada e leda musa / Fico que em todo o mundo de vós cante, / De sorte que Alexandre em vós se veja / Sem à dita de Aquiles ter inveja» (X, est.156, vv.5-8).
[98] «Qualquer nobre trabalha que em memória / Vença ou iguale os grandes já passados. / As invejas da ilustre e alheia história / Fazem mil vezes feitos sublimados. / Quem valorosas obras exercita, / Louvor alheio muito o esperta e incita» (V, est.92, vv.3-8).

súbditos[99]. Nas palavras de Ottaviano, «enorme prova é que o príncipe é bom quando os povos são bons, porque a vida do príncipe é lei e mestra dos cidadãos» (CASTIGLIONE, 2020: 580-581). N'*Os Lusíadas*, a mesma ideia é expressa pelos versos «Um fraco rei faz fraca a forte gente» (III, est.138, v.8) e «É certo que com o rei se muda o povo» (IV, est.17, v.8). Ambos os textos coincidem ainda na ideia de que o valor e a índole do príncipe se mede pelo valor e pela índole do seu povo. No parecer do senhor Ottaviano, «não é a multidão dos súbditos, mas o valor, o que faz grandes os príncipes[100]» (CASTIGLIONE, 2020: 598). A mesma ideia encontra-se nos seguintes versos de Camões, dirigidos ao rei D. Sebastião: «Ouvi, vereis o nome engrandecido / Daqueles de quem sois senhor superno, / E julgareis qual é mais excelente, / Se ser do mundo rei, se de tal gente» (I, est.10, vv.5-8); «Olhai que sois, e vede as outras gentes, / Senhor só de vassalos excelentes» (X, est.146, vv.7-8).

Além de retratarem em termos idênticos a figura do conselheiro de príncipes, tanto *O Cortesão* quanto *Os Lusíadas* idealizam do mesmo modo o perfeito governante, atribuindo-lhe as mesmas qualidades. No caso d'*Os Lusíadas*, a diversidade de considerações acerca das qualidades e deveres do príncipe permite aproximá-lo da tradição dos espelhos de príncipes, como de seguida se defenderá.

Antes, porém, é ainda pertinente comparar *Os Lusíadas* com outro trecho d'*O Cortesão* que já não diz respeito à figura do conselheiro, mas à representação de D. Sebastião como *miles christianus* que se encontra no poema épico de Camões. Na obra de Castiglione, encontra-se a seguinte interrogação: «deixando os antigos, que empresa poderia ser mais nobre e gloriosa e mais proveitosa do que os Cristãos conjugarem as suas forças para subjugar os infiéis?» (CASTIGLIONE, 2020: 604). Esta é a ideia

[99] *O Cortesão*, Livro IV, X. *Vd. Sentenças*. TEIVE, 2012: 840; o mau exemplo do rei pode conduzir «muitas almas de muitos ao Inferno». *Vd.* BARROS, 1943: 7 – «nenhũa cousa mais aproveita ao povo que o bom exemplo do príncipe». TEIVE, 2012, 710: «nada é mais desejável para todos os homens do que o Estado dispor do melhor e mais sábio rei». FERREIRA, 2000: 329 – Carta II. 3, «a Luís Gonçalves de Câmara, mestre del-Rei D. Sebastião» – «é mais seguido / o exemplo do príncipe, que a dura / força de lei, ou prémio prometido» (vv.85-87).

[100] Contrária a esta posição é a do senhor Gasparo que afirma, no Livro IV d'*O Cortesão*: «Penso que seria um pequeno senhor aquele cujos súbditos fossem todos bons, porque em toda a parte são poucos os bons» (Castiglione, 2020: 598).

subjacente, entre outras, às estâncias 2-14 do Canto VII d'*Os Lusíadas*, em que Camões atribui aos portugueses a defesa e a expansão da cristandade. Note-se ainda que as expectativas de Camões em relação a D. Sebastião (transversais a toda a sociedade coeva) são idênticas às que Castiglione manifestava em relação ao futuro imperador Carlos V. Através da personagem Bernardo Bibbiena, o autor d'*O Livro do Cortesão* afirma:

> Enorme esperança promete de si também Dom Carlos, príncipe de Espanha, o qual, não tendo ainda chegado ao décimo ano da sua idade, demonstra já tanto engenho e tão seguros indícios de bondade, de prudência, de modéstia, de magnanimidade e de todas as virtudes, que se o império da Cristandade ficar, como se pensa, nas suas mãos, pode-se acreditar que há de obscurecer o nome de muitos imperadores antigos e igualar na fama os mais famosos que alguma vez houve no mundo (Castiglione, 2020: 606).

O confronto do Livro IV d'*O Cortesão* com a epopeia de Luís de Camões mostra, do meu ponto de vista, que a doutrina moral que se encontra n'*Os Lusíadas* não se dirige apenas a D. Sebastião, mas que se estende a todos os que, como seus conselheiros, o podiam auxiliar na sua ação governativa. As críticas e recomendações dirigidas por Camões a nobres e religiosos, nos Cantos V, VI, VII e IX do poema épico, não são meros excursos, desligados do sentido geral da epopeia, mas integram uma dimensão crucial da doutrina que Camões procura incutir em D. Sebastião, centrada na figura do conselheiro de príncipes.

2. Novo trigo florecente: o retrato do 'verdadeiro' príncipe n'*Os Lusíadas*

O episódio em que Vasco da Gama narra ao rei de Melinde a história de Portugal desempenha uma função idêntica à alegoria de Actéon, presente no Canto IX da epopeia. Do meu ponto de vista, ambos os episódios são simulacros da interlocução entre Camões e D. Sebastião em que, como escreve Cardoso Bernardes, assenta toda a epopeia (2022: 40). Num e noutro episódio, Camões apresenta a D. Sebastião lições distintas, mas complementares. No caso do mito de Actéon (associado às várias estâncias dos Cantos VI, VII, VIII, IX e X que foram anteriormente analisadas), a principal preocupação do poeta é a de mostrar a D. Sebastião que não estava rodeado de bons conselheiros. Camões expõe, pois, o ideal de conselheiro e apresenta-se a si mesmo como exemplo das qualidades que este deve possuir. Já a lição[101] que se encontra na narração intradiegética de Vasco da Gama (Cantos III e IV) está centrada na figura do governante, procurando estabelecer as virtudes do perfeito príncipe e os vícios de que se deve afastar.

Efetivamente, embora seja precedida por uma "lição" de geografia e por referências a heróis nacionais anteriores à formação do reino de Portugal (como Luso, Viriato ou o próprio conde D. Henrique), é o retrato dos reis portugueses que ocupa a maior parte da narração intradiegética de Vasco da Gama ao rei de Melinde. Pelas referências culturais que incorpora (geográficas, históricas e mitológicas), é evidente que esta narração (que podemos descrever como uma "história de reis" contada a um monarca) se dirige, não apenas ao destinatário intratextual, mas também a D. Sebastião (NETO, 2021: 17-18; 69-71).

A reflexão em torno dos atributos e deveres do perfeito governante, que se encontra nos Cantos III e IV d'*Os Lusíadas*, principia com o retrato do rei de Melinde,

[101] O termo é utlizado por Filgueira Valverde na obra *Camões*, publicada pela primeira vez em 1975. Nas palavras do autor, «é inusitado que um súbdito doutrine assim publicamente o Monarca; a juventude do rei justifica-o, mas é estranho que a sua «lição», depois de abarcar extremos muito diversos da governação do Reino, recaia fundamentalmente sobre um motivo bélico de política externa» (1982: 202).

descrito como um rei «nobre» (II, est.78, v.2), mais amado do que temido pelo seu povo (II, est.79, v.4), «benino» (II, est.82, v.2), «de peito sincero, humano e raro» (II, est.82, v.8) e piedoso (II, est.104, v.1). «Louvam do rei os mouros a bondade, / condição liberal, sincero peito, / magnificência grande e humanidade, / com partes de grandíssimo respeito (II, est.71, vv.1-4). Estas são, como se viu já, as qualidades próprias de um príncipe, descritas na generalidade dos espelhos de príncipes. Ao contrário do rei de Melinde, D. Sebastião não é narratário de uma história alheia, mas da história dos seus próprios antepassados. A figura do rei de Melinde constitui, na verdade, o primeiro de diversos retratos apresentados a D. Sebastião como orientação para a sua própria conduta.

Naturalmente, a reflexão em torno das obrigações e das qualidades próprias de um monarca aproxima *Os Lusíadas* do género dos espelhos de príncipes[102]. Como se verá, as considerações tecidas por Luís de Camões nos Cantos III e IV do seu poema épico exprimem uma preocupação profunda com a educação do rei D. Sebastião que se traduz tanto na quantidade quanto na diversidade das reflexões presentes nestas estâncias. Através de Vasco da Gama, Luís de Camões reflete a propósito das origens e das finalidades do poder monárquico, bem como sobre as virtudes necessárias ao que o exerce e os limites que experimenta. Todos estes temas são recorrentes na tradição dos espelhos de príncipes.

Uma vez que *Os Lusíadas* foram dedicados a D. Sebastião, a aproximação do poema épico de Camões ao género dos espelhos de príncipes pode começar, naturalmente, pela comparação desta epopeia a um espelho de príncipes também dedicado ao rei Desejado[103]. Escolhemos, para este fim, a *Institutio Sebastiani Primi,* de

[102] Sobre a relação do género épico com a tradição dos espelhos de príncipe, leia-se a seguinte afirmação de Nair Soares: «pela espiritualidade e mundo de valores que encerram, os Poemas Homéricos devem ser considerados a mais antiga fonte de inspiração do género» (1994: 17-18), tendo estabelecido como paradigmas «o valor e o significado da poesia, implícitos na arte de Aquiles, ao cantar os feitos dos heróis», «o papel fundamental atribuído à virtude dos antepassados» e «a importância dos *exempla*, tirados das ações dos heróis míticos do passado» (SOARES, 1994: 18). Não é de estranhar, portanto, que no poema camoniano, que imita os modelos antigos, figurem os mesmos paradigmas.

[103] Nair de Nazaré Castro Soares, por exemplo, realizou o confronto da obra *De regis institutione et disciplina*, de D. Jerónimo Osório com a epopeia camoniana (Soares, 2012: 459-469). Ambos os textos foram publicados no ano de 1572.

Diogo de Teive, publicada nos *Opucula aliquot* do autor, em 1558[104], pouco depois de D. Sebastião ascender ao trono. De alguma forma, esta obra de Diogo de Teive antecipava as preocupações em torno da educação do rei, manifestadas logo nas Cortes de 1562-63[105]. À data da publicação da *Institutio*, Camões já teria principiado a redação d'*Os Lusíadas* e, possivelmente, já pensaria dedicá-la a D. Sebastião. Por isso, mesmo que não exista influência direta da obra de Teive na epopeia camoniana, parece-me evidente que as inquietações manifestadas pelo autor da *Institutio* em relação à educação do monarca podem elucidar as preocupações que terão motivado Camões a dedicar a D. Sebastião uma epopeia com tão explícito valor pedagógico.

Por outro lado, para se identificar as eventuais singularidades dos espelhos de príncipes dedicados a D. Sebastião, convém compará-los com os que foram dedicados a outros reis. No caso português, a produção deste tipo de textos foi mais significativa no reinado de D. João III (1521-1557), sendo o mais antigo espelho de príncipes publicado no reinado do rei Piedoso a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* (1525), de frei António de Beja. Também o estudo deste pequeno tratado dará uma ideia clara do sentido e da importância da reflexão em torno da figura do governante na epopeia camoniana. Na análise que farei dos vários temas comuns aos três textos, seguirei a cronologia da publicação das obras, referindo primeiro o texto de Beja, de seguida a obra de Teive e só então *Os Lusíadas*.

2.1. A tradição dos espelhos de príncipes

Ana Isabel Buescu descreve os *specula principum* como «género constituído por uma vastíssima literatura de caráter político, moral, pedagógico e normativo relativa ao príncipe que pretende fixar a imagem do perfeito governante, exemplo de virtudes morais e do bom governo» (1996b: 30). Dentro da pluralidade que os caracteriza, todos estes textos «coincidem no objecto, ou seja, o estabelecimento de uma imagem normativa que tem por finalidade a representação do perfeito monarca e a configuração

[104] Nesta dissertação é utilizada a tradução de Francisco de Andrade, publicada em 1565 na coleção de obras de Diogo de Teive intitulada *Epodon siue iambicorum carminum libri tres*.
[105] Os capítulos destas Cortes constam da obra de José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso e Lastimado…* (1737: 34-42; livro I, cap. VII).

de um modelo ideal» (*ibid*.: 30). Este tipo de representação pode ser encontrado, nomeadamente, na historiografia, na oração fúnebre ou na oração em cortes (*ibid*.: 16), lugares por excelência de «advertência e de estabelecimento dos próprios limites do poder régio» (*ibid*.: 17). Entre os aspetos que aproximam estes vários textos estão também a «instância de exemplaridade» que lhes subjaz, que «configura modelos e prácticas de comportamento considerados idealmente virtuosos» (*ibid*.: 19), e a sua dimensão aristocrática. Escreve Buescu que alguns destes textos «para além da dimensão virtuosa do soberano ideal, veiculam prácticas e códigos de comportamento apropriados aos círculos da aristocracia áulica» (*ibid*.: 31).

A origem destes textos exemplares remonta ao período carolíngio, onde se «situa a primeira reflexão mais ou menos sistemática sobre o alcance e significado da autoridade secular na sociedade cristã», com as obras *De Via Regia*, de Smaragdo de Verdun, *De Rectoribus Christianis*, de Sedúlio de Liége, *De Institutiones Regis*, da autoria de Jonas de Orleães, e *De Regis Persona et Regis Ministerio*, de Hicmar de Reims (Buescu, 1996b.: 32). No entanto, é no período capetíngio que se assiste à proliferação de «tratados para a educação do príncipe» e, segundo Jean-Philippe Genet, à «criação do verdadeiro género do espelho de príncipes» (*ibid*.: 33). Felix Gilbert sugere que os modelos clássicos, «tendo dado origem ao género, fornecem apenas *topoi* avulsos e por vezes de menor importância sobre a imagem do perfeito príncipe» (*apud* Buescu 1996b: 42). Os modelos acabados do género são medievais, tendo particular importância o *De Regimine Principum*[106], de São Tomás de Aquino, e a obra homónima de Egídio Romano (c.1287) (*ibid*.: 36).

A constituição do discurso sobre o perfeito governante nasce do «entrelaçar da *auctoritas* e do *exemplum*» (BUESCU, 1996b: 37). Ao refletir sobre a tradição dos *specula principis* em Portugal, Buescu nota ainda a confluência, na redação destes textos, de três modelos. O modelo bíblico, que «fornece o quadro geral da inteligibilidade da origem e

[106] «Zurara afirma que esta obra e a de frei Egídio Romano, de igual título e destinada à educação de Filipe o Belo, eram conhecidas desde o reinado de D. João I» (L. MATOS, 1983: 18). A influência destas obras é notória no *Leal Conselheiro* e no *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, de D. Duarte, e ainda n' *O livro da virtuosa benfeitoria*, de D. Pedro.

da finalidade do poder régio (*ibid*.: 72-73), bem como o «quadro da piedade e das virtudes do monarca, a pedagogia dos *exempla* relativos ao bom e ao mau rei, aos perigos da tirania e do «império» dos vícios e à necessidade das virtudes» (*ibid*: 73). Este é o modelo seguido por frei António de Beja na sua *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* (1525). Por sua vez, o modelo aristotélico-medieval (de que é paradigmática a obra de Egídio Romano) aponta «o quadro dos deveres do príncipe através de uma estrutura tripartida – como homem, como chefe de família e como governante». Finalmente, Ana Buescu destaca a existência de um modelo clássico, que tem em Aristóteles a «referência matricial no que respeita à codificação das virtudes (…), às formas de governo (…) e ao governo da casa» (1996b: 75). Este último modelo «surge exemplarmente tipificado nas leituras que Carlos V (…), rei de França, privilegiava na corte: "Chascuns jours il lit ou fait lire devant lui de *Éthiques*, de *Pollitiques* ou d'É*conomiques*"» (*ibid*.: 75).

Nair Soares, por sua vez, considera que deve reservar-se ao *Panegírico de Trajano* um «lugar de relevo» no que respeita à constituição desta família de textos, por se tratar de uma «obra dirigida a um príncipe ainda vivo, onde se apresenta de forma acabada uma doutrinação política, que informa todos os tratados futuros[107]» (SOARES, 1994: 35). As qualidades humanas repetidamente exaltadas por Plínio[108], «definem o ideal de um príncipe, não senhor dos seus súbditos, mas um pai de todos[109] (…)» (SOARES, 1994: 35). Sucintamente, o *Panegírico de Trajano* destaca num bom príncipe o «apoio dado às letras, às artes e às ciências», «a emulação pela recompensa da virtude», o fazer-se rodear por bons conselheiros, o «respeito pelas leis (*honor legem*)», acima das quais o príncipe não se deve colocar, bem como a discrição e tranquilidade da sua casa (*ibid*.:

[107] Como escreve Márcio Muniz, «sabe-se que a grande maioria desses tratados é sempre escrita por um homem sábio que se propõe a transmitir seus ensinamentos sobre a construção do bom governo a um monarca, a quem, via de regra, dedica a obra» (2001: 97).

[108] Essas qualidades são: *humanitas, temperantia, facilitas, modestia, moderatio, frugalitas, clementia, liberalitas, benignitas, continentia, labor, fortitudo* (*apud* SOARES, 1994: 35).

[109] Diogo de Teive descrevia os reis de Portugal como pais da pátria, precisamente. Na carta que escreve ao "reverendíssimo bispo D. Julião de Alva, régio capelão-mor" o humanista bracarense afirma: «até estes nossos tempos, já houve dezasseis reis, os quais, quase todos, com toda a justiça mais podem ser chamados compassivos e benévolos pais da pátria e dos seus concidadãos do que reis potentes e imperiosos» (TEIVE, 2012: 710).

35). O príncipe perfeito (*castus et sanctus et dis simillimus princeps)* é para o autor uma dádiva dos céus[110] (*munus deorum*) (*ibid*.: 35).

Na «perspectiva privilegiada dos espelhos de príncipes», que é a da «representação do perfeito governante», entronca a sua «vertente pedagógica[111]» (BUESCU, 1996b: 141), que é particularmente relevante na *Institutio Principis Christiani* (1516), de Erasmo de Roterdão. Nessa obra, Erasmo recomendava ao futuro imperador Carlos V a leitura de obras específicas, com vista à sua formação moral. Entre os textos sagrados, figuravam os Provérbios de Salomão, o Eclesiástico, o Livro da Sabedoria e os Evangelhos. Além destes, o humanista recomendava os *Apophthegmata* e os *Moralia* de Plutarco e ainda a obra de Séneca (*ibid*.: 80-81). Erasmo tece, igualmente, a crítica, «verdadeiro lugar-comum» da época, dos «livros de cavalaria[112] e outras fábulas semelhantes» (*ibid*.: 81).

2.1.1. Os espelhos de príncipes nos reinados de D. João III e D. Sebastião

Em Portugal, foi no reinado de D. João III que a proliferação dos espelhos de príncipes foi mais significativa[113]. Além da *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*

---

[110] As referências à imagem do rei como *munus deorum* são recorrentes na obra de vários autores quinhentistas portugueses. António Ferreira, por exemplo, na "Congratulação de todo Reino a el-Rei D. João III na morte do Príncipe D. João" (Carta I.1), dirige-se com estas palavras a D. João III: «boníssimo João, mais *pai da pátria* / que Brutos, ou que Augustos, ou Trajanos, / *por grã mercê de Deus*, e glória nossa / *dado a estes Reinos* teus do rico Tejo / até Eufrates, Nilo, Tigris, Gange» (Ferreira, 2000: 253, vv.2-6). Este é também um motivo recorrente quer nas *Sentenças* quer na *Institutio* de Diogo de Teive, ambas as obras dedicadas pelo autor a D. Sebastião. Escreve o humanista bracarense sobre D. Sebastião: «da mesma maneira que ele nos foi *dado por Deus todo-poderoso através de um milagre*, assim tudo quanto ele diz e faz é muitíssimo semelhante a um milagre» (2012: 710).
Finalmente, no soneto que Pero d'Andrade Caminha escreve a Diogo de Teive, que antecede a *Institutio* Sebastiani Primi, encontra-se a seguinte referência ao rei Desejado: «o grão Sebastião, rei milagroso, / dado do Céu por comum bem e emparo» (a*pud* TEIVE, 2012: 850-851).

[111] Em Portugal, destacam-se nesta vertente, durante o reinado de D. João III, as três obras de Francisco de Monçon: o *Libro Primero dl Espejo dla Prĩcesa Christiana* (c.1543), *o Libro Primero del Espejo dl Principe Christiano* (1544) e o *Libro Segũdo dl Espejo del Perfecto Principe Christiano* (anterior a 1545).

[112] Luis Vives, por exemplo, classificou o *Amadís de Gaula* como «pestífero» (BURKE, 1998: 33).

[113] A presença do género em Portugal é bem mais antiga, embora pontual. O mais antigo parece ser o *Speculum regum* (1341-1344) do bispo Álvaro Paes. Um outro, anterior ao reinado do Piedoso, merece também menção: o *De republica gubernanda per regem* (c.1496), de Diogo Lopes Rebelo, publicado no reinado de D. Manuel I.
Luís de Matos, na sua introdução às *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do Príncipe D. Sebastião*, de André Rodrigues de Évora, sublinha ainda a importância da tradução feita por Vasco Fernandes de Lucena à obra *De ingenuis moribus et liberalibus studiis*, de Pietro Paolo Vergerio, o *Tratado das virtudes que*

(1525), são conhecidas oitos obras redigidas até 1558, algumas das quais permaneceram inéditas (L. MATOSO*príncipes* (1550) e a *Institutio Sebastiani Primi* (1558), de Diogo de Teive.

Além destas, Luís de Matos salienta ainda outras obras que, não tratando exclusivamente da educação de príncipes, partilham afinidades com a tradição dos espelhos de príncipes, igualmente publicadas no reinado de D. Sebastião: o *Relox de príncipes* (1529), de António de Guevara; a *Da creação dos príncipes*, de António Pinheiro; o texto *Dos reis e príncipes seculares e do que a seus estados pertence*, da autoria de Diogo de Sá; e, por fim, a *Instituição de tôdolos príncipes cristãos*, «previamente traduzida do italiano em francês, que deve datar de meados do séc. XVI» (1983: 19).

Grande parte dos espelhos de príncipes publicados em Portugal foram dedicados ao próprio D. João III[114]. Alguns foram dedicados a seu filho, o príncipe D. João Manuel. Note-se que, em 1516, Erasmo de Roterdão havia dedicado ao futuro Carlos V a sua *Institutio Principis Christiani* e que Antonio de Guevara dedica a este mesmo monarca o seu *Relox de Príncipes*. À luz da existência de textos exemplares dedicados aos seus avós e a seu pai, é com naturalidade que também D. Sebastião aparecerá como destinatário de obras idênticas (BUESCU, 1997: 39), de entre as quais se destacam as *Sentenças para a Ensinança e Doutrina do príncipe D. Sebastião*, de André Rodrigues de Évora (1554), a *Institutio Sebastiani Primi*, de Diogo de Teive (1558)[115], a reedição do *Libro primero del Espejo del principe christiano* (1571), de Francisco de Monzón (desta vez dedicada ao monarca Desejado*[116]*) ou ainda o *De Regis Institutione et Disciplina*, de Jerónimo Osório (1572). As obras exemplares dedicadas a D. Sebastião (sobretudo as mais antigas)

pertencem a um príncipe, do mesmo Vasco Fernandes de Lucena (dedicado a D. Afonso V) e ainda a impressão, em Lisboa, (c.1500) dos *Poemata* de Cataldo Síciulo «que incluíam um certo número de "Proverbia", dedicados ao príncipe herdeiro D. Afonso.

[114] É o caso da *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, de frei António de Beja, dedica ao rei Piedoso por ocasião do casamento do monarca com D. Catarina de Áustria.

[115] Foi publicada nos *Opuscula aliquot* (1558) e mais tarde traduzida do latim por Francisco de Andrade, e publicada nos *Epodos, que contêm sentenças úteis a todos os homens, às quais se acrescentam regras para a boa educação de um príncipe* (1565).

[116] A primeira edição desta obra é de 1544, dedicada a D. João III.

ganham particular relevância na circunstância específica da tenraidade com que o monarca ascendeu ao trono.

À semelhança do que sucede com as obras de frei António de Beja e de Diogo de Teive, também *Os Lusíadas* (que contêm uma ampla reflexão em torno da figura do príncipe) foram dedicados a um rei vivo, para lhe servir de orientação de conduta. O autor da *Breve Doutrina* sublinha que ofereceu a sua obra a D. João III «por seguir costume dos escritores antigos que, por darem autoridade a suas obras, tudo quanto escreviam dedicavam e consagravam aos príncipes» (Beja, 2018: 336). No caso da dedicatória d'*Os Lusíadas*, a circunstância de estar integrada na estrutura interna do poema e de não constituir um texto preliminar ilustra a proximidade do poema com o género dos espelhos de príncipes e é reveladora do lugar ocupado por D. Sebastião no poema épico de Camões, como destinatário das várias lições que que o poeta aí lhe dirige, de forma mais direta ou, sobretudo, de modo mais indireto.

2.2. *Os Lusíadas* e a educação de D. Sebastião

A preocupação pedagógica d'*Os Lusíadas*, como anteriormente referi, subjaz à preferência pela matéria verídica manifestada pelo poeta na dedicatória do seu poema épico: «ouvi, que não vereis com vãs façanhas, / fantásticas, fingidas, mentirosas, / louvar os vossos» (I, est.11, vv.1-3). Na verdade, a crítica da matéria fantasiosa (e dos romances de cavalaria em particular) é um lugar-comum dos espelhos de príncipes. Tanto a *Breve Doutrina*, de frei António de Beja, quanto a *Institutio Sebastiani Primi*, de Diogo de Teive, por exemplo, manifestam a convicção de que, para a educação do príncipe, são mais produtivos os exemplos[117] extraídos da história do que as ficções compostas pelos poetas[118].

[117] A defesa da utilidade do exemplo, enquanto instrumento retórico que permitia ao orador *delectare*, *docere* y *mouere*, provém também de textos clássicos como o *Do Orador*, de Cícero, a *Retórica a Herénio*, ou a *Institutio Oratoria* de Quintiliano. É relevante, ainda, a *auctoritas* de Plutarco, Valério Máximo, ou Áulio Gélio (Melo, 2011: 129), e de Diógenes Laércio (Soares, 2011: 380). Também Platão, no *Górgias*, se refere à função ética do exemplo (Lausberg, 1982: 242).

[118] *Vd*. BEJA, 2018: 335. «E se as vãs e fingidas escrituras em alguma maneira provocam virtude lendo-as, que farão as vidas dos virtuosos e nobres varões que, postos em as dignidades e mandos reais, fizeram coisas dignas de toda memória e louvor?»

No prólogo da *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* (1525), dirigido a D. João III, frei António de Beja salienta o facto de a sua obra ter sido escrita

> não curando das falsas histórias e fingimentos dos antigos cavalheiros que à maneira de sonhos vãos foram compostas e escritas, como são a de *Amadis*, *Esplandião*, *Tristão de Leonis* e outras vaidades a estas semelhantes de que os paços e câmaras dos grandes senhores estão comummente ornadas e providas (2018: 335).

Para a redação do seu texto, o hieronimita afirma ter-se centrado nos «feitos e ensinanças de muitos reis e pessoas de Estado excelentes (…) que por Deus foram ajudados[119]». No mesmo prólogo indaga ainda frei António de Beja: «que coisa, príncipe excelente, mais deve amar e ler todo rei cristão que as crónicas e feitos dos reis escolhidos por Deus?» (BEJA, 2018: 335). Segundo o autor da *Breve Doutrina*, as «vidas dos virtuosos e nobres varões que, postos em as dignidades e mandos reais, fizeram coisas dignas de toda memória e louvor» devem servir de espelho ao príncipe, «porque os feitos dos feios e maus aborreça, e o gracioso gesto, parecer e obras dos virtuosos e bons ame e siga» (*ibid.: 335*). É a estes virtuosos varões que Camões alude, na proposição do seu poema épico: «aqueles que por obras valorosas / se vão da lei da morte libertando» (I, est.2., vv.5-6).

A importância dos exemplos de reis e varões virtuosos na educação de um príncipe é também sublinhada diversas vezes por Diogo de Teive na sua *Institutio Sebastiani Primi*. Nessa obra, Diogo de Teive recomenda a Francisco Sá de Meneses (quando escreveu a obra, Diogo de Teive alimentava a esperança de que o seu destinatário viesse a ser o responsável pela educação do rei):

> Exemplos singulares ante os olhos

[119] De facto, a *Breve Doutrina* de Beja obedece a uma "orientação bíblica" pois, «com base na centralidade da codificação aristotélica das virtudes e formas de governo, privilegia a representação do bom príncipe de acordo com uma matriz cristã ou mesmo cristológica» (Buescu, 1996b: 142). Grande parte dos exemplos convocados pelo religioso são extraídos das Sagradas Escrituras.

De reis antepassados lhe apresentem[120],
Principalmente aqueles com que os grandes
Avós, donde procede, mereceram
Subir ao alto Céu resplandecente (TEIVE, 2012: 857).

O autor repete esta recomendação nas seguintes passagens: «ajuntar-lhe-ás (…) alguns exemplos / de príncipes famosos de outro tempo»; «insina-lhe a trazer sempre na boca / muitos ditos de príncipes e sábios» (2012: 865).

A crença na exemplaridade do passado não obsta a que Diogo de Teive recomende também o uso de «histórias fabulosas» na educação de D. Sebastião, por elas serem agradáveis «a peitos pueris». Com estes «exemplos bons, inda que falsos», o rei deveria aprender as virtudes a que deveria afeiçoar-se e os vícios que deveria "aborrecer" (*ibid.*: 865). Note-se que a opção pedagógica de Teive pode ser explicada pelo facto de que, à data da sua publicação (1558), D. Sebastião ter apenas quatro anos[121]. Em todo o caso, entre as histórias fabulosas a que alude Teive não se encontram os romances de cavalaria. O autor da *Institutio* especifica a utilidade, na educação do rei, de «alguas fábulas / de brutos animais» [«inda que sejam / exemplos mintirosos e tão baixos, / agradáveis serão e proveitosos» (2012: 870)] e das fábulas dos poetas, as quais «ainda que estão cubertas [sic] de cortiça, / debaixo um saboroso sumo escondem». Dois dos exemplos referidos pelo autor figuram na epopeia camoniana: o mito de Faetonte[122] e

[120] Esta recomendação consta também das *Sentenças* que o mesmo Diogo de Teive dedicou a D. Sebastião: «de reis exemplos principais e insignes / ante teus olhos sempre trazer deves / para que em tudo sigas os melhores», «e para que dos maus prudentemente / fujas» (2012: 844).
Publicado em 1565 numa coleção de obras do autor intitulada *Epodon siue iambicorum carminum libri tres*, o texto original das *Sentenças* (em latim) era acompanhado por uma tradução portuguesa realizada, a pedido do autor, "por homens muitíssimo doutos".

[121] Como escreve o autor da *Institutio Sebastiani Primi*, «despois que a madura idade chega, / e convém pera o corpo outros manjares, / ao ânimo também já convém outro / mantimento maior, de mais substância» (Teive, 2012: 872).

[122] O discurso do velho do Restelo apresenta, como exemplos da temeridade e das suas nefastas consequências, Prometeu, Ícaro e Faetonte (IV, est. 103-104). O mito de Faetonte é ainda referido em I, est. 46. Na obra de Diogo de Teive, tal como no comentário de D. Marcos de S. Lourenço, Faetonte é o exemplo do rei soberbo: «isto é um retrato, ua figura / de um príncipe soberbo e descuidado, / que impetuosamente e sem conselho / sem ordem, sem razão governa a terra» (2012: 871).

a fábula da formiga previdente[123], mas esta última, ao contrário do que sucede com o mito de Faetonte, não alude, n'*Os Lusíadas*, a D. Sebastião).

Adquirindo o monarca a necessária maturidade e dominando já o latim, Diogo de Teive recomenda que D. Sebastião leia «aquelas grandes, / aquelas espantosas escrituras / que do passado tempo a nós vieram, / nas quais se está enxergando em toda a parte / amor, religião, fé, piedade» (2012: 879), entre as quais estaria, certamente, a *Eneida* de Virgílio. A utilidade destas obras residia, uma vez mais, na sua exemplaridade. «Para tudo achará ali mil exemplos / de esforço, de constância e fortaleza, / de bondade, de amor aos seus vassalos, / os quais trabalhará de imitar sempre» (Teive, 2012: 879).

Tal como Cícero[124], também Diogo de Teive entende que a história é mestra da vida[125], podendo, além de deleitar, instruir[126]: «natureza é da história com grão gosto / ânimos recrear e entendimentos / e ensinar a fugir dos maus costumes / seguir os que são bons: a qual, por isto, / se chama, com rezão, mestra da vida» (Teive, 2012: 879).

Além do exemplo e das sentenças de príncipes e varões virtuosos[127], Diogo de Teive recomenda também o uso da pintura como instrumento pedagógico: «[D. Sebastião] muito aproveitará ver em pinturas / mil cousas boas, donde tirar possa / ardente amor do honesto, puro e santo / Co' o qual direitamente ao Céu se sobe» (2012: 865).

---

[123] Esta fábula é referida na estância 23 do Canto II d'*Os Lusíadas*.

[124] Os exemplos fazem acreditar (*exempla fidem faciunt*), dizia Cícero (Melo, 2011: 129). Por isso, deviam ser extraídos da história, «que é testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado» (…), como se pode ler no *Do Orador* (2.9.36)» (*ibid*.: 128).
De facto, já na Antiguidade clássica, nomeadamente em Roma, o exemplo extraído da história era utilizado como instrumento pedagógico. «Prácticamente, la educación moral del joven romano, como la del griego, se alimentaba por una selección de ejemplos que se ofrecían a su admiración; pero éstos estaban tomados de la historia patria, y no de la poesía heroica. Poco importaba que muchos de esos exempla fuesen legendarios: se los presentaba y se los revivía como históricos» (MARROU, 1965 *apud* TRUJILLO, 2011: 512).

[125]

[126] «E assi como daqui [da história] se tira gosto, / assi também se tira grande fruito / com que o saber se ajuda e se acrecenta» (Teive, 2012: 879).

[127] Recorde-se que Diogo de Teive é autor de um livro de sentenças dedicado a D. Sebastião, publicado em 1565.

Finalmente, o próprio louvor das obras do monarca é referido por Diogo de Teive como instrumento útil à educação de D. Sebastião: «também, por outra parte, com louvores / lhe celebra, engrandece e lhe levanta / as obras que fizer com temperança / modéstia, discrição, benignidade, / com largueza, conselho e sofrimento (2012: 865).

N'*Os Lusíadas*, à semelhança do que sucede na obra de frei António de Beja, o repúdio dos romances de cavalaria é explícito: «ouvi, que não vereis com vãs façanhas, / fantásticas, fingidas, mentirosas, / louvar os vossos, como nas estranhas / musas, de engrandecer-se desejosas» (I, est.11, vv.1-4). A mesma ideia é reiterada por Vasco da Gama, no final da sua narração intradiegética ao rei de Melinde: «a verdade que eu conto, nua e pura, / vence toda grandíloqua escritura» (V, est.89, vv.7-8). A crítica dos romances de cavalaria é feita ainda pelo personagem Veloso, que no Canto VI d'*Os Lusíadas*, narra as proezas dos Doze de Inglaterra. O seu relato, ainda que trate de «amores» (VI, est.40, v.8) e «branduras» (VI, est.41, v.2), é útil à formação de varões virtuosos porque possui carácter exemplar: «porque os que me ouvirem daqui aprendam / a fazer feitos grandes de alta prova» (VI, est.42, vv.5-6). Além disso, o discurso de Veloso revela preocupação com o estabelecimento de uma ética de comportamento cavalheiresco, e não com a descrição de peripécias bélicas. Como afirma o mesmo personagem, mais adiante: «[g]astar palavras em contar extremos / de golpes feros, cruas estocadas, / é desses gastadores que sabemos, / maus do tempo com fábulas sonhadas» (VI, est.66, vv.1-4).

É a crença na exemplaridade do passado, própria do Classicismo e do Humanismo renascentista, que explica que, na dedicatória d'*Os Lusíadas,* sejam apresentados a D. Sebastião os exemplos da história de Portugal que Vasco da Gama, por sua vez, apresentará ao rei de Melinde. Todos esses exemplos visam incentivar D. Sebastião à realização de feitos idênticos, como revela o seguinte verso, dedicado por Luís de Camões ao rei Desejado: «Dareis matéria a nunca ouvido canto» (I, est.15, v.4). O propósito didático da narração de Vasco da Gama é explicitado pelo próprio navegador português, na estância que encerra o discurso que profere perante o rei de Melinde:

> Quão doce é o louvor e a justa glória
> Dos próprios feitos, quando são soados.

Qualquer nobre trabalha que em memória
Vença ou iguale os grandes já passados.
As invejas da ilustre e alheia história
Fazem mil vezes feitos sublimados.
Quem valorosas obras exercita,
Louvor alheio muito o esperta e incita (V, est.92).

Como Diogo de Teive e frei António de Beja, também Camões sublinha a D. Sebastião a necessidade de se deixar guiar pelos exemplos dos seus antepassados. Camões, tal como o autor da *Institutio Sebastiani Primi*, manifesta a convicção de que é seguindo o exemplo dos seus avós que D. Sebastião alcançará a fama:

Em vós se veem, da Olímpica morada,
dos dois avós as almas cá famosas,
uma, na paz angélica dourada,
outra, pelas batalhas sanguinosas.
Em vós esperam ver-se renovada
sua memória e obras valorosas,
e lá vos têm lugar, no fim da idade,
no templo da suprema eternidade (I, est.17).

À luz desta convicção (de que os feitos dos antepassados incitam os príncipes à realização de feitos idênticos), é compreensível que uma parte significativa da narração intradiegética de Vasco da Gama ao rei de Melinde esteja centrada nas figuras dos catorze reis de Portugal que antecederam D. Sebastião e o seu avô, D. João III. Camões escreve num momento em que a consciência épica dos portugueses atinge o seu auge. Não é um facto menor que as Cortes realizadas em 1562-63 (a que D. Sebastião, com apenas oito anos, assistiu), propusessem a D. Sebastião que mandasse imprimir as crónicas dos reis passados[128]. Além de consagrarem os feitos desses reis, dando-lhes a

[128] «Até este tempo se tinha só imprimido a de D. João II. em quanto Principe por Damiaõ de Goes, e depois de Rey por Garcia de Rezende, e a que primeiro se seguio, foy a de D. Manoel pelo mesmo Goes, que neste tempo a escrevia, e queriaõ os Povos se manifestassem as proezas, e obras famosas dos Antigos, para exemplo, e esforço dos presentes, e vindouros; porque sabiaõ, que se guardavaõ escritas no segredo da Torre do Tombo» (Baião, 1737: 41).

merecida Fama, essas crónicas serviriam de exemplo a D. Sebastião e poderiam ser usadas como instrumento da sua educação.

Se a narração de Vasco da Gama se centra nos reis de Portugal (não excluindo, ainda assim, outras figuras relevantes da história do reino), a descrição das bandeiras portuguesas que o seu irmão, Paulo da Gama, faz ao Catual centra-se em diversos homens virtuosos que adquiriram o estatuto de heróis e mereceram ser imortalizados através da pintura. Neste episódio (que é uma espécie de réplica da narração de Vasco da Gama ao rei de Melinde), Luís de Camões reconhece, como Diogo de Teive, a utilidade da «muda poesia» como instrumento pedagógico. «Tudo o gentio nota, mas o intento / Mostrava sempre ter nos singulares / Feitos dos homens que em retrato breve / A muda poesia ali descreve» (VII, est.76, vv.5-8). Repare-se que a descrição destes quadros é simbolicamente antecedida pelas estâncias em que o poeta estabelece quem são os homens merecedores do seu louvor (VII, est.83-87). Além de D. Sebastião, a diversidade de heróis convocados na descrição de Paulo da Gama servemde modelo aos nobres que deles descendem e a quem são deixadas várias críticas, nas estâncias 39-42 do mesmo Canto VIII.

É interessante notar que, através deste episódio, Camões replica as considerações tecidas por Francisco de Holanda no seu tratado *Do tirar polo natural*, cuja escrita foi finalizada em 1549[129]. No parecer de Francisco de Holanda, os retratos tinham a «dupla função de servir como substitutos visuais do modelo e de inspirar o dono a igualar os feitos da pessoa representada» (JORDAN, 2017: 63). O artista manifesta a crença de que «[o]s príncipes ou reis que demonstrassem excecionais qualidades de liderança durante as suas vidas deveriam ser imortalizados para a posteridade» (*ibid*.: 62).

Annemarie Jordan realça que «o costume de decorar o interior dos palácios e dos edifícios públicos com imagens de heróis militares, antigos chefes, poetas e filósofos se generalizou-se a partir do século XIV e manteve-se até ao século XVI (1994: 81). Entre

[129] «Trata-se de onze diálogos em que são debatidas as finalidades do retrato e a função das colecções de retratos. De acordo com Holanda, os retratos destinavam-se a glorificar e a imortalizar pessoas de excepcional valor social, intelectual e moral» (Jordan, 1994: 80).

os temas mais representados nestes ciclos pictóricos, encontram-se «antigos estadistas, santos, virtudes e vícios, os Nove Heróis e as Nove Heroínas» (*ibid*.: 81). Escreve a autora que os «princípios subjacentes a estes ciclos narrativos e didácticos eram a educação moral e o humanismo cívico, em que os grandes feitos de outros tempos deviam servir de modelos (*exempla*) aos governantes do Renascimento que se diziam descendentes desses antepassados ilustres» (*ibid*.: 81). Annemarie Jordan sugere ainda que a coleção de retratos de D. Catarina de Áustria obedecia a estes mesmos princípios. De facto, na coleção da mulher de D. João III existiam várias cópias de retratos de membros da família Habsburgo. Segundo Jordan, «a presença destas réplicas (…) servia uma dupla intenção: por um lado, eram a imagem didáctica e propagandística da Casa de Habsburgo e, por outro, serviam de modelo a D. Sebastião» (JORDAN, 1994: 98).

Assim, confrontando *Os Lusíadas* com as posições defendidas pelos espelhos de príncipes, por um lado, e com a existência de uma galeria de retratos que tinha por objetivo estimular D. Sebastião à realização de feitos heroicos, por outro, pode concluir-se que a preferência de Camões pela matéria histórica, em detrimento da matéria ficcional, não constitui apenas uma opção estética, mas obedece a preocupações pedagógicas concretas.

2.2.1. O monarca virtuoso

Como espelhos de príncipes que são, tanto a *Breve Doutrina* quanto a *Institutio Sebastiani Primi* consagram a maior parte da sua reflexão ao retrato do monarca virtuoso. Afinal, o objetivo dos exemplos neles convocados é o de incutir nos príncipes a que se destinam as virtudes que lhes são necessárias ao exercício do ofício régio. Tanto Diogo de Teive quanto frei António de Beja entendem que a necessidade de um rei virtuoso provém do facto de o monarca ser o exemplo do seu povo. E é este entendimento que se lê igualmente na epopeia de Luís de Camões.

No parecer do autor da *Breve Doutrina*, o rei «é posto por Deus em poder e grandeza de real majestade, para que a todos com celestial resplendor de virtudes seja maravilhosa luz e claridade a que os seus olhem cada dia» (2018: 333). «Muito certo provocam os súbditos os feitos e obras do príncipe e senhor, onde um sábio, escrevendo

a Teodósio imperador, dizia: (…) "mais valem as obras que os preceitos do regente, ca o vulgar povo, não estável em suas coisas, sempre se muda com os costumes e viver do seu príncipe"» (BEJA, 2018: 350).

Por seu lado, Diogo de Teive, na *Institutio Sebastiani Primi*, recomenda a Francisco Sá de Meneses: «avisa-o de que dos reis exemplo tomam / todos os seus e sempre se afeiçoam àquilo / a que os veem mais afeiçoados» (2012: 865). O humanista recomenda, portanto, que o mestre faça com que o príncipe ouça «quanta, quão alta / dignidade é a de um rei, quanto lhe cumpre / trazê-la acompanhada de virtudes» e acrescenta: «faça-lhe também persuadir-se / que não há milhor cousa, mais fermosa, / mais nobre, mais honrada que a virtude» (2012: 864). D. Sebastião, como futuro rei, deveria ser ensinado a imitar, louvar e favorecer a virtude (2012: 857).

Ora, n'*Os Lusíadas*, Camões faz eco destes pensamentos em vários versos, como os que seguem: «Um fraco rei faz fraca a forte gente» (III, est.138, v.8); «Se é certo que com o rei se muda o povo» (IV, est.17, v.8). Também para Camões cabe ao rei recompensar a virtude – «Só me falece ser a vós aceito / De quem virtude deve ser prezada» (X, est.155, vv.3-4). O poeta entende, também, que a autoridade do rei lhe é atribuída por Deus: «Vós, ó rei, que por divino / Conselho estais no régio sólio posto» (X, est.146, vv.6-7).

A obra de frei António de Beja, como o próprio autor refere no prólogo que escreveu a D. João III, «tem três partes em que se declaram três virtudes necessárias aos reis e príncipes, *scilicet*, sabedoria, justiça e prudência[130]» (2018: 336). Além destas três virtudes, que considera principais, o autor da *Breve Doutrina* indica que o príncipe deve

[130] «Três virtudes excelentes, príncipe ilustríssimo e senhor, devem reluzir em todo fiel e bom rei, porque sendo semelhante a Cristo Jesus, cujas vezes tem em a terra, mereça com ele reinar no Céu» (Beja, 2018: 337).

ainda ser dotado de humildade[131], piedade[132], liberalidade[133] e castidade e mostrar grande zelo religioso[134].

Para ilustrar a necessidade de o príncipe ser dotado de sabedoria, frei António de Beja convoca a autoridade de Polícrates, mestre do imperador Trajano, que afirmou: «em tanto tempo reinaram os romanos, em quanto amaram o estudo das letras e foram sábios» (Beja, 2018: 339-340). A sabedoria, portanto, «faz os reinos fortes e estáveis» (*ibid*.: 340) e «o rei sábio é fortaleza do povo» (*ibid*.: 342), como ilustram os exemplos de Alexandre Magno e Júlio César: «sabendo Alexandre o grande, senhor do mundo, a virtude da sabedoria, est[i]mava e amava muito as letras» (*ibid*.: 340).

O facto de os príncipes necessitarem de sabedoria, para melhor governarem, é ilustrado também pelo facto de, desde a antiguidade, os bons príncipes se fazerem rodear de sábios conselheiros: «por a sabedoria ser tão própria dos príncipes achamos de longa antiguidade reis sábios ou que houvessem homens de letras em sua companhia e conselho» (Beja, 2018: 342); «é necessário que [os príncipes] tenham prudentes e sábios conselheiros por que se governem; porque mais vale à república conselho de prudentes que armas de fortes varões[135]» (*ibid*.: 243).

---

[131] «Certo bom seria aos príncipes trazer em sua memória a brevidade e fraqueza dos humanos estados para serem humildes» (*ibid*.: 374). Também Diogo de Teive recomenda ao príncipe: «inteiramente / se conheça a si mesmo e saiba certo / que está sujeito à morte, como os outros» (2012: 876).

[132] Também na *Breve Doutrina*, frei António de Beja defende que aos príncipes «convém-lhes ser piedosos e haver misericórdia dos defeitos de seus próximos e sujeitos; porque, lançando os reis de si clemência e piedade, querendo usar de cruéis, não duraria muito a república» (*ibid*.: 375-376).

[133] «Devem mais ter os reis outra virtude a que chamam liberalidade, porque o rei liberal, onde cumpre, alcança por isto mui gloriosa fama» (*ibid*.: 377).

[134] «Mostrará mais com isto ser o rei prudente quando tiver três coisas. A primeira se se lembrar de Deus e for amigo de tudo o que pertence a seu serviço e louvor» (*ibid*.: 365)

[135] Esta opinião é partilhada por Diogo de Teive. O autor da *Institutio Sebastiani Primi*, pedindo a Francisco de Sá que eduque D. Sebastião com «sumo desejo e vigilância», escreve ao seu destinatário: «daqui ganharás muito mais honra / que sendo vencedor de mil batalhas» (2012: 858).
Também João de Barros, no *Panegírico de D. João III* (1533), refere que «[v]erdadeiramente as letras dizem bem com as armas» (1943: 116). «Mal iria ao capitão, se não fôsse prudente, e mal à república em que houvesse armas sem conselho e autoridade das letras; (…) os mais dos emperadores e reis e capitães de grande fama foram letrados» (ibid.: 117). «Se não fôssem as letras e o conselho, que delas aos príncipes nasce, por onde se governam, sem dúvida muita tormenta não poucas vezes passariam as respúblicas», escreve ainda o mesmo João de Barros (*ibid*.: 118).

De facto, frei António de Beja tece diversas considerações acerca do binómio *fortitudo*/*sapientia*. Apesar de reconhecer a sabedoria como virtude indispensável à boa governação do príncipe e de assinalar a sua primazia sobre a força das armas, o autor da *Breve Doutrina* ressalva que as duas virtudes não se excluem[136].

Tal como a sabedoria, também a justiça («rainha e senhoras de todas virtudes», Beja, 2018:352) é, na opinião de frei António de Beja, um atributo indispensável ao verdadeiro príncipe: «por isto têm os reis poder de dar penas aos maus e de fazer mercês aos bons, para que os incite[m] a perseverar com maior cuidado em todo bem e virtude. Porque a bondade favorecida cresce, e o mal não castigado dana» (*ibid*: 333). O autor da *Breve Doutrina* sublinha que toda a lei deve visar o bem público: «[e]sta certo deve ser a intenção do que faz a lei: ordená-la em comum proveito, ca de outra feição não seria lei, mas tirania»; «o bem comum sempre se há de preferir e antepor ao bem particular e próprio» (*ibid*.: 348).

Por seu lado, a justiça particular pode ser de duas espécies: comutativa ou distributiva. Esta última, afirma frei António de Beja, deve constar entre as preocupações do verdadeiro príncipe[137].

Sucintamente, o governante justo dá-se a conhecer quando favorece os pobres agravados, castiga os malfeitores e procura a paz, conservando desta forma o bem comum (Beja, 2018: 355). Conclui frei António de Beja que a valorização da paz faz com que o rei seja amado pelo seu povo, distinguindo-se do tirano. Para demonstrar que o verdadeiro príncipe, para bem governar, precisa do amor dos seus vassalos, frei António de Beja convoca a autoridade de Séneca, que terá dito ao imperador Nero: «gravemente suporta o povo aquilo que contra sua vontade mandam fazer» (*ibid*.: 358).

---

[136] «Nem eu creio, excelentíssimo rei e senhor, que as pessoas de bom juízo dirão ser mal despendido aquele tempo em que se leem e buscam as vidas e mortes dos virtuosos varões, nem que por isto perca o verdadeiro rei o virtuoso exercício das armas, ca a ciência não embota o ferro da lança nem faz fraca a espada em a mão do cavaleiro; mas antes creio que, lendo este as coisas passadas, será provocado a toda virtude, esforço e fortaleza, e por elas será estimulado e inclinado a as seguir» (Beja, 2018: 347).

[137] «A distributiva justiça ordena em como, resguardando o proveito comum, sejam partidas as dignidades e ofícios conforme os trabalhos, virtudes e merecimentos de cada um. Porque nisto se conhece o bom e justo regimento do príncipe, quando dispõe e bem parte os ofícios da república, não por afeição, mas conforme aos merecimentos das pessoas» (Beja, 2018: 349).

Finalmente, o autor da *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* descreve o verdadeiro príncipe como homem prudente. Segundo o religioso, «o rei prudente se conhece em duas coisas, *scilicet*, em refrear seus apetites e em ser senhor de sua vontade[138]». O rei imprudente é, portanto, o que vive «cumprindo e não refreando seus apetites e vontade má» (Beja, 2018: 337).

Entre as várias partes que compõem a prudência, o autor destaca a «memória das coisas passadas, conhecimento das coisas presentes e providência das coisas futuras» (Beja, 2018: 360). A 'memória das coisas passadas' encerra uma lição para o futuro: «e assim é grande regra e lei de viver em esta vida a lembrança do passado, por que o prudente julga e aprende o que lhe pode vir e acontecer em o futuro» (*ibid*.: 360). O 'conhecimento das coisas presentes', por outro lado, consiste (entre outras coisas) em que o rei prudente, «antes de fazer alguma coisa, a cuide e pense bem com maduro conselho, porque lhe não pese depois de a ter feita» (*ibid*.: 362-363). Frei António de Beja refere, a este propósito, que «Valério Máximo escreve uma sentença de Cipião Africano em que dizia que era torpe e feia coisa, especialmente em as coisas que tocam à cavalaria, dizer "não pensei ou cuidei"» (*ibid*.: 363). Finalmente, a 'providência das coisas futuras' consiste em resistir com estoicismo às adversidades da fortuna: «em todo caso e acontecimento de fortuna assim próspera como adversa seve ser tão previsto, que nem se entristeça com a contrária, nem de novo com a boa se alegre. Ca Séneca diz […]: "não se entristecerá o sábio com toda coisa que lhe acontecer e vier"» (*ibid*.: 363). São de Séneca, igualmente, as seguintes recomendações, citadas por frei António de Beja: «para todas as coisas que podem acontecer te arma e dispõe com fortaleza» e «não queiras confiar em o presente repouso ou contentamento, ca um momento se muda tudo, como o mar»» (*ibid*.: 364).

Frei António de Beja tece ainda algumas considerações sobre a importância da castidade num bom governante. A *Breve Doutrina*, lembre-se, foi oferecida pelo autor a

[138] Para frei António de Beja, «não é outra coisa prudência salvo um juízo ou conhecimento perfeito por que o homem dispõe e ordena seus atos, assim em refrear suas interiores e secretas paixões como em ordenar as obras que faz em a mostrança de fora, em tal modo e feição que alcancem devido e verdadeiro fim que sem prudência se não pode haver» (2018: 360).

D. João III por ocasião do casamento do monarca com D. Catarina de Áustria. Afirma o hieronimita que «o amor libidinoso em todos é torpe mas em nenhum parece pior que no príncipe» e que «o príncipe incontinente muito dana com seu exemplo a vida de seus súbditos, e é grande segurança do reino se o príncipe for casto» (Beja, 2018: 379).

Em suma, frei António de Beja entende que um monarca demonstra ser um verdadeiro príncipe «se não for severo em extremo, mas humano; se sua gente for bem ensinada e cortês; se tiver sábios conselheiros; se prouver com muita diligência o reino em suas necessidades; se aos bons der galardão e fizer mercês e aos maus castigar com justiça e penas» (Beja, 2018: 380-381).

Na *Institutio Sebastiani Primi*, Diogo de Teive apresenta como virtudes do perfeito governante: a liberalidade, a clemência, a temperança, a modéstia, a discrição, a benignidade, a magnanimidade, a piedade, a sabedoria e a justiça. Ao contrário do que sucede com a *Breve Doutrina* de frei António de Beja, não existe na obra de Diogo de Teive a preocupação de descrever cada uma destas virtudes, nem de convocar os exemplos que demonstram a sua importância.

> As artes do rei dinas são: ter culto
> Verdadeiro de Deus[139], amor, bondade,
> Modéstia, fé, nos males paciência,
> Ânimo sempre forte[140], não vencido,
> No próspero também pouco alvoroço,
> Porque um bom meio em tudo guardar saiba,
> Nem queira fazer tudo quanto pode,
> Mas só quanto convém, quanto for justo (Teive, 2012: 876)

[139] «Nunca soe outra cousa nas orelhas / dessa real, inda tenra idade, / senão culto de Deus com amor santo» (Teive, 2012: 866).

[140] No *Discurso fúnebre em louvor do ilustríssimo príncipe D. João,* Diogo de Tive salienta a importância que tem no perfeito príncipe «aquela firmeza que no suportar das contrariedades também de ordinário se espera nas almas grandes e elevadas» (TEIVE, 2012: 635). O louvor desta virtude, de que Diogo de Teive afirma que D. João III foi modelo, é recorrente na *Tragédia do Príncipe João*, do mesmo Diogo de Teive, e nas *Sentenças* que o humanista bracarense dedicou a D. Sebastião. Nesta última obra recomenda a D. Sebastião: «sofrerás com forte ânimo a fortuna / mudável» (*ibid*.: 818).

Escreve também o humanista bracarense que o rei deve aspirar ao amor dos seus vassalos: «ajunta-lhe também aquele grande / amor que lhe hão-de ter os seus vassalos, / que mais o hão-de estimar que tudo quanto / a vida pode dar que tenha preço» (Teive, 2012: 866). Como frei António de Beja, também Diogo de Teive defende que se conserva «melhor o grande império / Com amor dos vassalos que com medo[141]» (TEIVE, 2012: 829).

No que diz respeito ao binómio *sapientia*/*fortitudo*, Diogo de Teive assinala, como frei António de Beja, a superioridade da primeira virtude. O autor da *Institutio Sebastiani Primi* ilustra a sua posição com o exemplo de Polifemo[142], que considera um mito apropriado à educação de D. Sebastião.

Segundo Teive, o rei deve ser lembrado de que é «ũa imagem de Deus viva» (2012: 873) e que lhe compete recompensar a virtude: «nem cousa outra mais ame [D. Sebastião] que a virtude / nem a deixe passar sem grande prémio / E sem grande louvor, para que crea [sic]» (este último verso deve provavelmente ser lido como «cresça») (*ibid*.: 874); «os nobres ame sempre e favoreça» (*ibid*.: 874) D. Sebastião deve também aprender a obedecer à lei que estabelece: «e entenda que também fica sujeito / às leis que ele mandou que se guardassem» (*ibid*.: 876).

A síntese das recomendações feitas por Diogo de Teive a D. Sebastião, na sua *Institutio Sebastiani Primi*, encontra-se na passagem que abaixo se transcreve:

> Os nobres ame sempre e favoreça,
> A estes as cousas grandes encomende,
> Em púbricos ofícios encarregue
> E tome alegremente os seus conselhos,
> Se dão sinais de terem as virtudes

[141] Na "Congratulação de todo Reino a el-Rei D. João III na morte do Príncipe D. João, seu filho, que sofreu pacientissimamente" (Carta I, I), António Ferreira escreve: «amor faz os bons reis, não medo; amor/ estados dá e conserva. O que é temido / de muitos, muito teme. Nós te amamos» (FERREIRA, 2000: 255; vv.88-92). E numa carta «A el-Rei D. Sebastião» (II, I), o autor dos Poemas Lusitanos recomenda ao rei Desejado: «ama o povo o bom rei, e é dele amado» (2000: 319, vv.169).

[142] «Conta-lhe como aquele grão Ciclope / aquele monstruoso Polifemo / vencido foi do astuto e cauto Ulisses, / com perda de um só olho com que via, / que tinha na cruel e larga testa: / donde se vê quão pouco val a força / onde falta saber, engenho e indústria» (Teive, 2012: 871).

De que seus pais e avós foram dotados.
E tanto tempo os ame e conserve
Quanto a grandes virtudes se abraçarem,
Quanto com grande esforço e grão constância
Desprezarem trabalhos e perigos
Por conservar a honra e majestade
De seu rei e senhor e por proveito
Da comum mãe de todos, cara pátria (Teive, 2012: 874).

Repare-se que as recomendações que Camões faz na peroração do poema épico são muito idênticas a estas: «Os cavaleiros tende em muita estima» (X, est.151, v.1); «Os mais experimentados levantai-os / Se com a experiência têm bondade / Para vosso conselho, pois que sabem / O como, o quando e onde as coisas cabem» (X, est.149, vv.5-8). «Olhai que ledos vão por várias vias, / Quais rompentes leões e bravos touros, / Dando os corpos a fomes e vigias» (X, est.147, vv.1-3); «Por vos servir, a tudo aparelhados» (X, est.148, v.1).

N'*Os Lusíadas*, o mais completo retrato do verdadeiro príncipe é o do rei D. Dinis. Do meu ponto de vista, além de ser o monarca a quem a narração de Vasco da Gama atribui mais qualidades, D. Dinis é o único dos catorze reis referidos no relato de Vasco da Gama cujos vícios não são mencionados. Nas três estâncias que o poeta lhe dedica (III, est.96-98), na narração intradiegética de Vasco da Gama ao rei de Melinde, o rei Lavrador é descrito como tendo sido um rei liberal[143], cujo reinado de paz fez com que o reino florescesse «em constituições, leis e costumes[144]» (III, est.96, v.3). Além de justo, nobre e pacífico, D. Dinis é também apresentado como um rei sábio, pelo facto de ter cultivado as letras e de ter feito com que elas fossem estudadas em Coimbra: «[f]ez primeiro em Coimbra exercitar-se / O valoroso ofício de Minerva / E de Hélicon as musas

[143] «Eis despois vem Dinis que bem parece / do bravo Afonso estirpe nobre e dina, / com que a fama grande se escurece / da liberalidade alexandrina» (III, est.96, vv.1-4).
[144] No seu *Panegírico de D. João III*, João de Barros refere que «não há tempo em que se assi possa usar toda a virtude, como no da paz» (1943: 23). «Não há no mundo triunfo nem vitória, que se possa comparar com os bens da verdadeira paz» (*ibid*.: 24); «quem bem olhar o pacífico e quieto estado dos tempos d'el-rei D. Dinis e d'el-rei D. Pedro, verá quanto melhor é viver em honrada paz, que esperar vitória ganhada com muito trabalho e destruição da gente» (*ibid*.:27).

fez passar-se, / A pisar de Mondego a fértil erva» (III, est. 97, vv.1-4). Além de tudo isto, D. Dinis é celebrado, pela voz de Vasco da Gama, como um rei reformador: «nobres vilas de novo edificou, / fortalezas, castelos mui seguros, / e quase o reino todo reformou / com edifícios grandes e altos muros».

Não obstante o facto de D. Dinis ser, na minha perspetiva, um dos reis mais bem representados, n'*Os Lusíadas*, o retrato do perfeito governante não se esgota nas virtudes que são atribuídas a este monarca. É verdade que o reinado do rei Lavrador na epopeia de Camões (que parece ser a celebração das virtudes da paz, de que provém o bem-estar público[145]), destoa em relação aos demais e que constitui, na larga história de guerras em que o reino esteve envolvido, um período singular. No entanto, apesar de reconhecer D. Dinis como modelo do rei pacífico (idêntico ao que os espelhos de príncipes louvam[146]), Luís de Camões louva nos restantes reis a valentia e o esforço com que travaram guerras contra os "infiéis". Esta guerra religiosa – a que Luís de Camões incita D. Sebastião através do exemplo dos seus antepassados – era, além de legítima, naquele tempo, uma guerra louvável. Numa epopeia em que Camões incita D. Sebastião à conquista do Norte de África e em que celebra os feitos do «belicoso reino lusitano[147]» (III, est.26, v.8), o valor que o poeta atribui à paz revela-se, portanto, ambíguo[148].

Na narração de Vasco da Gama, diversos reis são louvados por terem sido imitadores de seus pais e avós, o que reitera a ideia manifestada na dedicatória d'*Os Lusíadas* de que um rei deve guiar-se pelo exemplo dos seus antepassados. O rei D. Sancho alcança as suas próprias vitórias «imitando o seu pai na valentia» (III, est.85, v.2) e D. Dinis, apesar de ser um rei pacífico, não deixa de ser «estirpe nobre e dina» de seu

---

[145] A ideia de que a prosperidade provém da paz encontra-se também consagrada num dos emblemas de Alciato: "Ex pace ubertas" (Emblema 20 da primeira edição, de fevereiro de 1531).

[146] Frei António de Beja salienta que o verdadeiro príncipe deve ser pacífico à imagem de Cristo, que foi o 'príncipe da paz' (2018: 357-358).

[147] No capítulo VII da sua *Breve Doutrina*, frei António de Beja refere-se ao reino português como «belicosa nação português» (Beja, 2018: 345).

[148] D. Marcos de S. Lourenço parece aludir a esta ambiguidade, ao referir que, através do exemplo dos seus dois avós (I, est.17), Camões incentivava D. Sebastião tanto à paz quanto à guerra. «Sabiamente o exorta o nosso Poeta a El Rei D. Sebastião com o exemplo destes dous avós, à paz, e à guerra. Mas porém mais o inclina a ser pacífico, que guerreiro, por isso chama aqui, à paz, «angélica» e «dourada», e à guerra «sanguinolenta»» (LOURENÇO, 2014: 89-90).

pai, D. Afonso III (III, est.96,v.2). Como refere o poeta a respeito de D. Afonso Henriques e de seu pai, o Conde D. Henrique, a nobreza e virtude dos pais faz com que se espere dos filhos idênticas qualidades: «Que de tal pai, tal filho se esperava» (III, est.28, v.8). No Canto IV do poema épico, afirma-se que D. Manuel trazia sempre no pensamento a «obrigação que lhe ficara / De seus antepassados» (IV, est.67, vv.2-3). À exceção de D. Sancho II e de D. Fernando, os vários reis de Portugal passados em resenha parecem responder todos às expectativas criadas pelos reinados de seus antecessores.

A qualidade que mais vezes é atribuída aos reis da primeira dinastia, neste Canto III, é a força bélica. D. Afonso Henriques é descrito como «forte príncipe» (III, est.35, vv.1-2), que obteve as suas inúmeras conquistas «com (…) esforço, arte e valentia», III, est.68, v.7). O relato de Vasco da Gama salienta ainda o facto de o rei fundador ter sido amado e alçado pelos seus vassalos e de ter sempre aspirado, com as suas conquistas, à fama eterna: «os ânimos da gente / Portuguesa inflamados levantavam / Por seu rei natural este excelente / Príncipe que do peito tanto amavam» (III, est.46, v.1-4); «Afonso que não sabe sossegar / Por estender com a fama a curta vida» (III, est.64, vv.3-4).

O seu filho, Sancho I, é também descrito como rei de «esforço e de ânimo sobejo» (III, est.75, v.5), em tudo bastante prudente: «porque o filho de Afonso, não perdendo / Nada do esforço e acordo generoso, / Tudo provê com ânimo e prudência» (III, est.79, vv.5-7). Esta virtude, que frei António de Beja coloca na sua *Breve Doutrina* entre as três mais importantes ao verdadeiro príncipe, é referida diversas vezes n'*Os Lusíadas*. O marinheiro Veloso afirma, no Canto IX do poema épico, «que são grandes as coisas e excelentes / que o mundo encobre aos homens imprudentes» (IX, est.69, vv.7-8). E Tétis refere a Vasco da Gama que «a santa providência / Que em Júpiter aqui se representa, / Por espíritos mil que têm prudência / Governa o mundo todo que sustenta» (X, est.83, vv.1-4). No entanto, o louvor mais explícito da prudência encontra-se na estância 89 do Canto VIII:

> Tal há de ser quem quer com o dom de Marte
> Imitar os ilustres e igualá-los.
> Voar com o pensamento a toda a parte,
> Adivinhar perigos e evitá-los

Com militar engenho e subtil arte,
Entender os inimigos e enganá-los,
Crer tudo enfim, que nunca louvarei
O capitão que diga: «Não cuidei[149]».

Também através do mito de Actéon Luís de Camões alude à prudência, ao recomendar indiretamente a D. Sebastião que refreasse o gosto pela caça. Recorde-se a este propósito as palavras de frei António de Beja sobre a prudência: «o rei prudente se conhece (…) em refrear seus apetites e em ser senhor de sua vontade» (Beja, 2018: 337). Também Diogo de Teive sublinha que «as sobejidões, as abundâncias, / o cumprir sempre em tudo os apetites» «corrompem grandemente os reais peitos» (2018: 868).

Por seu lado, D. Afonso IV é apresentado como modelo do rei piedoso. Tanto a súplica de sua filha, a formosíssima Maria, quanto a de D. Inês de Castro despertam no rei um sentimento de piedade: «Traziam-na [Inês de Castro] os horríficos algozes / Ante o rei já movido a piedade, / mas o povo com falsas e ferozes / razões à morte crua o persuade» (III, est.124, vv.1-4); «Queria perdoar-lhe o rei benino / Movido das palavras que o magoam» (III, est.130, vv.1-2). O episódio de Inês de Castro, por seu lado, contém ainda uma reflexão acerca do modo como as "razões de estado" (e o bem-estar comum) devem prevalecer sobre os interesses pessoais do rei. A vontade que o rei manifesta de perdoar D. Inês de Castro cede perante as razões apresentadas pelo povo. Luís de Camões, através de Vasco da Gama, sublinha que essas razões são «falsas e ferozes» (III, est.124, v.3). Na perspetiva dos súbditos de D. Afonso IV, Inês de Castro constituía um impedimento ao casamento de D. Pedro e deveria, por isso, ser morta: «Vendo estas namoradas estranhezas, / O velho pai sisudo que respeita / O murmurar do povo e a fantasia / Do filho que casar-se não queria, / / tirar Inês ao mundo determina» (III, est.122, vv.5-8; III est.123, v.1).

Neste episódio, em que confronta a inclinação piedosa do rei com a obstinação do povo, Luís de Camões alude ao dito de Séneca citado por frei António de Beja na sua

[149] Na *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, frei António de Beja refere que o rei Salomão «em os Provérbios dizia: "Faze todas as coisas com peso e deliberado conselho; e depois de feito não te virá arrependimento nem te pesará, ca não é de homem prudente dizer «não cuidei»"» (Beja, 2018: 363).

Breve Doutrina: «gravemente suporta o povo aquilo que contra sua vontade mandam fazer» (2018: 358). Frei António de Beja salienta, ainda, que «aos senhores não convém, se querem ser justos e guardar paz para que sejam amados, mandar coisas ou fazer [*sic*] que sejam contra a vontade das comunidades» (Beja, 2018: 358). É por isso que a atuação de D. Afonso IV não recebe qualquer tipo de censura por parte do narrador intradiegético. A narração de Vasco da Gama desresponsabiliza o monarca (acentuando a piedade e clemência que as palavras de Inês lhe provocaram) e enfatiza a culpa dos cavaleiros que a trazem à presença do rei, que a condenam e executam, por atentarem contra os valores éticos cavaleirescos.

A vitória alcançada por D. Afonso IV na Batalha do Salado oferece a Vasco da Gama uma oportunidade de refletir sobre os objetivos da guerra: «Passada esta tão próspera vitória, / Tornado Afonso à lusitana terra / a se lograr da paz com tanta glória, / quanto soube ganhar na dura guerra» (III, est.118, vv.1-4).

D. Pedro I, filho e sucessor de D. Afonso IV, é apresentando como modelo da justiça: «Este castigador foi rigoroso / De latrocínios, mortes e adultérios; / fazer nos maus cruezas, fero e iroso, / eram os seus mais certos refrigérios» (III, est.137, vv.1-4). No entanto, os adjetivos utilizados por Gama para o caracterizar legitimam que se questione se o seu reinado é apresentado como o de um rei justo ou de um rei cruel. De facto, além dos adjetivos «fero e iroso», Vasco da Gama utiliza também o termo «duro» (III, est.138, v.1). Nesta estância, refere-se, por um lado, que a justiça de D. Pedro I protegeu as cidades e o bem-estar das suas populações («As cidades guardando, justiçoso, / de todos os soberbos vitupérios», vv.5-6). Por outro, é também hiperbolizada a quantidade de pessoas que o monarca condenou à morte: «mais ladrões castigando à morte deu, / que o vagabundo Alcides ou Teseu» (vv.7-8). Na verdade, a comparação de D. Pedro I a Héracles parece constituir um louvor, mas como a expressão «soberbos vitupérios» (III, est.137, v.6) também sugere que as condenações à morte seriam merecidas, não fica clara qual a extensão da crítica que, sem dúvida, esta estância contém.

Note-se que também a Breve Doutrina de frei António de Teive se refere de forma ambígua à justiça. O religioso defendia que «o mal não castigado dana» (2018: 333) e

que «muitas vezes é bom este rigor de justiça porque melhor se guarde» (*ibid*.: 352). Por outro lado, o mesmo autor refere que aos príncipes convém «ser piedosos e haver misericórdia dos defeitos de seus próximos e sujeitos; porque, lançando os reis de si clemência e piedade, querendo usar de cruéis, não duraria muito a república» (2018: 375).

Também na peroração d'*Os Lusíadas* Luís de Camões incita D. Sebastião a ser um rei justo. Nas estâncias finais do poema épico, Camões refere que cabe ao rei praticar uma justiça distributiva («todos favorecei em seus ofícios, / Segundo têm das vidas o talento», X, est.150, vv.1-2) e ordenar as leis para o bem comum e em favor do povo («de rigorosas leis aliviai-os», X, est.149, v.3). Estas recomendações retomam os tópicos invocados na alegoria de Actéon e nas estâncias finais do Canto IX d'*Os Lusíadas*: «Leis em favor do rei se estabelecem, / as em favor do povo só perecem» (IX, est.28, vv.7-8); «dai [vós que as famas estimais] na paz leis iguais, constantes, / que aos grandes não deem o dos pequenos» (IX, est.94, vv.1-2). O confronto destas recomendações com o retrato da justiça praticada por D. Pedro I revela, do meu ponto de vista, que o ideal de justiça defendido por Camões é mais humano do que o do monarca português.

Quanto aos reis da segunda dinastia (Canto IV), a descrição dos seus reinados deixa de acentuar as virtudes ou os vícios de que cada um dos monarcas, para passar a sublinhar o contributo de cada um no longo caminho dos Descobrimentos que culmina na viagem de Vasco da Gama à Índia. Ainda assim, são vários os atributos do perfeito governante destacados neste Canto.

D. João I é destacado como rei sábio que atende aos conselhos dos homens que o rodeiam: «Posto que tudo pouco lhe parece, / com os poucos de seu reino se aparelha; / e não porque conselho lhe falece / com os principais senhores se aconselha», (IV, est.12, vv.3-6). O fundador da dinastia de Avis é ainda exemplo de zelo religioso, uma vez que, depois da vitória de Aljubarrota, «Com ofertas depois e romarias, / as graças deu a Quem lhe deu vitória» (IV, est.45, vv.3-4).

Por sua vez, D. Duarte ilustra como até os reis estão sujeitos aos reveses da fortuna, que lhes cabe enfrentar com fortaleza: «Não foi do rei D. Duarte tão ditoso / o

tempo que ficou na suma alteza, / que assim vai alternando o tempo iroso / o bem com o mal, o gosto com a tristeza. / Quem viu sempre um estado deleitoso? / Ou quem viu em Fortuna haver firmeza? / Pois ainda neste reino e neste rei / não usou ela tanto desta lei?» (IV, est.51). O rei Eloquente é igualmente louvado por antepor o interesse público aos seus interesses próprios: «mais o público bem que o seu respeita» ((IV, est.52, v.8). Por salvar o seu povo, D. Duarte permite que o irmão, o infante D. Fernando, permaneça cativo do «sarraceno» (IV, est.52, v.4).

Finalmente, D. Afonso V e D. João II são celebrados pelas suas conquistas e D. Manuel é caracterizado como um rei que revolve «contínuo no conceito / De seu ofício e sangue a obrigação» (IV, est.68, vv.3-4).

Conclui-se que o retrato do verdadeiro príncipe, n'*Os Lusíadas*, é bastante completo e abrangente e que procura refletir o que se espera que D. Sebastião venha a corporizar. Em suma, Camões recomenda a D. Sebastião, através do exemplo dos reis de Portugal, que seja um rei sábio, liberal e pacífico; que procure o amor dos seus vassalos, mais do que ser por eles temido; que tenha esforço, prudência, fortaleza, piedade e clemência; que manifeste sempre grande zelo religioso e traga sempre no pensamento as grandes obrigações que lhe advinham do sangue e do ofício.

2.2.2. O retrato do príncipe vicioso

Além de representarem o monarca virtuoso, tanto a *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes* quanto a *Institutio Sebastiani Primi s*e preocuparam em traçar o retrato do monarca vicioso. Através do retrato do príncipe corrupto, os autores exacerbam as virtudes necessárias à boa governação do príncipe. Esta dimensão, que encontraremos também n'*Os Lusíadas*, é particularmente relevante na obra de Diogo de Teive, que recomendava a Francisco de Sá: «lhe exagera / quantos males de si produze um vício» (2012: 866).

Na tradição dos espelhos de príncipes, o retrato do monarca virtuoso opõe-se ao do tirano. Na *Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes*, frei António de Beja salienta que, ao contrário do rei prudente, o tirano não controla os seus apetites nem governa em prol do bem comum: «ca o tirano, como diz Aristóteles em o V das *Políticas*, todas as

coisas dispõe a seu proveito[150]» (Beja, 2018: 337); «o tirano, diz Aristóteles, dá-se muito a suas deleitações» (*ibid*.: 338). O autor da *Breve Doutrina* refere ainda que o rei licencioso permite que o apetite e a sensualidade o apartem do caminho virtuoso que deve seguir e das 'coisas de Deus': «o homem animal, quero dizer, que se dá como animal sem razão aos apetites de sua sensualidade, não recebe nem entende as coisas virtuosas e que são de Deus» (2018: 338). Repare-se que é esta a crítica que Camões, indiretamente, dirige a D. Sebastião, pelo viés do mito de Actéon. O poeta classifica o gosto excessivo do monarca pela caça como uma «alegria bruta, insana» (IX, est.26, vv.2), que o afasta do dever do matrimónio: «Que por seguir um feio animal fero / Foge da gente e bela forma humana» (IX, est.26, vv.3-4).

A *Breve Doutrina* de frei António de Beja salienta, igualmente, que o tirano governa «mais por temor que por amor, mandando algumas coisas desordenadas por força porque o temessem» (2018: 358). A este propósito, o religioso lembra a divergência de opiniões entre o imperador Nero e Séneca, seu mestre: «disse o imperador que o que ele fazia era o que se devia fazer de razão, ca o ferro era o que defendia o príncipe; e Séneca respondeu que melhor o defenderia a fé e lealdade» (2018: 358).

Por fim, recorde-se que é também explícita na *Breve Doutrina* a condenação do amor libidinoso, que em ninguém «parece pior que no príncipe». «O príncipe incontinente muito dana com o seu exemplo a vida de seus súbditos» (BEJA, 2018: 379).

A descrição do monarca vicioso adquire maior relevância na *Institutio Sebastiani Primi*. Diogo de Teive aponta a corte como um local tendencialmente pouco propício à

---

[150] De acordo com a filosofia de Aristóteles, o desejo do bem comum é o que distingue as formas puras ou «correctas» de governo (monarquia, aristocracia, democracia) das corruptas ou «desviadas» (tirania, oligarquia, demagogia) (2008: 116-117). Nas palavras do filósofo grego, «quando o único, ou os poucos, ou os muitos, governam em vista do interesse comum, esses regimes serão necessariamente rectos. Os regimes em que se governa em vista do único, dos poucos, ou dos muitos são transviados» (*ibid*.: 116). A tirania é a forma de governo corrupta que corresponde à monarquia.
Nas *Sentenças* que Diogo de Teive dedica a D. Sebastião, o tirano é comparado à guerra e à peste, flagelos com que Deus castiga os homens: «assi como Deus manda fome à Terra / e assi como manda à Terra peste, / com que castiga o mau género humano, / assi dá o tirano, mais que a fome / danoso e mais pestilencial que a peste: / cruel monstro por certo e espantoso, / com que atormenta a geração humana (2012: 837).

boa educação do perfeito governante: «assi como esta grande e real corte / está de muitos males rodeada, / assi também mil vícios em si cria[151], / porém são muitos menos do que os que criam / todas as outras cortes do universo» (Teive, 2012: 860).

Também Luís de Camões, através do mito de Actéon, representava a corte como um local vicioso, frequentado por aduladores e ambiciosos. No canto VI d'*Os Lusíadas*, Camões refere, como Teive, que as "delícias e branduras" não fazem os heróis. Como escreve o poeta nas estâncias 95 e 96 deste Canto VI, a fama alcança-se através de «hórridos perigos», de «trabalhos graves e temores» (VI, est.95, vv.1-2), e «não nos leitos dourados» (VI, est.95, vv.7), «não com os manjares novos e esquisitos, / não com os passeios moles e ociosos, / não com os vários deleites e infinitos / que afeminam os peitos generosos» (VI, est.96, vv.1-4). Tal como as que se encontram no Canto VII, as recomendações que encerram o Canto VI d'*Os Lusíadas* (dirigidas pelo poeta aos vassalos de D. Sebastião), contêm também um aviso para o monarca: Camões adverte o rei Desejado sobre a necessidade de escolher os privados que o rodeiam, de favorecer os que procuram «com o seu forçoso braço / as honras que ele chame próprias suas» e de não recompensar os que, para satisfazer as suas ambições, se entregam a todo o tipo de tiranias[152].

Diogo de Teive destaca ainda que tanto a lisonja[153] quanto as «conversações brandas e suaves / das mulheres[154]» (Teive, 2012: 860) constituem entraves à boa educação de um governante. É importante ter em conta que, além dos que dizem

---

[151] É recorrente, na *Institutio Sebastiani Primi*, a crítica do príncipe licencioso: «o rei que se descuida / no governo e no bem da sua terra, / e com seus apetites tem mais conta / que com geral proveito da república, / da mão de Deus recebe grão castigo» (Teive, 2012: 866); «porque as sobejidões, as abundâncias, / o cumprir sempre em tudo os apetites / […]/ corrompem grandemente os reais peitos» (*ibid*.: 868).

[152] Luís de Camões afirma que não cantará «nenhum ambicioso que quisesse / subir a grandes cargos» (VII, est.84, vv.5-6) nem «nenhum que use de seu poder bastante / para servir a seu desejo feio» (VII, est.85, vv.1-2).

[153] Conforme afirma Diogo de Teive na *Institutio Sebastiani Primi*, a lisonja é «peçonha aos reis mortal» (2012: 856). Por isso, o autor recomenda: «vitem-se com fervor lisonjarias, / mortal peste que mata docemente / e nas casas dos reis tem seu assento / e é de ânimos reais corrompedora» (*ibid*.: 861)

[154] O primeiro capítulo das Cortes de 1562-63, transcrito por José Pereira Baião, no seu *Portugal Cuidadoso e Lastimado…* (1737), sugeria: «ElRey Nosso Senhor, tanto que for de nove annos se tire dantre mulheres, e se entregue aos homens» (*apud* VELLOSO, 1935: 63).

respeito à política africana, e que anteriormente referi, destaca-se entre os capítulos das Cortes de 1562-63 um que diz respeito à educação do rei menino, que se pretendia que fosse portuguesa, por um lado, e verdadeiramente *masculina*, por outro: «Cap. 1º – Que ElRey Nosso Senhor, tanto que for de nove annos se tire dantre mulheres, e se entregue aos homens» (BAIÃO *apud* VELLOSO: 63). Insiste o *Discurso Panegírico* em que o monarca «coma á Portugueza; cavalgue á Portugueza; falle á Portugueza; todos os seus actos sejão Portuguezes, e com isto lhe fareis habito para que tenha grande amor ao Reyno, e cousa delle» (BAIÃO, *apud* VELLOSO, 1935: 64).

Como já referi, o retrato do monarca vicioso é mais extenso do que na Breve Doutrina de frei António de Beja. Diogo de Teive enumera várias das tendências viciosas de um príncipe, que devem ser corrigidas pelo seu mestre[155].

N'*Os Lusíadas*, embora sejam referidos os vícios de outros monarcas[156], os únicos reis efetivamente apresentados como modelos negativos de conduta são D. Sancho II e D. Fernando. O primeiro é descrito como um rei «manso e descuidado / Que tanto em

[155] Um é de natureza apassionado
E o lugar da razão entrega à ira .
Outro dá grandes mostras de soberba,
De esprito vão e de ânimo inchado.
Noutro vendo se está ua cobiça,
Ua fome de ter insaciável.
Outro se está entregando a um vão desejo
De alcançar glória, honra, fama e nome.
E noutro, inclinação vês claramente
De taful, sensual ou de tirano (Teive, 2012: 864).

[156] D. Afonso Henriques é censurado por ceder aos vícios da ira e da obstinação, bem como pela sua falta de devoção filial. «Porém, vencido de ira o entendimento / a mãe em ferros ásperos atava. / Mas de Deus foi vingada em tempo breve / tanta veneração aos pais se deve» ((III, est. 33, vv.5-8). «A pertinácia aqui lhe custa cara» (III, est.70, v.5).
D. Teresa, a mãe do fundador do rei, é acusada de negar a seu filho os seus direitos, ocasionando, por este motivo, uma guerra «intestina» (III, est.31, v.2): «a mãe, que tão pouco o parecia, / a seu filho negava o amor e a terra. / Com ele posta em campo já se via, / e não vê a soberba o muito que erra / contra Deus, contra o maternal amor, / mas nela o sensual era maior» (III, est.31, vv.3-8).
Já D. Afonso V, elogiado pelas conquistas alcançadas no norte de África, é também censurado pela guerra que travou com Fernando de Aragão (IV, est.57-58): «porém, depois, tocado de ambição, / e glória de mandar, amara e bela, / vai cometer Fernando de Aragão, / sobre o potente reino de Castela» (IV, est.57, vv.1-4).

seus descuidos se desmede, / Que de outrem quem mandava era mandado[157]» (III, est.91, vv.2.4). Além de caracterizar o monarca português como um rei imprudente, o relato de Vasco da Gama enfatiza ao rei de Melinde que D. Sancho II foi dominado pelos viciosos privados que o rodeavam e que por isso perdeu o reino para o seu irmão: «de governar o reino que outro pede, / por causa dos privados foi privado, / porque, como por eles se regia, / em todos os seus vícios consentia» (III, est.91, vv.5-8). Com o exemplo de D. Sancho II, portanto, tal como através do mito de Actéon, Luís de Camões adverte o rei D. Sebastião para os cuidados que um rei deve ter na escolha dos seus privados e na relação que com eles mantém.

Apesar de traçar um retrato negativo do monarca, a narração de Vasco da Gama expressa grande preocupação em não vincular D. Sancho II à imagem do tirano (o termo tinha, como foi anteriormente referido, uma conotação extremamente negativa na tradição dos espelhos de príncipes). O navegador português salienta ao rei de Melinde que D. Sancho II que o rei português, apesar de vicioso, não foi «tão desonesto como Nero» (III, est.92, v.2-3), «nem tão mau como foi Heliogabalo / nem como o mole rei Sardanapalo» (est.92, vv.7-8). E acrescenta, na estância seguinte: «nem era o povo seu tiranizado, / como Sicília foi de seus tiranos; / nem tinha, como Fálaris, achado / género de tormentos inumanos» (III, est.93, vv.1-4). A insistência manifestada nestas passagens em distinguir D. Sancho II de alguns dos mais célebres tiranos da história deve-se, segundo me parece, ao facto de a narração intradiegética de Vasco da Gama estar dirigida a D. Sebastião. Numa obra em que Camões procura demonstrar ao rei Desejado a excelência dos seus antepassados, é natural que o poeta procure mitigar os defeitos de Sancho II.

[157] No *Panegírico de D. João III*, João de Barros escreve que «também se deve guardar o príncipe que não seja tam brando e de boa condição, que se perca o acatamento devido à Majestade Real». O mesmo autor cita o provérbio grego em que parecem ter-se inspirado os versos de Camões: «nem também seja [o rei] tam brando que possa caber nele o provérbio grego que diz: *Os mandados mandam a quem manda*» (Barros, 1943: 163).

Através do exemplo deste monarca vicioso, Luís de Camões descreve uma vez mais a D. Sebastião a excelência dos seus vassalos[158]: «o Reino, de altivo e costumado / a senhores em tudo soberanos, / a rei não obedece, nem consente, / que não for mais que todos excelente (III, est. 93, vv.5-8). Segundo a concepção organicista de Luís de Camões, aabe ao rei (que é a "cabeça do reino") governar e aos vassalos (que são os membros do corpo, isto é, do reino) obedecer: «é de vassalos o exercício / que os membros têm, regidos da cabeça» (II, est. 84, vv.1-2). Deste ponto de vista, D. Sancho II precisamente como o é frágil o reinado do monarca que não cumpre com as obrigações do seu ofício e não é amado pelo seu povo. É recorrente, n'*Os Lusíadas*, o louvor do «peito obediente[159] / dos Portugueses» (II, est. 85, vv.5-6) e do respeito que um rei deve ter para com o seu povo, não fazendo com que a sua vontade corrompa a excelência das suas gentes[160].

O exemplo de D. Fernando é também convocado com o propósito de persuadir D. Sebastião a apartar-se dos seus vícios e de mostrar ao rei Desejado que um monarca é o exemplo do seu povo: «um fraco rei faz fraca a forte gente» (III, est.138, v.8). D. Fernando é descrito como um rei dominado pelas suas paixões. Uma vez mais (por se

---

[158] A epopeia de Luís de Camões procura, de variadas formas, demonstrar a D. Sebastião a excelência do seu povo: «ouvi, vereis o nome engrandecido / daqueles de quem sois senhor superno, / e julgareis qual é mais excelente, / se ser do mundo rei, se de tal gente» (I, est.10, vv.5-8); «olhai que sois, e vede as outras gentes, / senhor só de vassalos excelentes» (X, est.146, vv.7-8). Os exemplos convocados por Paulo da Gama no Canto VIII do poema servem este propósito, precisamente. Já na peroração do poema épico, Luís de Camões parece retomar a comparação entre o desígnio cruzadístico português (a que o reino nunca voltou costas) e a situação dos demais reinos europeus, feita nas estâncias 2-14 do Canto VII: «Fazei, senhor, que nunca os admirados / alemães, galos, ítalos e ingleses / possam dizer que são pera mandados, / mais que para mandar, os portugueses» (X, est.152, vv.1-4). Também assim, pelo confronto da história de Portugal com a dos demais países europeus, Luís de Camões procura salientar o valor dos portugueses. Como procurarei demonstrar, também as referidas estâncias do Canto VII se encontram dirigidas a D. Sebastião.

[159] No Canto II, Camões refere que o rei de Melinde «o peito obediente / dos portugueses na alma imaginando, / tinha por valor grande e mui subido / o do rei que é tão longe obedecido» (II, est.85, vv.5-8). Já no Canto X, Camões apresenta a D. Sebastião os seus vassalos nos seguintes termos: «por vos servir, / a tudo aparelhados; / de vós tão longe, sempre obedientes; / a quaisquer vossos ásperos mandados, / sem dar resposta, prontos e contentes» (est. 148, vv.1-4). Como o poeta refere nas estâncias seguintes, a lealdade dos seus vassalos deve ser recompensada pelo monarca.

[160] Demonstrando conhecer e respeitar as obrigações do seu ofício, o rei de Melinde afirma ao embaixador que lhe fora enviado por Vasco da Gama, pouco depois da chegada dos navegadores portugueses ao seu reino: «nem eu consentirei que a excelência / de peitos tão leais em si desfaça, / só porque a meu desejo satisfaça» (II, est.87, vv.6-8).

tratar de um antepassado de D. Sebastião), Camões impõe um limite à sua crítica. Apesar de não manifestar qualquer tolerância para com o adultério de D. Fernando e D. Leonor de Teles, o poeta mostra-se compassivo com o rei português, nas estâncias finais do Canto III (140-143), referindo a força que o amor exerceu também em Hércules, Marco António e Peno. E conclui o poeta que «desculpado por certo está Fernando / para quem tem de amor experiência» (III, est.143).

Interpretadas à luz da alegoria de Actéon, presente no Canto IX da epopeia, em que o poeta procurava conduzir D. Sebastião ao matrimónio, estas estâncias denotam a preocupação de Luís de Camões em não condenar terminantemente o amor.

Na minha perspetiva, o confronto destas três obras permite concluir que a doutrina que Camões procura incutir em D. Sebastião pouco (ou mesmo nada) acrescenta aos preceitos que já se encontram na *Breve Doutrina* de frei António de Beja e na *Institutio Sebastiani Primi*, ambos textos que D. Sebastião certamente conhecia. Além destas, eram muitas as vias através das quais esta mesma doutrina poderia chegar ao monarca. Trata-se de uma doutrina alicerçada nos valores do humanismo renascentista e que, com toda a certeza, foi incutida a D. Sebastião pelos seus mestres.

No entanto, é, na minha opinião, necessário salientar a força que as recomendações de Luís de Camões, redigidas num registo épico e lidas perante o monarca e a sua corte, devem ter exercido sobre D. Sebastião, sobretudo quando associadas de forma tão veemente ao retrato de D. Sebastião como cavaleiro de cristo e defensor da fé cristã. O estilo grandíloquo da epopeia, e o protagonismo que o monarca adquiria nesta que era a primeira epopeia ibérica, devem ter animado D. Sebastião a prosseguir, com renovado ímpeto, a missão que desde o nascimento lhe era atribuída e a que consagrava toda a sua imaginação e esforço.

Concluo este capítulo notando que D. Sebastião tinha (em teoria) uma consciência muito clara das obrigações inerentes ao ofício régio e que os deveres que reconhecia a um rei são bastante idênticos aos que são apontadas n'*Os Lusíadas*. No «Memorial, que ElRey [D. Sebastião] fez por sua maõ, antes de receber o governo» (BAIÃO, 1737: 99-

100), o jovem monarca apresentava entre as suas obrigações as seguintes: temer e amar a Deus; «dilatar a Fé de Christo»; «fazer mercès a bons, e castigar a màos»; «fazer a justiça aos grande, e a pequeno», «em o negocio ter primeiro conta com o bem commum, e depois com o particular»; «levar os subditos por amor em quanto puder», «naõ ter junto de mim senaõ homens temente a Deos» (*ibid*: 99), «prover os cargos, e Officios em quem for para isso merecedor, e não por outros respeitos»; «mostrar sempre animo liberal, e não acanhado», «gabar diante da gente os homens Cavalheiros»; «serey pay dos pobres, e dos que naõ tem quem faça por elles» (*ibid*.: 100). Todas estas obrigações são referidas por Luís de Camões no seu poema épico.

Conclui o autor de *Portugal Cuidadoso, e Lastimado…*, José Pereira Baião, que «bem fortunado fora ElRey, se assim como soube escrever, e dispor estes documentos do que determinava obrar, os soubera guardar inteiramente, e se naõ esquecera delles por máos conselhos» (1737: 100).

3. Rompendo nos campos de Ampelusa: D. Sebastião como cavaleiro de Cristo na obra de Camões

No estudo das representações de D. Sebastião na obra épica e lírica de Luís de Camões, é incontornável a referência ao retrato do monarca como *miles christianus*, comum às três composições dedicadas pelo poeta ao rei Desejado: aécloga I, *Os Lusíadas* e a oitava III. Na verdade, o propósito pedagógico d'*Os Lusíadas* é indissociável da representação de D. Sebastião como capitão de Cristo porque, tal como constata José Filgueira Valverde, para quem, na epopeia camoniana, «tudo conflui para o futuro governo do jovem Rei e, concretamente, para o problema da cruzada africana, que, desde a abertura do poema e aparecendo nos momentos culminantes, se apresenta como o futuro histórico imediato, como o «destino» de *Os Lusíadas*» (1982: 202). A lição de governação que Luís de Camões procura transmitir a D. Sebastião tinha, efetivamente, entre os seus objetivos concretos, o de incentivar e preparar o jovem rei para a conquista do Norte de África.

3.1. O mito de Hércules e D. Sebastião

Na écloga I[161], publicada pela primeira vez na edição de 1595 das *Rimas*, Luís de Camões já apresentava o Norte de África como lugar propício à realização dos feitos heroicos que o nascimento de D. Sebastião augurava: «Se for conservado do Destino, / […] As estrelas beninas prometendo / Lhe estão o largo pasto d'Ampelusa / Co monte que em mau tempo viu Medusa» (CAMÕES, 1994: 317). Estes versos são recuperados nas estâncias 155 e 156 do último Canto d'*Os Lusíadas*, nas quais Camões recomenda a D. Sebastião a «digna empresa tomar de ser cantada», (X, est.155, v.6): «Ou fazendo que, mais que a de Medusa, / A vista vossa tema o monte Atlante, / Ou rompendo nos campos de Ampelusa / Os muros de Marrocos e Trudante» (est.156, vv.1-4).

«Ampelusa» (ou Ampelúsia) é o nome do cabo Espartel, situado perto de Tânger. Como escreve o poeta na dedicatória d'*Os Lusíadas*, D. Sebastião é «novo temor da

[161] «Que grande variedade vão fazendo» (Camões, 1994: 307-318).

maura lança» (I, est.6, v.5), o restaurador do prestígio obtido pelos seus antepassados no Norte de África. Em 1415, D. João I[162] conquistara Ceuta. Este acontecimento é referido na epopeia como um marco importante na defesa de «toda Espanha»: «O monte Abila e o nobre fundamento / De Ceita toma, e o torpe Mahometa / Deita fora, e segura toda Espanha / Da Juliana, má, e desleal manha» (Canto IV, est.49, vv.5-8). Anos mais tarde, por salvar esta mesma cidade, D. Duarte sacrifica o seu irmão, o infante D. Fernando: «Só por amor da pátria está passando / A vida de senhora feita escrava, / Por não se dar por ele a forte Ceita: / Mais o público bem que o seu respeita» (IV, est.52, vv.5-8). Neste episódio (através do qual Camões reitera a importância das vitórias alcançadas pelos portugueses no norte de África) está também implícita, do meu ponto de vista, a crítica da política de abandono das praças africanas praticada por D. João III.

No reinado de D. Afonso V, por sua vez, foi conquistada Tânger (1471). De acordo com a tradição mitológica, as grutas de Hércules (onde o herói repousou, antes de realizar o penúltimo dos seus doze trabalhos[163]) estão localizadas a Sudoeste desta cidade, perto do cabo Espartel (o campo de Ampelúsia, várias vezes referido n'*Os Lusíadas* e apontado como o local da sagração de D. Sebastião como herói). Neste cabo, que marca a entrada do estreito de Gibraltar, estariam também localizadas as colunas de Hércules. É por estes motivos que Camões refere que D. Afonso V (o rei português que conquistou Tânger) «pôde colher as maçãs de ouro / que somente o tiríntio colher pôde[164] » (IV, est.55, vv.1-2).

---

[162] «Este é o primeiro rei que se desterra (Da pátria, por fazer que o africano / Conheça pelas armas, quanto excede / A lei de Cristo a de Mafamede» (IV, est.48, vv.5-8).

[163] Este trabalho, referido por Camões em IV, est.55, vv.1-2, consistiu em colher as maçãs de ouro do Jardim das Hespérides.

[164] A partida dos portugueses para o Norte de África, no reinado de D. João I, é referida n'*Os Lusíadas* da seguinte forma: «Eis mil nadantes aves pelo argento / Da furiosa Tétis inquieta / Abrindo as pandas asas vão ao vento / Para onde Alcides pôs a extrema meta» (IV, est.49, vv.1-5). De facto, desde a proposição («Passaram ainda além da Taprobana», I, est.1, v.4), as conquistas portuguesas, e a viagem de Vasco da Gama em particular, são apresentadas como exemplos do mesmo gesto "transgressor" protagonizado por Hércules (herói que, na tradição mitológica, estabeleceu os limites do mundo conhecido) e consagrado no *motto* de Carlos V, «Plus Ultra».
No Canto V, por exemplo, o Adamastor dirige-se aos portugueses dizendo: «Tu que por guerras cruas, tais e tantas / E por trabalhos vãos nunca repousas / *Pois os vedados términos quebrantas*, / E navegar meus longos mares ousas, / Que eu tanto tempo há que guardo, e tenho, / Nunca arados de estranhos, ou próprio lenho» (V, est.41, vv.3-8).

Além das que acima referi, também as seguintes passagens aludem ao mito de Hércules: «Abrindo as pandas asas vão ao vento / Para onde Alcides pôs a extrema meta» (IV, est.49, vv.3-4); «Pois os vedados términos quebrantas» (V, est.41, v.5); «donde Hércules ao mar abriu caminho» (VI, est.1, v.8).

Segundo a tradição mitológica, foi Hércules quem estabeleceu os limites do mundo conhecido quando, ao unir o mar Mediterrâneo ao Oceano Atlântico, deu origem aos montes Calpe e Musa, em Abila, que passaram a ser chamados "colunas de Hércules". Assim, também o mito de Hércules (tal como a menção dos «campos d'Ampelusa») é utilizado pelo poeta para apontar a D. Sebastião o Norte de África

N'*Os Lusíadas*, os portugueses são apresentados como um povo transgressor, desafiador dos limites do mundo. Os feitos dos reis portugueses em África, bem como a viagem liderada por Vasco da Gama, são apresentados como primeiras (e mais excelentes) manifestações do espírito aventureiro que mais tarde seria consagrado no *motto* do sacro-imperador: *Plus Ultra*. Ao referir-se a Fernão de Magalhães, Luís de Camões manifesta a convicção de que os descobrimentos e as navegações marítimas são próprios dos portugueses: «Ao longo desta costa que tereis, / Irá buscando a parte mais remota / O Magalhães, no feito com verdade / Português, porém não na lealdade» (X, est.140, vv.5-8).

Naturalmente, a empresa imperial já era conhecida em Portugal, à data da publicação d'*Os Lusíadas*, uma vez que foi utilizada no casamento dos pais de D. Sebastião, o príncipe João Manuel e a princesa Joana de Áustria (1552). Ao cruzar os feitos dos reis portugueses (antepassados do jovem rei) com a iconografia de Carlos V (avô do monarca e seu herói), Luís de Camões realça que D. Sebastião provém de duas ilustres linhagens, já invocadas na dedicatória do poema épico: «Em vós se vem, da Olímpica morada, / Dos dois avôs as almas cá famosas» (I, est.17, vv.1-2); «Em vós esperam ver-se renovada / Sua memória e obras valerosas» (I, est.17, vv.5-6).

Assim, é evidente, do meu ponto de vista, que também através das referências feitas a Hércules no poema épico Luís de Camões aponta o Norte de África (onde os reis

de Portugal já tinham sido vitoriosos) como o local onde D. Sebastião poderia alcançar o estatuto de herói.

Assim, a esperança de que D. Sebastião viesse a conquistar o Norte de África, manifestada na écloga I e n'*Os Lusíadas*, está, em minha opinião, intimamente ligada à inquietação generalizada do reino quanto à política externa portuguesa que se sentia desde o final do reinado de D. João III. O abandono das praças africanas levada a cabo pelo rei Piedoso fora fortemente contestada tanto por nobres como por membros do clero, que entendiam mais vantajosas as conquistas portuguesas no Norte de África do que as possessões do reino no Oriente[165]. Julgo que é este dilema da política externa do país (para o qual D. Sebastião era visto como solução[166]) que explica o apelo feito por Luís de Camões ao rei Desejado, no sentido de que restaurasse o prestígio obtido pelos seus antepassados no Norte de África.

Além das considerações tecidas no Canto VII do poema épico (sobre as cissões da Cristandade e do lugar de Portugal na cristandade), o episódio do velho do Restelo (IV, est.94-104) é o que de forma mais direta aborda as preocupações dos nobres e religiosos

---

[165] «Estavaõ eftes Padres, e o Reyno todo desgostados de que ElRey D.Joaõ III. se tivesse mostrado algum tanto remisso, e descuidado da guerra, principalmente de Africa, applicando mais o cuidado á reformação das coufas do culto Divino, por onde a Milícia comessou a esfriarse, fendo pouco favorecida delle, chegado a largar aos Mouros as Fortalezas, que os Reys feus antecessores tinhaõ conquistado em Africa com muito trabalho […], as quaes eraõ Çafim , Azamor, Alcacere, Arzilla, e o Cabo de Guè, que fe nos tomou à força de armas, por naõ ser soccorrida a tempo; o que lhe foy muito estranhado, e murmurado, naõ fó em Portugal, admettindo-se mal a desculpa, q se dava da pouca conveniência, e muito cufto, que havia em cõfervalas» (Baião, 1737: 89).
Referindo-se ao desejo (precocemente) manifestado por D. Sebastião de conquistar o norte de África, Pereira Brandão refere que este não «foy contra o parecer, e desejo dos Vassallos (…) pois muitos delles murmuravaõ tambem na sua presença repetidas vezes daquele desacerto de seu avò, e o censurávaõ muito por isso» (*ibid*: 91).

[166] «Que ele [D. Sebastião] foi dado a este reino / por que em todôlos bens, glórias e honras / o acrecente, encha, honre e enriqueça / e levante a cabeça deste reino, / sempre tão poderoso, ora oprimida / com muitas e grandíssimas tristezas, / que noutro tempo já de mil vitórias / *africanas* entrou triunfadora» (Teive, 2012: 854).
Parece-me que, com a expressão «grandíssimas tristezas», Diogo de Teive, além de aludir à morte dos vários filhos de D. João III e D. Catarina de Áustria (entre as quais a do príncipe D. João Manuel, pai de D. Sebastião), se refere igualmente à política de abandono das praças africanas praticada por D. João III.
António Machado Pires refere que o fenómeno do sebastianismo (tal como se manifestou, por exemplo, na obra de Luís de Camões) constituiu, provavelmente, uma reação contra a decadência do império (1982: 43), cujos primeiros sinais se haviam manifestado no reinado de D. João III, com o abandono de alguns lugares em África.

portugueses com a política externa do país. E, embora não seja frequentemente mencionado a este propósito (ao contrário do que sucede com a dedicatória e o epílogo do poema), o discurso que encerra o Canto IV d'*Os Lusíadas* é um dos episódios em que a inclinação de Luís de Camões ao partido dito «africanista» é mais explícita[167].

Nas estâncias 100 e 101 do Canto IV, o «velho de aspeto venerando» repreende com veemência a partida dos navegadores portugueses em direção à Índia, argumentando que partiam motivados pela «glória de mandar» e pela «vã cobiça» (IV, est.95, v.1). A vaidade é apresentada pelo velho do Restelo como «Sagaz consumidora conhecida / De fazendas, de reinos e de impérios» (IV, est.96, vv.3-4). A mesma personagem alega também que o inimigo primordial dos portugueses se encontrava no Norte de África (e não no Oriente[168]) e que a partida dos portugueses para um território tão longínquo apenas contribuiria para o despovoamento do reino: «Deixas criar às portas o inimigo, / Por ires buscar outro de tão longe, / Por quem se despovoe o reino antigo,/ Se enfraqueça e se vá deitando a longe» (IV, est.101, vv.1-4). Na perspetiva da mesma personagem, a guerra é tendencialmente indesejável, sendo a única verdadeiramente justa a que se trava por amor a Cristo, e não a que é motivada por «(…) promessas de reinos, e de minas / de ouro», pelo desejo da fama, de «triunfos», «palmas» ou «vitórias» (IV, est.97, vv.5-8).

Atente-se nas qualidades atribuídas por Vasco da Gama a esta personagem. O «velho de aspeto venerando» (IV, est.94, v.1) tem uma «voz pesada» (que interpreto como referência à sua idade e autoridade), um «saber só de experiências feito» e um «experto peito» (IV, est.94, vv.5-8). A ponderação acerca do futuro revela a sua prudência. Uma vez que o Velho reúne todas estas qualidades, o seu discurso (pleno de

---

[167] Como resume Filgueira Valverde, a «ideia generalizada de que o poeta [Camões] fez parte do partido africanista» é habitualmente explicada com a apresentação dos mouros como inimigos natos de Portugal, ao longo d'*Os Lusíadas*; o facto de a África, e não o Extremo Oriente, ser «campo propício ao heroísmo português (Fala do Velho do Restelo)»; o facto de «o jovem rei [ter] como missão providencial a de vencer os mouros (Dedicatória, I, 6-8; e Final, X-156)»; e ainda com a constatação feita pelo poeta de que «a disciplina militar só se aprende na própria guerra (X-153)» (1982: 203).

[168] O velho do Restelo interpela os navegadores portugueses do seguinte modo: «Não tens junto contigo o ismaelita, / Com quem sempre terás guerras sobejas? / Não segue ele do arábico a lei maldita, / Se tu pela de Cristo só pelejas? / Não tem cidades mil, terra infinita, / Se terras e riquezas mais desejas? / Não é ele por armas esforçado, / Se queres por vitórias ser louvado?» (IV, est.100).

autoridade) merece ser escutado pelos ouvidos a que se dirigem: «Ouvi conselho só de experimentados / Que viram largos anos, largos meses» (X, est.152, vv.5-6). E, nesse sentido, as palavras do sábio Velho não se destinam apenas aos ouvidos dos homens que se despedem em Belém (ainda que, como afirma Vasco da Gama, todos as tenham ouvido «claramente»[169]), mas igualmente a D. Sebastião.

De facto, o discurso do sábio ancião antecipa, na minha perspetiva, o futuro que se seguiria à concretização desta viagem e apresenta uma imagem muito nítida das consequências negativas da chegada dos portugueses à Índia. Portanto, não se trata apenas de uma crítica ao presente de então (isto é, à viagem liderada por Vasco da Gama), mas também de uma alusão ao futuro, que corresponderá ao momento e à situação em que se encontraria o país, à data da publicação do poema épico. Convocando a autoridade do velho prudente e venerando, Camões procura convencer D. Sebastião da necessidade de recuperar o prestígio alcançado pelos reis de Portugal em território africano. É este, como referi, o sentido do epíteto que o poeta atribui a D. Sebastião, na dedicatória d'*Os Lusíadas*: «novo temor da maura lança» (I, est.6, v.5).

Por isso, os retratos dos vários reis de Portugal passados em catálogo nos Cantos III e IV d'*Os Lusíadas*, além de estabelecerem modelos positivos e negativos de governação, são também importantes para a construção da imagem de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo. Tal é particularmente evidente nos reis da primeira dinastia (Canto III), destacados pelas conquistas obtidas contra os "infiéis", e também em relação a D. João I e D. Afonso V. A proposição d'*Os Lusíadas* aponta a luta contra os infiéis como um dos núcleos temáticos da epopeia[170]. A dedicatória (I, est.13), por seu lado, apresenta pormenorizadamente a D. Sebastião os exemplos de D. Afonso III (em cujo reino se deu a conquista definitiva do Algarve), de D. Afonso IV (vencedor na batalha do

[169] Vasco da Gama narra ao rei de Melinde: «[um velho de aspeto venerando] postos em nós os olhos, meneando / Três vezes a cabeça, descontente, / A voz pesada um pouco alevantando, / Que nós no mar ouvimos claramente, / Com um saber só de experiências feito / Tais palavras tirou do experto peito (IV, est.94, vv.4-8).

[170] Afirma Luís de Camões, na proposição do poema épico: «e também as memórias gloriosas / daqueles reis que foram dilatando / a fé, o império, e as terras viciosas / de África e de Ásia andaram devastando / […] / cantando espalharei por toda a parte» (I, est.2, vv.1-4; v.7).

Salado) e de D. Afonso V (que conquistou Alcácer Ceguer, Anafé, Arzila e Tânger), procurando incitá-lo à realização de feitos idênticos. E, como acabo de referir, o episódio do velho do Restelo reitera igualmente que as preocupações de D. Sebastião se deviam centrar no Norte de África, mais do que no Oriente. Já no epílogo da epopeia, o poeta recomenda a D. Sebastião que adquira, com a experiência, a disciplina militar que um monarca deveria possuir: «A disciplina militar prestante / Não se aprende, senhor, na fantasia, / Sonhando, imaginando ou estudando, / Senão vendo, tratando e pelejando» (X, est.153, vv.5-8). Deste modo, aponta-lhe, de seguida, o Norte de África como seu destino concreto: «rompendo nos campos de Ampelusa / Os muros de Marrocos e Trudante» (X, est.156, vv.3-4).

Como se pode concluir, tudo, na epopeia, conflui para o retrato de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo e defensor da fé católica, contribuindo, com esse modelo de soldado de Cristo, para apontar o Norte de África como destino incontornável da ação do monarca.

À semelhança da *Institutio Sebastiani Primi*[171] (1558), que referia as preocupações com a política externa de Portugal que marcariam o reinado de D. Sebastião, também vários autores quinhentistas[172], entre os quais Luís de Camões, retomarão este tema nevrálgico. O episódio do velho do Restelo, n' *Os Lusíadas*, retoma-as em registo prospetivo, e contribuem igualmente para a representação do jovem rei como *miles christianus*

O autor da *Institutio* defende que as riquezas do «oriental e novo mundo» são «sustentadoras da cobiça, / abatedora de ânimos heroicos, / de espíritos altos, grandes e esforçados» (2012: 855). A «canela» e a «pimenta», o «cravo», drogas, cheiros e outras riquezas oriundas do Oriente são, na opinião de Diogo de Teive, «delícias» das quais «quem professa a santa lei de Cristo / bem pode carecer» (*ibid*.: 855). O reino, «que estas coisas não tem de natureza / nem tinha em custume [sic] estes manjares», devia

[171] Nesta obra, Diogo de Teive manifesta a convicção de que a conquista do Norte de África seria mais benéfica para o reino do que os domínios do país no Oriente.
[172] Além de Luís de Camões e Diogo de Teive, também Diogo Bernardes e António Ferreira representam D. Sebastião como *miles christianus*.

concentrar os seus esforços na conquista e conversão dos povos "infiéis": «seja isto caminho pera a gente / infiel receber o doce jugo / de quem por ela deu seu puro sangue / e ao povo de Deus ser reduzida» (Teive, 2012: 855). Repare-se como este é também o parecer do velho do Restelo, como referi.

Atendendo às dificuldades e pouco proveito para Portugal inerentes à preservação dos seus domínios no Oriente, Diogo de Teive vaticina que D. Sebastião, além de dar continuidade à política oriental, se concentraria também nas possessões portuguesas em África. No parecer do autor da *Institutio*, o rei Desejado ajuntaria às conquistas portuguesas no Oriente, «com gloriosas / vitórias, a infiel terra africana / do nome lusitano única imiga[173]» (Teive, 2012: 854). Além de restaurar o prestígio alcançado pelos reis portugueses no Norte de África, D. Sebastião lograria com esta opção política resolver o problema da falta de cereais, que afetava o reino[174].

As considerações do humanista bracarense (como as que diziam respeito à educação de D. Sebastião, já anteriormente referidas) antecipam as convicções que ficaram expressas nas Cortes de 1562-63. Alguns dos capítulos destas Cortes ilustram bem a inclinação geral do reino a uma "política africana", que se tinha por mais desejável[175] do que a oriental. Entre eles, Queiroz Velloso destaca os seguintes: «cap. 18º – que se não larguem os lugares de Africa, nem Mazagão, e assim o pedem e requerem»; «cap. 80º – que todos os Bispos e Beneficiados dem ajuda, e pensão para a

---

[173] Também n'*Os Lusíadas* os muçulmanos são apresentados como o inimigo do belicoso reino lusitano: «este quis o céu justo que floreça / nas armas contra o torpe mauritano, / deitando-o de si fora, e lá na ardente / África estar quieto o não consente» (III, est.20, vv.5-8). No Canto IV, o velho do Restelo interroga: «não tens junto contigo o ismaelita / com quem sempre terás guerras sobejas?» (est.100, vv.1-2).

[174] De acordo com Diogo de Teive, D. Sebastião devia conquistar a «terra africana», «fértil de mantimentos e abundante, / pera que deles possa Lusitânia / encher os seus celeiros largamente» (2012: 855).

[175] «Além das resoluções das Côrtes (…), inteiramente contrárias à evacuação dos lugares de África, o *Discurso Panegírico*, que acompanhava e reforçava os votos dos procuradores dos concelhos, ainda era mais expressivo, ao aconselhar, no seu parágrafo terceiro, «por mais justa e mais conveniente a Conquista de Africa, que a da India», … porque «esta estava muito longe e não rendia cousa, que com ella se não tornasse a gastar, e aquella estava perto, e era muito prejudicial á Hespanha a sua vizinhança, e convinha domalla, e estender nella o Imperio Lusitano» (Velloso, 1935: 91).
Entre as conquistas «que em direito tocaõ a Portugal, a principal, que os Mestres lhe apontavaõ como com o dedo, era a daquella Provincia de Africa, como mais facil por vesinha, e sempre dãnosa a Hespanha, e a toda a Christandade» (Baião, 1737: 90).

guerra de Africa»; «cap. 91º – que os Duques, e Senhores ajudem para a guerra de Africa, conforme a seus estados, e rendas». Conforme nota o mesmo autor, está subentendida nestes capítulos a condenação formal do abandono das praças africanas levado a cabo por D. João III (1935: 62).

Do meu ponto de vista, o confronto das estâncias 96-101 do Canto IV d'*Os Lusíadas* com o excerto da *Institutio Sebastiani Primi* que anteriormente citei, robustece a ideia de de que o discurso do velho do Restelo contém, de facto, uma proposta política dirigida a D. Sebastião. Efetivamente, ainda que adquira uma certa universalidade (por aludir, com os exemplos de Adão, Ícaro, Prometeu e Faetonte, à própria condição humana[176]), o discurso do velho do Restelo é uma clara referência às circunstâncias específicas do reinado de D. Sebastião e ao objetivo concreto d'*Os Lusíadas*[177] de incitar (e até mesmo de preparar) D. Sebastião para a conquista do Norte de África. Em certa medida, este episódio desempenha um papel semelhante à alegoria de Actéon, pois, servindo-se de um tema aparentemente universal, alude também às circunstâncias concretas do rei Desejado.

3.2. «Fiel peito, casto e forte»: o retrato de D. Sebastião oitava III de Camões

Na oitava III de Camões, a mesma representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo e defensor da fé cristã tem a particularidade de recorrer à iconografia do mártir S. Sebastião. Este fenómeno (de representação do rei Desejado através do mártir homónimo) não ocorre apenas na poesia, mas também na pintura, e parece radicar na própria devoção de D. Sebastião ao seu patrono.

[176] O discurso do velho do Restelo, está dirigido a toda a humanidade, como comprova a estância 98 do Canto IV. «Mas ó tu, geração daquele insano, / cujo pecado e desobediência / não somente do reino soberano / te pôs neste desterro e triste ausência, / mas ainda de outro estado, mais que humano, / da quieta e da simples inocência, / idade de ouro, tanto te privou, / que na de ferro e de armas te deitou».

[177] «Independentemente das marcas de retórica humanista que existem no discurso do Velho (e que o fazem antepor os valores da renúncia aos ímpetos da aventura), parece claro no seu discurso que a África oferece aos portugueses uma oportunidade segura de retomar a senda cruzadística que legitima a nação lusa desde a sua fundação» (C. Bernardes, 2022: 133).

No que diz respeito à pintura, a representação de D. Sebastião através do mártir seu patrono foi já estudada por Vítor Serrão. Na sua obra *A Pintura Maneirista em Portugal* (1982), o autor apresentou duas tábuas maneiristas (c.1575-1580), ambas expostas na Sala das Galés do Palácio Nacional de Sintra, que representam D. Sebastião na figura do santo em honra do qual foi batizado. As tábuas[178], que terão integrado um «desmembrado retábulo sebástico», «têm a particularidade de representar S. Sebastião através da personagem áulica do rei-Desejado, ora libertando os cativos cristãos [Marco e Marcelino] (…), ora discursando perante o Imperador [Diocleciano]» (SERRÃO, 1982: 51). Vítor Serrão interpretou as tábuas como uma visão premonitória da "missão de Marrocos". Segundo o autor, o rei Desejado procurava desta forma legitimar o seu poder, bem como divulgar «o seu empenho na conquista das «terras infiéis» do Norte de África e resgatar os cativos cristãos» (SERRÃO, 2005: 132).

Ambas as pinturas são, como nota Serrão, raras, do ponto de vista iconográfico. Ainda assim, não são um caso único, pois, como hoje sabemos, também a esposa de D. João III terá sido pintada como Santa Catarina, décadas antes. Aludimos à pintura de Domingos Carvalho[179] (ANEXO 5), em que a figura régia (D. Catarina) e a santa homónima são fixadas «numa mesma representação iconográfica» (BUESCU, 2013: 55). Além destas, também outras pinturas, em que os santos acompanham os monarcas[180], são ilustrativas da prática da devoção onomástica levada a cabo no reinado do *Piedoso*, sobretudo por sua esposa, que parece ter exercido influência em D. Sebastião.

Também Gaspar Soares, provavelmente inspirado pelas referidas tábuas, pintou o episódio da libertação dos gémeos cativos (c.1575-1580). A sua peça, escreve SERRÃO,

---

[178] As tábuas possuem os números 337 e 338 do catálogo *Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade* (MOITA, 1984: 204). Em *O Mártir: corpo ferido na árvore. Catálogo da exposição comemorativa dos 500 anos da Festa das Fogaceiras em honra de São Sebastião* (AZEVEDO, 2005: 133) foi representada a que tem por tema a libertação dos cativos Marco e Marceliano, com o número 68 (ANEXO 4).

[179] JORDAN, 1994: 38.

[180] No caso de D. João III, um dos retratos em que tal devoção se manifesta foi pintado na sua puerícia, quando era ainda príncipe – *O príncipe D. João e S. João Baptista*. Mestre da Lourinhã, 1515-1518. Lisboa: MNAA. Constituem ainda exemplo desta prática os retratos de D. João III e D. Catarina encomendados pela monarca para o convento da Madre de Deus, em Xabregas, «em que os monarcas são representados, em figuração simétrica e acompanhados dos respectivos santos patronos, Santa Catarina e S. João Baptista, ajoelhados em atitude de oração» (Buescu, 2013: 55).

tem «o alto interesse iconográfico de representar S. Sebastião como um galante gentil-homem que dualmente se identifica com a imagem do próprio D. Sebastião, o *Desejado*, na função de redentor dos cativos cristãos» (2005: 82). O quadro pode muito ter sido encomendado «nas vésperas da trágica aventura militar de Alcácer Quibir» ou «em melancólica evocação sebastianista, produzida no rescaldo da derrota marroquina e sucedânea morte do rei de Portugal» (*ibid*.: 82).

Tanto estas pinturas quanto a oitava III de Camões comprovam que, como escreve Vítor Serrão, «a identidade de D. Sebastião com a figura do Santo romano foi muito frequente, e atestada, durante e logo após o seu breve reinado, em numerosos eventos que glorificavam as virtudes de um príncipe libertador do povo cristão e abnegado defensor da cruzada contra o infiel» (2005: 82). De facto, a devoção de D. Sebastião ao mártir seu homónimo (que se traduziu numa espécie de "apropriação" da iconografia do santo por parte do monarca) foi utilizada pelo jovem rei na divulgação do seu projeto cruzadístico e da sua imagem de *miles christianus*. Trata-se de uma devoção que, com toda a certeza, foi incutida ao monarca desde muito cedo[181].

A associação de D. Sebastião ao mártir precede o nascimento do rei Desejado. Como filho póstumo do príncipe D. João e único herdeiro de D. João III, o nascimento de D. Sebastião foi aguardado com grande ansiedade em todo o país. Quando D. Joana de Áustria (mãe de D. Sebastião) entrou em trabalho de parto, foi organizada uma procissão em Lisboa na qual se pedia a intercessão do mártir S. Sebastião, cujo martírio se celebrava nesse dia. Na procissão que seguiu até à igreja de S. Domingos era venerada uma relíquia deste santo. Trata-se de um braço que, segundo a tradição, foi obtida por Carlos V no Saque de Roma e oferecida pelo sacro-imperador ao cunhado, D. João III. O neto do rei Piedoso, nascido a 20 de janeiro de 1554 (dezoito dias depois do falecimento do pai[182]), sob a proteção do santo, recebeu o nome de Sebastião.

---

[181] No *Sanctoral* de um «missal iluminado de António Fernandes», pertencente a D. Catarina, «figuram, por exemplo, os ofícios de S. Sebastião que, não tendo especial tradição no reino, se tornara tão pouco tempo antes o santo patrono de D. Sebastião» (Buescu, 2013: 65-66).

[182] Este infeliz acontecimento foi, segundo Luís de Matos, «excetuando a ocupação espanhola de 1580», aquele «que mais impressionou o país» (*apud* Cruz, 2006: 22).

A associação do monarca Desejado ao mártir S. Sebastião pode ainda ser atestada pela fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1565), assim nomeada em honra do jovem rei[183].

Na heráldica cívica (das vilas de Amarante[184] e Almeirim, por exemplo) ou militar[185], bem como em algumas moedas de ouro cunhadas durante o reinado do monarca Desejado, foram utilizadas as setas do mártir S. Sebastião, que passaram também a aludir ao próprio rei. Teixeira de Aragão, na sua *Descrição Geral e Histórica…*, dá-nos conta da existência de um S. Vicente, em ouro, em cujo anverso, além do nome do monarca, figuram as «Armas do reino entre duas settas voltadas para baixo[186], e as letras P – O (POrto)» (1874: 276). No reverso da moeda encontra-se a legenda «Zelator Fidei Vsqvue Ad Mortem» (Defensor da fé até à morte) bem como a «figura de S. Vicente á direita, cortando a legenda e entre duas estrellas, com a palma e o navio[187]» (*ibid*.: 276) (Anexo 6).

Em 1569, ano da grande peste de Lisboa[188], o monarca encontrava-se na vila de Montemor-o-Novo quando recebeu a notícia de que 'o mal' se encontrava quase

---

[183] A cidade, fundada por Eustácio de Sá durante a regência do cardeal D. Henrique, «em homenagem ao jovem monarca, recebeu o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro» (Cruz, 2006: 103).

[184] Na fachada da antiga Casa da Câmara de Amarante existe um escudo de armas, «heraldicamente mal composto», que inclui três setas (A. Alves, 1993: 20). «As setas que guarnecem este escudo e que nos aparecem em outros do tempo de D. Sebastião devem filiar-se na tradição e do uso que D. Sebastião fez de algumas setas para ornamentar os seus brasões, mandando até gravar duas nas moedas de ouro, por ordenança de 6 de novembro de 1559» (*ibid*.: 20-21). A inclusão das setas parece ser um reconhecido da vila ao monarca, pelas mercês dele recebidas (*ibid*.: 20).

[185] No castelo de S. Sebastião, em Angra de Heroísmo, figuram também as setas do mártir, que o monarca veio a adotar como uma das suas empresas pessoais (*ibid*.: 21).

[186] «Mandadas gravar nas moedas de oiro pela ordenança de 6 de novembro de 1559» (Aragão, 1874: 280). Esta moeda tem o número 282 do catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência. *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*, vol. 6.

[187] A mesma legenda e imagem do anverso desta moeda constavam também do Sanvicente de D. João III, moeda «cunhada quando se constituiu em Portugal o Tribunal da Inquisição pela bula do Papa Paulo III. A imagem do Santo é da autoria de António e Francisco de Holanda» (Moita, 1984: 154).

[188] Para melhor se compreender a invocação de S. Sebastião contra a peste, e o modo como ela se manifestou durante a peste de 1569, particularmente em Alcácer do Sal, leia-se Pereira, 2017: 207-240. Diogo Bernardes dedicou a este flagelo uma écloga deploratória que consta quer do volume das *Várias Rimas ao Bom Jesus* (1594), quanto do *Lima* (1596), que inclui, além das preces a Cristo e à Virgem, uma súplica a S. Sebastião, com a promessa de erguer aos mártir novos altares e de lhe prestar culto e adoração, seguindo o exemplo do próprio monarca: «se fores lá no céu nosso advogado / como na terra cá és padroeiro, / erguendo com teu braço estes maus ares, / de novo t'ergueremos mil altares» (D. Bernardes, 2009a: 175).

debelado. D. Sebastião escreveu então ao Senado «para que, em acção de graças, se construísse na cidade um templo, consagrado a S. Sebastião. Destinado primeiramente ao sítio onde estava a igreja de S. Sebastião da Mouraria, começou depois a ser levantado no Terreiro do Paço[189]» (VELLOSO, 1935: 127). A primeira pedra do edifício foi lançada com «festiva solenidade, em 19 de Abril de 1571; mandou-o porém, destruir Felipe II, para desafôgo daquela praça» (*ibid*.: 127-128).

Dois anos mais tarde (1571), D. Sebastião procurou junto de Pio V «autorização para reformar os Estatutos das três Ordens Militares, de Cristo, Santiago e Avís[190], e acrescentar à cruz dos respectivos hábitos uma seta, em memória da arma com que fôra martirizado o santo, cujo nome usava» (VELLOSO, 1935: 191). Inclinado já à guerra em África, o rei Desejado sublinhava que tal distinção «só seria conferida aos cavaleiros, que na guerra se assinalassem por feitos notáveis» (*ibid*.: 191).

Será também deste período (c.1572) o requerimento que o monarca fez, junto do mesmo Pio V, de uma das setas com que fora martirizado S. Sebastião. O rei Desejado pretendia que essa seta fosse colocada no templo que construía no Terreiro do Paço. É o Papa Gregório XIII quem envia a D. Sebastião a relíquia do mártir, «autenticada pelo breve de 8 de Novembro de 1573» (VELLOSO, 1935: 193). Conforme escreve Queiroz Velloso, «o monarca [recebeu a relíquia] em Fevereiro de 1574, com a maior solenidade, na vila de Almeirim[191], prègando o dr. Antonio Pinheiro, orador oficial em tôdas as festas e cerimônias da côrte» (1935: 193). É precisamente a este acontecimento que Luís de Camões dedica a sua oitava III. No entanto, a epígrafe da edição de 1595 das *Rimas*, na qual o poema foi publicado pela primeira vez, situa erradamente o acontecimento no ano de 1575.

---

[189] Manuel de Faria e Sousa faz referência à construção deste templo nos seus comentários à oitava III de Luís de Camões (1972: 119).

[190] A proposta de renovação dos Estatutos destas ordens consta de um dos capítulos das Cortes de 1562-63: «que se façaõ em Capitulo geral das Ordens de Christo, S. Tiago, e Aviz Estatutos, que senaõ possaõ quebrar, senaõ em outro Capitulo» (Baião, 1737: 38).

[191] «A este facto se deve também o uso de uma seta em contra-banda no brasão de Almeirim» (A. Alves, 1993: 21).

A devoção do rei Desejado ao mártir homónimo pode ainda ser exemplificada com o facto de o galeão em que D. Sebastião regressa da sua primeira jornada em África se chamar, precisamente, *S. Sebastião*. Esta é a embarcação que aporta a 2 de novembro de 1574 em Sagres, após uma violenta tempestade (VELLOSO, 1935: 201). É depois desta primeira jornada, segundo o Mestre de Armas Manuel Teixeira, que D. Sebastião adota a sua segunda empresa[192] (*apud* Avelar & Ferros, 1983: 233). Como referem Avelar & Ferros, esta tinha por *corpo* «a figura da seta do martírio de S. Sebastião que o Papa Gregório XIII lhe enviou» e por *alma* «o moto latino: PRO FIDE» (1983: 233). A primeira empresa de D. Sebastião era composta por um conjunto de estrelas e tinha por alma o moto *Celsa Serena Favent*[193] ("a serenidade favorece a excelência"[194]). Em 1576, D. Sebastião terá fundado a ordem de São Sebastião (ou da Seta), cuja insígnia seria composta pelas setas alusivas ao mártir, bem como por esta primeira empresa do monarca[195].

Finalmente, a devoção do jovem rei ao mártir S. Sebastião e o modo como o monarca utilizou a iconografia do santo para a construção da sua imagem são ainda evidentes no episódio em que D. Sebastião professa «na Ordem de Cristo (…), armando-se a si mesmo cavaleiro[196], diante do altar do santo, que tomara por padrinho»

---

[192] Leonardo, personagem da obra *Corte na Aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo, descreve do seguinte modo a empresa (= tenção, divisa): «Empresas ou Tenções são as (insígnias) que os mesmos Reis, Príncipes ou particulares tomam, conformando as figuras e letras com o desenho e pensamento que cada um tem para empreender coisas altas» (*apud* Avelar & Ferros, 1983: 227). «Na realidade designa-se por empresa a representação ideológica de um símbolo, não raro acrescentada de uma legenda ou moto, que era adoptada por quem a escolhia como Norte das suas acções e empreendimentos» (*ibid*.: 227).

[193] Refere Faria e Sousa, no segundo volume da sua *Europa Portuguesa* (Tomo III), que a empresa pessoal de D. Sebastião consistiu de «unas Estrellas, con la letra Celsa Serena Favent» (1679: s.p). Da reprodução que dela faz constam oito estrelas, embora em algumas medalhas e moedas emitidas pelo monarca o número difira (Argão, 1874: 275).

[194] A tradução é nossa.

[195] Faria e Sousa alude a este facto nos seus comentários às *Rimas* de Luís de Camões (1689): «porque el-Rey no recibió la flecha sino el año 1575; y aviendo [D. Sebastião] instituido una Orden militar, que se intitulava de la Flecha, en honra del Invicto Martyr San Sebastian, motivandolo el posseerla, es de creer, que no lo haria sino el año 1576» (1972: 119).

[196] «aquele grão cavaleiro, / Que por amor do culto verdadeiro, / Seu sangue derramou em Berberia» (D. Bernardes, 2009a: 127);

(VELLOSO, 1935: 193). Isto sucedeu na igreja de Marvila[197], em Santarém, a 8 de dezembro de 1573, aquando do Capítulo Geral da Ordem de Cristo.

Na oitava que dedica ao recebimento da seta de S. Sebastião[198] (enviada ao rei Desejado por Gregório XIII), Luís de Camões identifica D. Sebastião com o mártir homónimo. Para sublinhar a elevada estatura moral do monarca Desejado, Camões refere que D. Sebastião não partilha com o seu patrono apenas o nome[199], mas possui também as virtudes do mártir: «dele o fiel peito, casto e forte, / co nome imperial[200] tendes tomado» (CAMÕES, 1994: 296; estr.1, vv.5-6). Estas virtudes, de que S Sebastião é apresentado como modelo, constam, n'*Os Lusíadas*, entre as qualidades próprias do perfeito governante. Através da figura de D. Fernando, por exemplo, Camões recordava a D. Sebastião a importância de o rei ser casto: «Um baixo amor os fortes enfraquece» (III, est.139, v.8). Também n'*Os Lusíadas*, Camões destacava, entre os vários reis de Portugal, os que se distinguiram pelas vitórias obtidas contra os infiéis (em Portugal ou no norte de África) e eram modelo de força bélica e de fortaleza: «E também as memórias gloriosas / Daqueles reis que foram dilatando / A fé, o império, e as terras viciosas / De África e de Ásia andaram devastando / […] / Cantando espalharei por toda a parte» (I, est.2, vv.1-4;7); «Vede o primeiro Afonso, cuja lança / Escura faz qualquer estranha glória» (I, est.13, vv.3-4); «[vede] o quarto e quinto Afonsos e o terceiro» (I, est.13, v.8).

Assim, a associação de D. Sebastião ao mártir do mesmo nome retoma a representação do rei Desejado como um monarca tendencialmente virtuoso («o novo

---

[197] A vinculação desta igreja à Ordem de Cristo é atualmente visível na abóboda polinervada da sua capela-mor, onde figuram, além da esfera armilar e do escudo régio, com as suas cinco quinas, a cruz vermelha da ordem.

[198] É a solenidade deste acontecimento que justifica que seja celebrado em oitavas. A oitava é, afinal, «una estrofa tradicionalmente asociada a la poesía épica o a la lírica de tono elevado» (Caparrós, 2016: s.p.).

[199] «Porque siendo su suerte de nacer el dia de San Sebastian, consigo se truxo este nombre: y aunque los Principes atienden poco á esto al dar nombres à suas hijos de los Santos del dia en que nacen, sino de los ABuelos que ya fallecerion, atendióse entonces en Portugal á esto por algunas razones que no sirven agora aqui» (Faria e Sousa, 1972b [1685]: 119).

[200] Como nota Faria e Sousa, «el Nombre de Sebastian […] significa Augusto, y venerable»; «Sebastian vale venerable, augusto, y santo» (1972: 120).
O nome deriva do grego «sebastos» e tem, de facto, o sentido que aponta o comentador. *Vd.* Machado, 1984: 1322.

trigo florecente») que se encontra n'*Os Lusíadas*. Do mesmo modo, Luís de Camões recupera a representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo, já presente na dedicatória e na peroração do poema épico, incitando D. Sebastião à guerra contra os inimigos da 'verdadeira' fé através do exemplo do mártir S. Sebastião: «sereis braço forte e soberano / contra o soberbo gládio Mauritano» (CAMÕES, 1994: 296; estr.2, vv.7-8); «os contrários, revéis à madre Igreja, / atroarão co tom do Céu irado» (*ibid*: 297; estr.5, vv.5-8). É esse também o sentido dos versos: «tomai também a seta veneranda / que a vós o sucessor de Pedro manda» (*ibid*.: 296; estr.1, vv.7-8).

Nesta composição poética, as mesmas setas com que S. Sebastião foi martirizado são apresentadas por Luís de Camões como o instrumento com que o monarca haveria de derrotar os inimigos da Igreja. O poeta afirma que, à semelhança daquelas com que S. Sebastião foi morto (injustamente, por causa da sua fidelidade a Deus), as setas de D. Sebastião cumprirão o justo desígnio de vencer os inimigos do Deus 'verdadeiro': «as vossas setas são, na justa guerra, / agudas, e entrarão por derradeiro / (caindo a vossos pés povo sem lei) / nos peitos que inimigos são do Rei (*ibid*: 297; estr.3, vv.5-8).

Efetivamente, a seta de S. Sebastião de que o rei Desejado toma posse é interpretada por Luís de Camões como presságio da vitória de D. Sebastião sobre os infiéis. Este presságio é antigo, tal como refere o poeta, e esclarece o sentido das antonomásias utilizadas pelo poeta na dedicatória do seu poema épico para se referir ao rei Desejado[201]. Na verdade, é a leitura providencialista do nascimento de D. Sebastião que explica a expectativa com que Luís de Camões alude ao monarca, tanto na écloga I e n' *Os Lusíadas* quanto nesta oitava.

Efetivamente, são inúmeras as expressões afetas ao campo semântico do desejo que se encontram n'*Os Lusíadas* e na oitava III de Camões. No poema épico, surgem, entre outras, as expressões: «certíssima esperança» (I, est.7, v.6), «esperamos» (I, est.8, v.4), «em vós esperam» (I, est.17, v.6), «desejam» (I, est.18, v.2). Na oitava, por sua vez,

[201] O poeta refere-se a D. Sebastião como «certíssima esperança / De aumento da pequena cristandade», «novo temor da maura lança», «Maravilha fatal da nossa idade» (I, est.6, vv.3-6). Luís de Camões manifesta ainda a esperança de que D. Sebastião viesse a ser «jugo e vitupério / Do torpe ismaelita cavaleiro» (I, est.8, vv.5-6).

encontram-se as expressões «pre[s]ágio temos e esperança clara» (estr.2, v.6), «segurança / de nossa liberdade» (estr.8, v.1-2), «certíssima esperança» (estr. 8, v.3), «segura confiança» (estr. 8, v.5) (CAMÕES, 1994: 296-298). Todas estas expressões são idênticas a outras que se tornaram epítetos comuns de D. Sebastião, como: «o nosso único lume», «única luz da Pátria», «a única esperança», a «segurança do reino» ou a «salvação da pátria». Estes epítetos, anteriormente dirigidos ao falecido infante[202], pai de D. Sebastião (CRUZ, 2006: 22), revelam o caráter «milagroso[203]» atribuído ao nascimento do jovem rei (CRUZ, 2006: 24). A «forte crença no providencialismo do […] nascimento» de D. Sebastião foi transversal aos vários setores da sociedade contemporânea (*ibid*.: 24).

No caso concreto da oitava III, a seta com que S. Sebastião foi martirizado e de que o rei Desejado tomou posse é referida como confirmação dos vários presságios que o nascimento de D. Sebastião (sob a proteção do braça do mesmo mártir) inspirava: «E o que este pres[s]ágio agora encerra / nos faz ter por mais certo e verdadeiro / a seta que vos dá quem é na terra / das relíquias celestes dispenseiro» (Camões, 1994: 296; estr.3, vv.1-4). Trata-se de mais um sinal de que D. Sebastião, dado ao reino milagrosamente, estaria destinado a grandes feitos.

> Já por sorte do Céus, que o consentiu,
> tendes o braço seu, relíquia cara[204],
> defensor contra o gládio que feriu

---

[202] No Ato II da *Tragédia do Príncipe João*, Eubularco, fiel amigo do moribundo (e depois falecido) príncipe, afirma que «a esperança do reino, a salvação da pátria, o Príncipe feliz, aquele filho, o único que resta de tantos, encontra-se em grave perigo, sofre de não ligeira doença» (TEIVE, 1999: 165). O médico, por sua vez, dá conta de uma «doença gravíssima que faz sofrer a nossa esperança e a salvação do reino» (*ibid*.: 177). Também o coro afirma, chorando: «o Príncipe, segurança única da pátria, / está atacado de grave doença e vai morrer» (*ibid*.: 183).

[203] N'*Os Lusíadas*, Luís de Camões refere-se a D. Sebastião como «maravilha fatal da nossa idade», numa alusão às circunstâncias particulares do nascimento do rei Desejado (I, est.6, v.6).
Já no *Sucesso do Segundo Cerco de Diu* (1574), Jerónimo Corte-Real descreve o monarca como «hum Rey potente, / Cuja vinda mostrou ser milagrosa».
Diogo de Teive, por sua vez, escreve sobre D. Sebastião: «da mesma maneira que ele nos foi dado por Deus todo-poderoso através de um milagre, assim tudo quanto ele diz e faz é muitíssimo semelhante a um milagre» (TEIVE, 2012: 710).

[204] A relíquia a que Camões se refere é a que foi em procissão até à igreja de S. Domingos, horas antes do nascimento de D. Sebastião (CRUZ, 2006: 23).

o povo que David contar mandara.
Na qual, pois tudo em vós se permitiu,
pres[s]ágio temos e esperança clara
que sereis braço forte e soberano
contra o soberbo gládio Mauritano (CAMÕES, 1994: 296; estr. 2)

Tal como na epopeia, o incitamento de Luís de Camões é acompanhado, nesta oitava III, por diversos exemplos. N'*Os Lusíadas*, D. Sebastião era incentivado com as «memórias gloriosas» dos seus antepassados (em particular, dos que «foram dilatando / a fé, o império», I, est.2, vv.1-3) e com o louvor das «obras valorosas» (I, est.2, v.5) de varões virtuosos (eternizadas nas pinturas que Paulo da Gama descreve ao Catual, no Canto VIII da epopeia). Já na oitava III, Luís de Camões convoca os exemplos de Afonso de Albuquerque[205] (já utilizado n'*Os Lusíadas*[206]), Josué e Teodósio hispano para mostrar que «quem de Deus ama é de Deus amado» (CAMÕES, 1994: 297; estr.5, v.4).

Quando vossas bandeiras despregava
Albuquerque fortíssimo, com glória,
Polas praias da Pérsia, e alcançava
De nações tão remotas a vitória;
As setas embebidas que tirava
O arco Armusiano (é larga história),
Que no ar, Deus querendo, se viravam,
Pregando-se nos peitos que as tiravam (CAMÕES, 1994: 297; estr.4).

[205] Sobre o sentido da utilização deste exemplo, escreve Manuel de Faria e Sousa: «con la ocasion de la Flecha de San Sebastian, que dize ha de ser favorable al Rey, para contra los enemigos de la Fé, que pretendia debelar, porque se andava ya componiendo para passar á Africa, trae un exemplo de que ya flechas, no de amigos de Christo, mas aun de sus enemigos, fueron favorables á un famoso Capitan suyo» (1972: 122).

[206] Como nota Faria e Sousa (*ibid*.: 122), o episódio é referido na estância 49 do Canto II (em que Júpiter vaticina a Vénus os feitos dos portugueses no Oriente) e ainda na estância 40 do Canto X.
«E vereis o Mar Roxo, tão famoso, / tornar-se-lhe amarelo, de enfiado; / vereis de Ormuz o Reino poderoso / duas vezes tomado e sojugado. / Ali vereis o Mouro furioso / de suas mesmas setas traspassado, / que quem vai contra os vossos, claro veja / que, se resiste, contra si peleja» (II, est.49).
«Esta luz é do fogo e das luzentes / armas com que o Albuquerque irá amansando / de Ormuz os Pársеos, por seu mal valente, / que refusam o jugo honroso e brando. / Ali verão as setas estridentes / reciprocar-se, a ponta no ar virando / contra quem as tirou, que Deus peleja / por quem estende a fé da madre Igreja» (X, est.40)

os contrários, revéis à madre Igreja,
atroarão co tom do Céu irado,
que assi deu já favor maior que humano
a Josué hebreu, a Teodósio hispano[207] (*ibid*.:297; estr.5, vv.5-8).

A imagem que se encontra na primeira das estrofes que acima transcrevi (das setas inimigas que se voltam contra os próprios adversários dos cristãos) retoma a que se encontra implícita nas duas primeiras estrofes desta oitava. As setas tiradas contra Afonso de Albuquerque pelo arco Armusiano voltavam-se contra os próprios inimigos de Deus, do mesmo modo que as setas com que S. Sebastião foi martirizado se voltariam, pela mão do rei Desejado, contra os adversários da verdadeira fé. É esta, na verdade, a ideia nuclear do poema épico, já presente no Salmo 7,13-14: «O inimigo afia a sua espada, retesa o arco e aponta, mas é para si que faz armas de morte e fabrica as suas flechas flamejantes» (*apud* AZEVEDO, 2005: 10). Segundo Luís de Camões, D. Sebastião será vingador do mesmo patrono com o qual é identificando, transformando a seta com que S. Sebastião foi martirizado em flagelo dos inimigos da Igreja: «pois se as setas tiradas da inimiga / corda, contra si só nocivas são, / que farão, Rei, as vossas que têm liga / co a que já tocou Sebastião?» (CAMÕES, 1994: 297; estr.6, vv.1-4); «as que vós atirareis / no sangue Serraceno as tingireis» (*ibid*.; estr.6, v.7-8). Nesta oitava, Luís de Camões utiliza pela primeira vez o nome «Sebastião», não para se referir ao rei, mas ao mártir.

Com os versos «que farão, Rei, as vossas que têm liga / co a que já tocou Sebastião?» é possível que Camões aludisse à liga de reis cristãos à qual D. Sebastião prometera o seu apoio[208]. Conforme escreve Manuel de Faria e Sousa, «este precioso don de la flecha por el Papa Gregorio, fue sin duda com el motivo de la fama de que el-

[207] Na luta contra Arbogasto e Eugénio, que procuravam privá-lo do seu império, o imperador Teodósio viu como as setas inimigas se volviam, no meio de uma tempestade de ar e nuvens de pó, contra eles mesmos. É esta a versão que nos dá o comentário de Faria e Sousa (CAMÕES, 1972b: 122-123). O episódio é idêntico àquele protagonizado por Afonso de Albuquerque.

[208] «[L]e cardinal Alessandrino arriva a Lisbonne en qualité de légat du Pape, pour demander, au roi de Portugal, d'adhérer à la ligue formidable que les princes chrétiens s'apprêtaient à conclure en vue de refouler le Croissant hors d'Europe. Dom Sébastien promit son appui à l'envoyé pontifical […]» (Mashanaglass, 1898 : 51).

Rey D. Sebastian passava á Africa: y era la Arma bien propria para un Rey Catolico en tal ocasion» (1972: 119). Na verdade, como já foi referido, foi o próprio D. Sebastião quem solicitou ao Papa a relíquia. E é certo que o seu recebimento motivou o monarca ao cumprimento dos seus desígnios pois, poucos meses depois de receber a referida seta, D. Sebastião partiu pela primeira vez para o norte de África[209]. Na oitava III, tal como na epopeia, é explícita a referência ao norte de África: «pres[s]ágio temos e esperança clara / que sereis braço forte e soberano / contra o soberbo gládio Mauritano» (CAMÕES, 1994: 296; estr.3, vv.6-8).

Aos «santos exemplos» de Afonso de Albuquerque, Josué e Teodósio, Luís de Camões soma também o de Ascânio que, apesar de profano, é também apropriado ao sentido da oitava. Ao referir que o filho de Eneias «vingou, com seta e ânimo atrevido, / as soberbas palavras de Numano[210]» (CAMÕES, 1994: 297; estr.7, vv.5-6), o poeta confirma que D. Sebastião, ao receber a seta do seu patrono, se torna vingador das atrocidades cometidas pelos inimigos do Rei contra os cristãos: «nos costumes e aspeito que mostrais / concebemos segura confiança / que Deus, a quem servis e venerais, / vos fará vingador dos seus revéis, / e os prémios vos dará que mereceis» (CAMÕES, 1994: 298; estr.8, vv.5-8).

Por ter castigado Numano, Ascânio «logo foi dali remunerado, / com louvores de Apolo celebrado» (CAMÕES, 1994: 297; estr.7, vv.7-8). Nestes versos, que prolongam o sentido das estâncias finais d'*Os Lusíadas*, Luís de Camões promete a D. Sebastião um louvor idêntico. O autor d'*Os Lusíadas* já aludira ao desejo de celebrar D. Sebastião na dedicatória da epopeia: «E enquanto eu estes canto e a vós não posso, / Sublime rei, que não me atrevo a tanto, / Tomai as rédeas vós do reino vosso, / Dareis matéria a nunca

[209] «No dia 17 de agosto de 1574, alguns meses após a entrega da relíquia oferecida por Gregório XIII, D. Sebastião embarcou em Cascais, sob sigilo, para a sua primeira jornada militar no norte de África» (SILVA, 2011a: 134).

[210] «El cuento es, que quando Eneias peleava contra Turno Capitan de los Rutulos, uno destos, que se llamava Numano Remulo, desenfrenandose en palabras, iba diziendo à altas vozes, que los Troyanos eran unos mandrias, lascivos, y para nada; y, alfin, que eran no hombres sino mugeres. Esta descortes arrogancia vengó Ascanio hijo de Eneas, tirandole una flecha con que le matò luego. Quiere dezir el P. com este exemplo, que el-Rey D. Sebastian com su flecha será outro Ascanio, derribando essa arrogante barbaridad Mauritana, que desaforadamente vá blasfemando el nombre Catolico» (Sousa, 1972b: 124).

ouvido canto» (I, est.15, vv.1-4). O poema épico encerra com a promessa de um novo canto, desta feita dedicado às vitórias de D. Sebastião: «a minha já estimada e leda musa / fico que em todo o mundo de vós cante, / de sorte que Alexandre em vós se veja / sem à dita de Aquiles ter inveja» (X, est.156, vv.5-8).

Conforme nota Manuel de Faria e Sousa, Luís de Camões «quiso ser el Apolo deste Ascanio» (1972b: 125). Este desejo espelha a convicção que o autor d'*Os Lusíadas* tinha no seu próprio engenho e na sua arte. É bem significativo que o poeta, ao defender a necessidade de que um nobre alie a força das armas ao amor pelas letras e pela arte, sublinhe a importância que Alexandre (a quem D. Sebastião é associado, nos derradeiros versos da epopeia) atribuía a Homero:

> Não tinha em tanto os feitos gloriosos
> De Aquiles, Alexandro na peleja,
> Quanto de quem o canta, os numerosos
> Versos; isso só louva, isso deseja.
> Os troféus de Melcíades famosos
> Temístoeles despertam só de inveja,
> E diz que nada tanto o deleitava
> Como a voz que seus feitos celebrava (V, est.93).

De facto, a força retórica das três composições que Luís de Camões dedica ao jovem monarca (que não trazem, no que diz respeito à doutrina moral ou às representações de D. Sebastião, nenhum tópico verdadeiro novo) reside no seu registo épico. A oitava (utilizada nas três composições) é, afinal, «una estrofa tradicionalmente asociada a la poesía épica o a la lírica de tono elevado» (CAPARRÓS, 2016). Como nota o poeta na sua invocação às musas, o «estilo grandíloquo e corrente» (I, est. 4, v.6) destes poemas difere do «verso humilde» (I, est. 4, v.3), da fúria «de agreste avena, ou frauta ruda» (I, est. 5, v.2) de outros poemas do autor.

Os Lusíadas, solenemente lidos diante do rei e da corte, devem ter exercido uma grande influência sobre o jovem monarca, como se pode concluir pela rapidez com que a obra foi publica e pela benévola licença que recebeu do censor, Fr. Bartolomeu Ferreira. De facto, é verdadeiramente extraordinário o protagonismo concedido a D. Sebastião na

primeira epopeia redigida em Portugal (a primeira, também, da Península Ibérica), por se tratar de um jovem monarca que ainda não realizara qualquer feito heróico. Do mesmo modo, também a promessa que lhe faz Luís de Camões, de o vir a cantar, deve ter animado o espírito de D. Sebastião: o que o autor d'*Os Lusíadas* lhe prometia era, afinal, a própria eternidade.

Na verdade, a oitava III renova as promessas feitas por Luís de Camões a D. Sebastião, na epopeia. Explica-se, assim, que as duas últimas estrofes deste poema evoquem de forma tão explícita a dedicatória do poema épico.

> E vós, ó bem-nascida segurança,
> Da lusitana antiga liberdade,
> E não menos certíssima esperança
> De aumento da pequena cristandade (I, est.6, vv.1-4).

> Assi vós, Rei, que fostes segurança
> de nossa liberdade, e que nos dais
> de grandes bens certíssima esperança;
> nos costumes e aspeito que mostrais[211]
> concebemos segura confiança
> que Deus, a quem servis e venerais,
> vos fará vingador dos seus revéis,
> e os prémios vos dará que mereceis (CAMÕES, 1994: 297; estr.8).

Na dedicatória d'*Os Lusíadas*, o poeta escreve: «não é prémio vil ser conhecido / por um pregão do ninho meu paterno» (I, est.10, vv.3-4). E no epílogo do mesmo poema épico refere: «só me falece ser a vós aceito / de quem virtude deve ser prezada» (X, est.155, vv.3-4). Estes versos dão lugar, na oitava III, aos seguintes:

> Estes humildes versos, que pregão
> são destes vossos Reinos, com verdade,
> recebei com humilde e leda mão,

[211] Na dedicatória d'*Os Lusíadas*, Camões recomendava a D. Sebastião: «inclinai por um pouco a majestade / que nesse tenro gesto vos contemplo, / que já se mostra qual na inteira idade, / quando subindo ireis ao eterno templo» (I, est.9, vv.1-4).

pois é devido a reis benignidade[212].
Tenham (se não merecem galardão)
favor, sequer, da régia Majestade;
assi tenhais, de quem já tendes tanto,
com o nome e relíquia, favor santo (CAMÕES, 1994: 298; estr.9).

Do meu ponto de vista, Luís de Camões estabelece nesta última estrofe um paralelo entre o papel do santo (intercessor dos homens, junto de Deus) e o ofício de rei, a quem cabe recompensar as virtudes dos seus súbditos e atender às suas necessidades: «assi tenhais, de que já tendes tanto, / com o nome e relíquia, favor santo» (CAMÕES, 1994: 298; estr.9, vv.7-8).

3.2.1. Camões e o culto a S. Sebastião

Não obstante o facto de estar centrada na representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo, a oitava III de Camões não deixa de aludir à invocação de S. Sebastião como protetor dos homens contra a peste: «já por sorte do Céu, que o consentiu, / tendes o braço seu, relíquia cara, / defensor contra o gládio que feriu / o povo que David contar mandara[213]» (CAMÕES, 1994: 296; estr.2, vv.1-4). A perífrase contida nestes dois últimos versos é, efetivamente, uma alusão à peste.

Em Portugal, o culto de S. Sebastião já era, à data do nascimento de D. Sebastião (1554), um dos mais importantes da cidade de Lisboa, tendo ganho alguma notoriedade já nos finais do século XIV.

> É pela via de socorro nas pestes que se divulga a devoção [a S. Sebastião] no século XIV e XV. Entre nós a peste de 1436 foi durável e vitimou, em 1438, na terra de Tomar, o nosso rei D. Duarte. Os patronos escolhidos para as torres, que marcavam na cidade de Lisboa a entrada para o mar, assinaladas por bandeiras propostas pelo Senado em 1492, eram São Vicente e São Sebastião. As determinações não foram

[212] Faria e Sousa nota que «nueve octavas no son cosa para semejante peticion; y el Poema heroico si» (1972b: 125).
[213] O episódio é relatado em 1 Cr 21, 1-30. «En la Escritura Sagrada […] se cuenta, que David ordenò á Joab, hiziesse lista por numero, de todos los hombres que hallasse capazes de tomar armas en el Pueblo de Israel, y que se venciò de vangloria por hallar que tenia un millon y trezientos mil: y que Dios le castigó por esto. El castigo fue, que de los israelitas […] murieron setenta mil, de pestilencia, que se llama espada de la ira divina» (Sousa, 1972b: 120-121).

> logo executadas. Surgiu a Torre de Belém, dedicada a São Vicente, e a Torre de São Sebastião, na costa da Caparica, no lugar do antigo castelo de Porto Brandão, edificado em 1490.

A importância do culto pode ser atestada pelo número de igrejas, capelas e confrarias dedicadas ao santo existentes na capital e um pouco por todo o país[214]. A devoção ao mártir S. Sebastião generalizou-se sobretudo no reinado de D. João III, com a chegada ao reino da relíquia do santo (LEITE & PEREIRA, 1983: 38), então guardada na Ermida de São Sebastião da Pedreira. Trata-se do braço de S. Sebastião, alegadamente enviado ao rei Piedoso pelo cunhado, Carlos V, que foi venerada na procissão organizada aquando do nascimento de D. Sebastião.

Na verdade, o culto de S. Sebastião era um dos mais «profundamente enraizados nas necessidades vitais da população[215]», em tantos períodos afetada pela peste (FERREIRA, 1983: 25). Segundo Carlos Azevedo, «a fama de defensor da Igreja contra a peste: "depulsor pestilatis" será o grande motivo para o crescimento espantoso do culto [a S. Sebastião]» na Europa, durante a Idade Média (2005: 10). Em Portugal, concretamente, os «anos de pestilência no século XV e sobretudo no século XVI foram muitos, variando de região para região». D. Sebastião, «[v]ivendo em tempo de terríveis pestes, pois o seu reinado vai de 1568 a 1578, vai ordenar que em todas as vilas haja, à entrada uma capela de São Sebastião. As casas de saúde em sítios ermos motivaram a construção de muitas capelas» (2005: 13).

«Segundo alguns», a invocação de S. Sebastião como *depulsor pestilatis*, «deve-se ao facto de na *passio* o seu primeiro martírio ser descrito com flechas, que significavam

---

[214] «A distribuição das freguesias que o escolheram por orago é muito curiosa. Contamos 100. A escolha do orago corresponde à época de definição do território em paróquias e tem carácter conservador, sendo muito raramente objecto de substituição. Ora o momento de crescente influxo do santo não corresponde à fixação da reconquista no norte de Portugal e assim se compreende que as dioceses do Porto e de Aveiro não tenham paróquias com tal protector, Viana do Castelo apenas três […], Braga somente duas […] e Vila Real meramente três». «Na Região Centro a densidade de casos é maior» (Azevedo, 2005: 13-15).

[215] José Pereira Baião refere que o culto de S. Sebastião já tinha uma significativa expressão em Portugal, aquando do nascimento do rei Desejado. D. Sebastião nasceu «em dia de S. Sebastião, o q. se tomou a bom sinal, pelas obrigaçoens em que o povo Portuguez lhe estava já, e devoçaõ que lhe tinha» (BAIÃO, 1737: 3).

a ira de Deus para castigar os ímpios. Já na antiguidade clássica a peste era considerada castigo dos deuses[216]» (AZEVEDO, 2005: 10).

> Ora, uma vez que São Sebastião obteve a graça de escapar ao suplício das flechas, podia constituir a base para a convicção da sua protecção para as flechas perigosas das epidemias frequentes, entendidas como castigos divinos. Esta interpretação parece muito rebuscada e erudita para aparecer como imediata motivação. Outros santos invocados na peste, como Santo Antão, São Roque e Santo Adrião nunca tiveram setas como atributo (AZEVEDO, 2005: 10).

Para o autor, a explicação mais provável para a invocação de S. Sebastião contra a peste é outra. «Paulo Diácono, na sua *Historia Langobardorum* (VI, 5) conta que em 680 uma terrível peste se desencadeou em Roma. Como o recurso a São Sebastião foi eficaz encontrou-se o padroeiro necessário» (AZEVEDO, 2005: 10).

A primeira memória conhecida de S. Sebastião data do século IV: «o cronógrafo de 354, que será citado pelos calendários alti-medievais, na *Depositio Martyrum* laconicamente refere o nome e o lugar do sepulcro: "XIII Kal. Feb. Fabiani in Callisti et Sebastiani in Catacumbas"» (AZEVEDO, 2005: 6). Santo Ambrósio (+ 397), no *Comentário ao Salmo 118*, fornece algumas informações acerca do mártir, ainda que de forma lacónica:

> [Santo Agostinho] atribui-lhe origem milanesa, mas sem indicar se nasceu aqui ou em Narbona, como afirmarão as legendas. Informa sobre a passagem de Sebastião para Roma, mas deixa-nos sem esclarecer relativamente ao motivo. Suspeita que o imperador Maximiano era mais tolerante em Milão para com os cristãos do que Diocleciano em Roma e por isso para lá se dirigiu Sebastião, animado pelo desejo de testemunhar a fé. Nada ficamos a saber com exactidão acerca da profissão,

---

[216] «O caso de Laomedonte [sic] não pagou o preço justo pela reconstrução das muralhas da cidade, arrasadas por Hércules. Então Apolo, o archeiro divino, pelas suas setas semeou a peste nos troianos (*Ilíada* I, 46). Esta mentalidade está presente também no Antigo Testamento. Aqui se socorre da citação do Salmo 7,13-14: *O inimigo afia a sua espada, retesa o arco e aponta, mas é para si que faz armas de morte e fabrica as suas flechas flamejantes*. Para permanecer na Bíblia também Job (6,4), coberto de chagas, exclama: as setas do Senhor estão em mim cravadas e a sua malignidade devora o meu espírito. De facto, aparecem várias representações da peste como imagem da morte com uma flecha na mão» (Azevedo, 2005: 10).

> condenação ou modo e data de martírio, sendo festejado dia 20 de Janeiro (AZEVEDO, 2005: 6).

Por sua vez, a *Passio S. Sebastiani*[217], «romance histórico cheio de detalhes maravilhosos, descrições das atrocidades, carregada de discursos defensores da fé cristã, seria composta por um cristão romano do século V» (AZEVEDO, 2006: 6). Nesta obra, «Sebastião é dado como nascido em Norbona e "educado em Milão de onde a sua família era natural» O texto refere ainda que o mártir aderiu à fé cristã desde tenra idade (*ibid*.: 6).

Vários dos aspetos referidos na *Passio S. Sebastiani* são convocados por Voragine (Jacobo da Varazze) na sua *Legenda Áurea* (c. 1260). O autor da «primeira grande colectânea hagiográfica» afirmará que Sebastião «foi "tão estimado pelos imperadores Diocleciano e Maximiano que lhe entregaram a chefia da primeira coorte e lhe ordenaram que estivesse sempre na sua presença"» (AZEVEDO, 2005: 6). «O uso da túnica militar era, segundo Jacopo da Varagine, um pretexto para confortar e animar os cristãos[218]» (AZEVEDO, 2006: 6).

Tanto a *Passio* quanto a *Legenda Áurea* ilustram a proteção dada por Sebastião aos cristãos com o exemplo dos gémeos Marcos e Marceliano que, condenados à morte pela sua fé, fraquejavam antes as súplicas dos seus familiares, que lhes pediam que renegassem a fé cristã: «quando os preclaros irmãos gémeos Marceliano e Marcos deviam ser degolados pela fé de Cristo, os seus parentes foram ter com eles para os dissuadirem do seu propósito» (Voragine, 2004: 126). Este episódio serviu de tema a uma das tábuas apresentadas por Vítor Serrão na sua obra *A Pintura Maneirista em Portugal* (1982) em que D. Sebastião era retratado na figura do mártir homónimo (SERRÃO, 2005: 132-133).

---

[217] Trata-se de «un romanzo ciclico di scarso valore storico, inteso soprattudo a collegare in un'única vicenda vari martiri romani» (*ibid*.: 1768). Carlos Azevedo refere que o autor da Passio Sebastiani «não é Santo Ambrósio, como indicou Odilão […], no século X, e muitos seguiram» (2005: 6).

[218] «Usava a túnica militar apenas para poder confortar as almas dos cristãos que via fraquejar nos tormentos» (Voragine, 2004: 126).

A *Legenda Áurea* relata ainda as conversões de Zoe[219], de seu marido, Nicóstrato, do pai (Traquilino) e da mãe dos gémeos Marcos e Marceliano, «com muitos outros que foram baptizados pelo presbítero Policarpo» (Voragine, 2006a: 128). Também Cromácio, prefeito da cidade de Roma, foi convertido ao cristianismo por S. Sebastião: o perfeito, «seu filho Tibúrcio, e mil e quinhentos da sua casa foram baptizados» (ibid.).

É importante salientar que, à semelhança do que sucede com outros mártires, os símbolos que integram a iconografia de S. Sebastião (as setas) não representam os meios através do qual o santo foi morto, mas sim o seu martírio, isto é, a sua vitória sobre a morte. Desta forma, sofrendo uma paixão idêntica à de Cristo e vencendo, pela graça de Deus, a morte a que eram condenados, os mártires tornavam-se (como a etimologia da palavra "mártir" indica) testemunhas da Fé (SOLIGNAC, 1987: col. 728). Ao contrário do que se possa pensar, S. Sebastião não morreu crivado de setas, mas açoitado.

> Então, Diocleciano mandou que o amarrassem no meio de um campo e fosse crivado de setas pelos soldados. Eles crivaram-no de tantas setas que parecia quase uma paliçada e, julgando-o morto, foram-se embora. Tendo sido libertado, passado poucos dias estava num degrau do palácio, increpando duramente os ministros que passavam pelos males que causavam aos cristãos. Eles então disseram:
> - Este será realmente o Sebastião que mandámos matar?
> - O senhor dignou-se ressuscitar-me para isto – respondeu Sebastião –, para que viesse até vós e vos acusasse dos males que infligis aos servos de Cristo (VORAGINE, 2004a: 129).

Assim, como as setas de S. Sebastião simbolizam a sua vitória sobre o «Inferno», é com naturalidade que Luís de Camões interpreta, nesta oitava III, a seta recebida por D. Sebastião como presságio da sua vitória contra os inimigos da fé. Repare-se quão acertado é, a este respeito, o comentário de Manuel Faria e Sousa aos versos de Camões.

---

[219] «Então, Zoé, mulher de Nicóstrato […], que tinha perdido a fala, prostrou-se [aos pés de Sebastião], pedindo perdão por sinais. Disse-lhe Sebastião:
- Se sou servo de Deus e se é Verdade tudo o que da minha boca esta mulher ouviu e em que acreditou, que aquele que abriu a boca de Zacarias, profeta do Senhor, abra também a boca dela.
Não eram ditas estas palavras, quando a mulher exclamou:
- Abençoado seja o discurso da tua boca e abençoados aqueles que acreditam em tudo o que disseste» (voragine, 2004a:126).

Segundo o autor, é como se Camões, nestes versos, dissesse a D. Sebastião: «el cielo os embiô el braço de S. Sebastian desarmado; la arma com que èl venció al Infierno os embia Gregorio, porque tengays armado esse braço; y esto no lo hizo sino por deseoso de veros vencedor com tal braço, y com tal arma, contra esse Faraon Africano» (1972b: 12).

Carlos Azevedo refere que «o autor da *Passio* […] inventou os detalhes, à volta de um núcleo de transmissões orais das quais deve fazer parte Sebastião ser um soldado» (2005: 9). É certamente na esteira desta tradição, que aponta que S. Sebastião teria sido um soldado, que Camões, nesta oitava III, se refere ao mártir como o «cavaleiro que, na morte, / por Cristo foi de setas mil passado» (CAMÕES, 1994: 296; estr.1, vv.3-4). Este aspeto, como já o disse, é referido na obra de Voragine[220].

É também na *Legenda Áurea* que a hipérbole utilizada por Luís de Camões, na mesma oitava III, encontra o seu fundamento: «cavaleiro que, na morte, / por Cristo foi de setas mil passado» (1994: 296; estr.1, vv.3-4). A comparação feita por Voragine, na sua *Legenda Áurea* – «[S. Sebastião] foi crivado de setas como um ouriço[221]» (2004a: 26) – está longe de ser a mais frequente na iconografia do santo, embora encontre paralelo numa pintura do séc. XIV da autoria de Giovanni del Biondo (pertencente ao Museo dell'Opera del Duomo, em Florença) (ANEXO 7)l e ainda na representação do santo feita por Giovanni di Paolo[222] (c.1475). Nestes quadros, a figura de S. Sebastião encontra-se, de facto, crivado de inúmeras setas. Porém, na iconografia mais comum do santo figuram apenas duas a três setas embora, por vezes, o santo seja representado trespassado por cinco setas, numa referência às cinco chagas de Cristo (PEREIRA, 2017: 213).

---

[220] «[S. Sebastião] foi tão estimado pelos Imperadores Diocleciano e Maximiano que lhe entregaram a chefia da primeira coorte e lhe ordenaram que estivesse sempre na sua presença» (Voragine, 2004a:126).
[221] A outra imagem utilizada por Voragine para se referir ao martírio de S. Sebastião é a da paliçada. «Então, Diocleciano mandou que o amarrassem no meio de um campo e fosse crivado de setas pelos soldados. Eles crivaram-no de tantas setas que parecia quase uma paliçada e, julgando-o morto, foram-se embora» (VORAGINE, 2004a: 129).
[222] TNG, Londres. *Saints Fabian and Sebastian*, Giovanni di Paolo. Nr. Inv.: NG3402.

No que diz respeito à representação do martírio de S. Sebastião, a *Passio S. Sebastiani* tem a particularidade de identificar como mouros os soldados que assetaram o mártir:

> no entretanto Sebastião, que acabava de mandar tantos martyres para o céu, suspirava pelo momento de se lhes ir reunir. Seus votos não tardaram a ser ouvidos. Informado de que era christão, o imperador o fez comparecer diante de si; e depois de lhe ter censurado a pretendida ingratidão com que tinha pago os seus benefícios, o *entregou nas mãos d'alguns archeiros da Mauritania*, que, tendo-o atravessado com frechas, o deixaram por morto no sítio (*apud* AZEVEDO, 2005: 8).

Lembro que, na oitava III, Camões vaticinava que as setas com que S. Sebastião foi martirizado (pela mão de soldados mouros, conforme o relato da *Passio*) se voltariam, pela mão de D. Sebastião, contra os inimigos da Igreja, situados também no Norte de África: «sereis braço forte e soberano / contra o soberbo gládio Mauritano» (CAMÕES, 1994: 296; estr.2, vv.7-8).

Finalmente, em relação à iconografia do santo, parece-me importante salientar que a representação de S. Sebastião que se encontra nesta oitava III, apesar de ser a mais recorrente, não é a única. De facto,

> il martire è rappresentato dapprima come giovane o come vecchio[223], com vesti di militare o di cavaliere, talora com una corona tra le mani. A partire dell'età rinascimentale prevarrà la rappresentazione di Sebastiano giovane, caratterizzato dall'attributo della freccia, da solo o in «sacre conversazioni» com altri santi, o raffigurato principalmente nella scena del suo primo supplizio (LEONARDI *et al.*, 2002: 1769).

3.3. O retrato de um rei-santo

Conforme nota Vítor Serrão, é necessário, no que a Camões diz respeito, atentar na «relação da sua criação literária com as outras artes: a épica e a iluminura áulica, a poesia lírica e a pintura, sacra e profana […]». Refere o autor que «o conhecimento sobre

[223] Um exemplo raro desta representação é o mosaico que se encontra na Basílica de San Pietro in Vincoli, datado de c.683 (Sheila Barker *apud* MIRANDA, 2010: 19).

a nossa cultura quinhentista ajuda a perceber com mais clareza os eixos que, de artista incompreendido ou tão-só admirado em círculos restritos, passa a poeta com universal glorificação» (2024: 59).

Esta afirmação é particularmente relevante no que diz respeito ao retrato de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo pois, como já referi, a representação de D. Sebastião como defensor da fé cristã e libertador dos "cativos" do Norte de África não ocorre apenas na oitava III de Camões, mas também na pintura (SERRÃO, 2005: 132) e na obra de outros autores quinhentistas, como Diogo Bernardes. Na verdade, tal como anteriormente mencionei, são muitos factos que mostram que a associação de D. Sebastião ao mártir de mesmo nome foi utilizada pelo próprio monarca para a divulgação dos seus projetos expansionistas.

Por outro lado, também a associação de D. Sebastião à iconografia imperial do sacro-imperador (através do mito de Hércules) encontra paralelo nos vários retratos de D. Sebastião que chegaram aos nossos dias. Estes retratos são, como demonstra Annemarie JORDAN, testemunhos da influência da ideologia imperial sobre a construção da imagem do *Desejado*, bem como do culto dinástico levado a cabo por sua irmã, D. Catarina[224] (2017: 16). Foi, de facto, esta a ideia que me levou a considerar a importância que a figura de Hércules adquire n'*Os Lusíadas* e a constatar que, como antes procurei salientar, também através do mito de Hércules Luís de Camões incita D. Sebastião à conquista do Norte de África.

Annemarie Jordan nota que, num retrato de corpo inteiro, atribuído a Sánchez Coello (ANEXO 2), que esteve perdido durante mais de 400 anos, D. Sebastião, então com cerca de 8 anos, surge de pé, trajando uma armadura. Segura na destra uma lança e à esquerda traz a espada embainhada. O rosto, como o sublinham diversos cronistas, faz lembrar o da mãe[225]. As colunas (que, de resto, serão um motivo comum a vários

[224] Na coleção de D. Catarina existiam várias cópias de retratos de membros da família Habsburgo, entre os quais o príncipe Carlos, filho de Filipe II. «A presença destas réplicas (…) servia uma dupla intenção: por um lado, eram a imagem didáctica e propagandística da Casa de Habsburgo e, por outro, serviam de modelo a D. Sebastião» (JORDAN, 1994: 98).

[225] *Vd*. *Retrato de Joana de Áustria*, por Cristovão de Morais, 1553.

retratos do monarca e dos seus parentes castelhanos) invocam o emblema de Carlos V. E também o cão que acompanha D. Sebastião, no referido quadro, é uma referência ao sacro-imperador[226]. A fórmula é repetida no *Retrato de D. Sebastião* (ANEXO 3), atribuído a Cristóvão de Morais (c.1571-1574), hoje pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga. Este retrato «foi encomendado para ser oferecido ao papa Pio V (1566-1572) e essa intenção encontra-se documentada em duas cartas datadas, respectivamente, de 7 de Julho e de 15 de Dezembro de 1571» (JORDAN, 1994: 121-123). Com a espada é representado D. Sebastião, além de nos já referidos quadros, também nos de 1565, pertencente ao Convento das Descalzas Reales de Madrid, e c.1572, ambos da autoria de Cristóvão de Morais. Estes quadros sobressaem, como escreve Vítor SERRÃO, sobretudo por constituírem uma espécie de «retrato ideológico do rei-Desejado» (1982: 50).

Na verdade, também a Santa Sé, recompensando, por duas vezes, o zelo apostólico de D. Sebastião com a Espada e o Chapéu Ducal, contribuiu para a difusão da imagem do rei Desejado como *miles christianus*. D. Sebastião recebe pela primeira vez esta distinção, da mão de Pio V[227]. Anos mais tarde, em vésperas da primeira partida de D. Sebastião para o norte de África[228] (1574), o papa Gregório XIII torna a recompensar o zelo cristão de D. Sebastião enviando-lhe outra vez a espada e o chapéu ducal «prouvant, aux yeux du monde, par la répetition inaccoutumée de ce don symbolique,

---

[226] «A presença do cão, no canto inferior esquerdo, reforça a ideia de que foram os retratos mais antigos de Carlos V que serviram de modelo ao retrato de Morais. A primeira vez que foi pintado um cão ao lado de uma figura real foi no retrato de Carlos V executado por Jakob Seisenegger (1505-1567), em 1530» (JORDAN, 1994: 124).

[227] C'est à cette époque, un an avant la déclaration de la majorité du jeune roi, qui avait alors treize ans à peine, que le Souverain Pontife, informé de son extraordinaire piété et de son profond attachement envers le Siège Apostolique, résolut de lui conférer une distinction qui, tout en stimulant son zèle ardent pour le soutien de la Foi, l'encouragerait à poursuivre la voie qu'il s'était lui-même tracée. […] [L]e Pape Pie V lui confiait l'Épée et le Chapeau qu'il avait bénits dans la nuit de Nöel précédente, ainsi que le bref de donation daté du 10 septembre 1567» (46-47).

[228] Sobre esta partida repentina de D. Sebastião para Marrocos, pouco depois do recebimento da seta que o mesmo papa Gregório XIII lhe enviara, Mashanaglass nota que: «le départ du roi de Portugal pour la guerre d'Afrique avait causé, comme il fallait s'y attendre, une profonde impression dans toutes les cours d'Europe; il semblait que les glorieuses traditions de la chevalerie d'autrefois étaient sur le point de revivre avec ce jeune et beau monarque (…). Le Pape, surtout, voyait avec une singulière admiration l'énergie et le courage de Dom Sébastien qui le poussaient à partir seul pour la guerre sainte tandis que les autres rois, ses frères, se montraient si peu empressés à se mettre en campagne» (Mashanaglass, 1898 : 53).

que l'Église le considérait bien comme le vrai soldat du Christ !» (Mashanaglass, 1898: 54).

Resta-me salientar, numa derradeira alusão ao título desta dissertação, que as várias imagens de D. Sebastião apresentadas por Camões nas três composições que dedicou a D. Sebastião, confluem no retrato do monarca como rei-santo. Tal não se deve apenas à associação feita, na oitava III, entre o monarca e o mártir S. Sebastião. Na verdade, também através do retrato do monarca virtuoso presente n'*Os Lusíadas*, Luís de Camões aponta a D. Sebastião o caminho da santidade: «Favorecei-os logo, e alegrai-os / Com a presença e leda humanidade; / De rigorosas leis desaliviai-os, / Que assi se abre o caminho à santidade» (X, est.149, vv.1-4).

André Vauchez lembra que, desde o séc. X, existia uma certa convicção de que «un noble avait plus de chance de devenir saint qu'un paysan ou un bourgeois» (s.d.: col.212-213). São da alta idade média os primeiros reis-santos, como Sigismundo ou Edmundo. Efetivamente, a santidade foi utilizada como forma de legitimação por várias dinastias, como a Carolíngia ou Capetinga (*ibid*.: col. 213).

Em Portugal, são célebres os exemplos da rainha-santa[229], ou de Fernando, o infante santo, cujos restos mortais, guardados no Mosteiro da Batalha, foram veneradas pelo povo como se de relíquias se tratassem. N'Os Lusíadas, Camões refere que D. Duarte «Viu ser cativo o santo irmão Fernando / Que a tão altas empresas aspirava» (IV, est.54, vv.1-2). Vale a pena referir, também, as tentativas de canonização de Afonso Henriques, iniciadas no reinado de D. João III.

Note-se que Camões associa, n'*Os Lusíadas*, a dinastia dos reis portugueses, à santidade: «À casa sancta passa o sancto Henrique, / Porque o tronco dos Reis se sanctifique» (VIII, est.9, vv.7-8). Também por este motivo (uma vez que o rei Desejado é culminação da história de Portugal) parece-me que o retrato do rei-santo deve ser sido em conta, no que diz respeito à representação de D. Sebastião na obra de Luís de Camões.

[229] Beatificada em 1516, a sua canonização data de 1625, sendo posterior, portanto, à época de Camões.

Conclusão

Diz-se que Luís de Camões, ao receber a notícia do desaire de Alcácer-Quibir (1578), queimou o poema cuja redação teria pouco antes começado, que celebrava a vitória de D. Sebastião no Norte de África. Esta informação, já referida nos *Discursos Vários Políticos* (1624) de Manuel Severim de Faria, é também apresentada por Manuel de Faria e Sousa no seu comentário às *Rimas* de Luís de Camões:

> me consta de buenas informaciones que apenas saliò el-Rey del puerto de Lisboa para África, quando el P. no dudoso de que bolveria con vitoria, empeçó a cantarle en un Poema; y quando vino la nueva de su perdida, tenia ya escritas muchas estancias. Assi lo afirmò Bernardo Rodriguez, su amigo, y hombre de grande Ingenio […]: asseguraндose de que en este Poema sobrepujava á la Lusíada. Fue tal en sentimiento del P. con la nueva de aquel sucesso, que luego quemò lo que tenia escrito: y andava como assombrado (Sousa, 1972b [1685]: 125).

A legitimidade desta suposição (e não a sua veracidade, entenda-se) é, do meu ponto de vista, inquestionável, pois Camões prometera a D. Sebastião, no epílogo d'*Os Lusíadas*, celebrar em verso os feitos heroicos do jovem monarca, vaticinados pelo poeta nas três composições que lhe dedicou: «A minha já estimada e leda Musa / Fico que em todo o mundo de vós cante, / De sorte que Alexandro em vós se veja, / Sem à dita de Aquiles ter enveja» (X, est.10, vv.5-8). Estes versos sintetizam bem o lugar que o poeta e o rei ocupam, n'*Os Lusíadas*. Como escreveu Manuel de Faria e Sousa, no seu comentário à oitava III de Camões, «nuestro P. quiso ser el Apolo deste Ascanio» (1972b [1685]: 125). Ou, se se quiser recuperar a imagem invocada pelo poeta na epopeia, pode afirmar-se que Camões quis ser para D. Sebastião um novo Homero, por Alexandre tão valorizado: «Não tinha em tanto os feitos gloriosos / De Aquiles, Alexandro na peleja, / Quanto de quem o canta, os numerosos / Versos (…)» (V, est.93, vv.1-4); «E diz que nada tanto o deleitava / Como a voz que seus feitos celebrava» (*ibid*., vv.7-8).

Ao colocar a sua pena ao serviço do rei, Camões sublinha a superioridade de D. Sebastião sobre Alexandre, que não teve um poeta que o eternizasse em verso.

É extraordinário, de facto, o protagonismo que D. Sebastião adquire na primeira epopeia redigida em língua portuguesa (a primeira, também, de toda a Península Ibérica). N'*Os Lusíadas*, tanto a viagem de Vasco da Gama quanto a história de Portugal por ele narrada ao rei de Melinde parecem ser ofuscadas pela certeza manifestada por Luís de Camões de que D. Sebastião superaria, na virtude e nos feitos, todos os seus antepassados. Esta convicção, explicitada na dedicatória e retomada no epílogo d'*Os Lusíadas*, atravessa a epopeia de Camões: «Dareis matéria a nunca ouvido canto» (I, est.15, v.4).

Uma vez mais, são os próprios versos de Camões que legitimam a suposição de que a nova epopeia que Camões redigiria (desta feita celebrativa da vitória de D. Sebastião no Norte de África) seria, como terá alegado Bernardo Rodriguez, superior aos próprios *Lusíadas*: «assegurandose de que en este Poema sobrepujava á la Lusíada» (Sousa, 1972b [1685]: 125). De facto, se já *Os Lusíadas* (eles próprios, um «nunca ouvido canto» e um «novo atrevimento», I, est.18, v.3) são apresentados como sendo superiores aos modelos épicos da Antiguidade («Cesse tudo o que a Musa antígua canta, / Que outro valor mais alto se alevanta», I, est.3., vv.7-8), não seria, efetivamente, elevada a expectativa que o poeta criava em torno do poema épico que prometia a D. Sebastião?

Deste ponto de vista, a epopeia de Camões (poema maior da literatura portuguesa) pode ser interpretada como uma obra preparatória. Um preâmbulo, apenas, de uma obra de (ainda) maior envergadura da qual D. Sebastião, «a culminação da História do Povo português» (Silva, 2011a: 129) seria o herói. Foi esta a ideia que procurei defender ao longo desta dissertação, a de que *Os Lusíadas* são, mais do que um «(…) novo exemplo / De amor dos pátrios feitos valerosos» (I, est.9, vv.6-7), um poema pedagógico cujo objetivo era o de apontar implícita e explicitamente a D. Sebastião o caminho para a sua consagração como herói e, até, como santo: «assi se abre o caminho à santidade» (X, est.149, v.4).

Lido nesta ótica de poema preambular, não admira que *Os Lusíadas* estejam repletos de alusões diretas e indiretas a D. Sebastião, de incitamentos e recomendações dirigidas pelo poeta ao jovem monarca, e de críticas a todos os que, com os seus erros

ou vícios, poderiam impedir que o monarca alcançasse o estatuto de herói para o qual, segundo o poeta, predestinadamente nascera. Dotado de «consciência e de virtude interna», bem como de «sincero amor» (qualidades que apresenta como indispensáveis aos conselheiros ou privados de um rei), Luís de Camões institui-se n'*Os Lusíadas* como figura orientadora do príncipe.

Ainda que, como fui referindo ao longo do meu texto, já muito tenha sido escrito acerca da doutrina que Camões procura incutir em D. Sebastião e das recomendações que dirigiu ao jovem rei, esta minha dissertação tem, na minha ótica, o interesse de convocar episódios que não são geralmente interpretados como estando dirigidos a D. Sebastião. Tanto quanto sei, nem as estâncias 2-14 do Canto VII, nem o episódio do velho do Restelo, tinham sido associados à dimensão pedagógica d'*Os Lusíadas* (pelo menos não da forma explícita e fundamentada com que o faço nesta dissertação). Também a reflexão articulada da representação das figuras do príncipe e do conselheiro do príncipe (que interpretei como dois polos de uma mesma lição acerca da governação), constitui uma novidade, no que diz respeito ao estudo da epopeia de Camões.

Nesta dissertação, procurei, igualmente, convocar elementos novos para o estudo da representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo na obra épica e lírica de Camões. Salientei, por um lado, que, como na pintura, também n'*Os Lusíadas* a figura e a iconografia imperial de Carlos V são determinantes na construção da imagem de D. Sebastião como *miles christianus*. O rei português, que tinha no avô um dos seus heróis prediletos, sentia que era seu dever, como fora o do sacro-imperador, contribuir para o bem-estar da cristandade dilacerada, combatendo os inimigos da fé e não outros reis cristãos. D. Sebastião era herdeiro, portanto, não apenas do destino providencial português, consagrado em Ourique, mas de um espírito cruzadístico ibérico, que ganha com Carlos V (vencedor da batalha de Tunes) um novo ímpeto. N'*Os Lusíadas*, embora a defesa da cristandade seja atribuída a Portugal (e a D. Sebastião) nas estâncias 2-14 do Canto VII, o ímpeto cruzadístico português é sempre enquadrado no âmbito da Península Ibérica. D. Sebastião é apresentado, no poema épico, como (futuro) defensor

da cristandade, numa lógica análoga à que leva Ticiano a pintar o quadro *La Religión socorrida por España* (c.1572-75), em que celebra a Batalha de Lepanto[230].

Salientando, ainda, a presença da iconografia e da ideologia imperial de Carlos V na epopeia (que, tanto quanto sei, não tinha sido ainda estudada), procurei relacionar as várias referências ao mito de Hércules, n'*Os Lusíadas*, com a representação de D. Sebastião como cavaleiro de Cristo e flagelo dos inimigos da fé. De facto, as alusões a Ampelúsia na écloga I e no poema épico remetem para o penúltimo dos doze trabalhos do herói grego. D. Sebastião, como continuador dos sucessos dos seus avós, é apontado, tal como Carlos V e D. Afonso V, como novo Hércules.

Finalmente, o estudo que fiz das representações de D. Sebastião na obra de Camões centrou-se também na associação do rei ao mártir de mesmo nome. Tal como a presença do mito de Hércules n'*Os Lusíadas*, a representação de D. Sebastião através do mártir homónimo é um tema demasiado vasto para se circunscrever aos limites de uma dissertação de mestrado, sobretudo se, não se restringindo à oitava III de Camões, quiser contemplar também a obra de outros autores quinhentistas (como Diogo Bernardes, por exemplo), ou, de forma mais detalhada do que aqui pude fazer (limitada que estava pelo tema escolhido e pelo número de páginas), o próprio culto a S. Sebastião no reinado do Desejado. Há, sobre estes tópicos, ainda muito mais a ser investigado.

Em função destes aspetos, acredito que esta tese possa constituir um contributo sustentado para o estudo da imagem e representação de D. Sebastião na obra de Luís de Camões. *Quod erat demonstrandum*.

Resta-me concluir que a força da mensagem que Camões procura transmitir a D. Sebastião (que, como demonstrei, não difere da doutrina apresentada por Diogo de Teive na sua *Institutio* nem das conceções veiculadas pela tradição dos espelhos de príncipes) provém do discurso épico que a enforma. As normas e tratados que D. Sebastião conheceria bem de perto replicavam tradições e ensinamentos multisseculares, que não suscitariam grande novidade ou influência decisiva num rei tão

[230] Óleo sobre tela. Museo del Prado, nº de inv. P000430.

jovem. Mas não nos parece difícil imaginar o impacte que os incitamentos (e, eventualmente, as advertências) de Camões, expressos neste registo épico, terão tido sobre D. Sebastião. O rei, já motivado pelas suas próprias convicções, terá encontrado no poema que solenemente lhe terá sido lido perante a sua corte, um novo alento para a prossecução da missão que acreditava ter-lhe sido atribuída desde o nascimento. Afinal, não era pouco o que lhe prometia o poeta, com esse «nunca ouvido canto». Nada menos do que a própria eternidade.

Hoje, resta-nos imaginar o que seria termos acesso a esse prometido poema épico, ainda que incompleto pela força dos acontecimentos históricos. Teríamos matéria, certamente, para mais 450 anos de leituras e interpretações, e mais razões para celebrar aquele que é *o príncipe dos nossos poetas*. Infelizmente, o mesmo autor que salvou do mar a obra maior da literatura portuguesa, quis (alegadamente) que pelo fogo se destruísse o poema com que, nas suas próprias palavras, haveria de ter superado esta epopeia que ainda hoje se pode considerar *inigualável*. Acredito que, se não o fez Camões, com o seu prometido e posteriormente destruído canto, já nada poderá suplantar a grandeza d'*Os* Lusíadas ou diminuir a sua excelência. Nem mesmo as desconfianças dos tempos que correm.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Martim de – Conceção do poder político em Camões (A). *In* SILVA, Vítor Aguiar e – **Dicionário de Camões**. Alfragide: Editorial Caminho, 2011, pp.279-283.

ALVES, Artur da Mota – **O Brasão da Vila de Amarante.** Amarante: Edições do Tâmega, 1993.

ALVES, Hélio – **Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quinhentista.** Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos / Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

---------- Corte-Real, a evolução da sua arte. **Península, revista de Estudos Ibéricos**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, nº2, pp.171-199.

---------- Corte-Real. In SILVA, Vítor Aguiar e (coord.) **Dicionário de Luís de Camões**. Alfragide: Editorial Caminho, 2011, pp.298-303.

ARAGÃO, A. C. Teixeira de – **Descripção Geral e Historica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1874. Tomo I.

ARISTÓTELES – **Retórica** (introd. de Manuel Alexandre Júnior). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

---------- **Ética a Nicómaco** (trad. de António de Castro Caeiro). 4ª edição. Lisboa: Quetzal, 2020.

---------- **Política** (trad. e notas de António Campelo Amaral & Carlos de Carvalho Gomes; pref. António Pedro Mesquita). Lisboa: Vega, 2008.

AVELAR, Henrique & FERROS, Luís – As empresas dos príncipes da Casa de Avis. *In* CUNHA, Rosalina (coord. técnica). **Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento / XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura.** Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983, pp.227-233.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira (coord.) – **O Mártir: corpo ferido na árvore: catálogo da exposição comemorativa dos 500 anos da Festa das Fogaceiras em honra de São Sebastião.** Santa Maria da Feira, Câmara Municipal, 2005).

BAIÃO, José Pereira – **Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do senhor rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria.: Historia chronologica de suas acçoens, e successos desta monarquia em seu tempo; suas jornadas a Africa, batalha, perda, circunstancias, e consequencias notaveis della. Dividida em cinco livros.** Lisboa Occidental: Na officina de Antonio de Sousa da Sylva. (1737);

BARRETO, João Franco – **Micrologia Camoniana** (prefácio de Aníbal Pinto de Castro; leitura e integração do texto de Luís Fernando de Carvalho Dias e Fernando F. Portugal). LISBOA: INCM/Biblioteca Nacional, 1982 [1672].

BARROS, João de – **Panegíricos: panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria.** 2º edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943 [c.1533].

BEJA, Fr. António de – **Breve Doutrina e Ensinança de Príncipes**. Coleção Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: Primeiros textos de ética social e política (direção de José Eduardo Franco e Carlos Fiolhais). Porto: Círculo de Leitores, 2018 [1525], pp.325-382.

BERNARDES, Diogo – **Várias Rimas ao Bom Jesus** (prefácio, fixação do texto e notas de João Amadeu O. C. da Silva). Braga: Edições Caixotim, 2009a. [1594].

---------- **O Lima** (prefácio, fixação do texto e notas de J. Cândido Martins). Braga: Edições Caixotim, 2009b [1596].

---------- **Rimas Várias Flores do Lima** (prefácio, fixação do texto e notas de Luís Alexandre da Silva Pereira). Braga: Edições Caixotim, 2009c [1597].

BERNARDES, José Augusto Cardoso – **A oficina de Camões: apontamentos sobre Os Lusíadas.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022.

BUESCU, Ana Isabel – **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49).** Lisboa: Cosmos, 1996.

---------- Um discurso sobre o príncipe. A «pedagogia especular» em Portugal no século XVI. *In* **Penélope, revista de história e ciências sociais da Universidade Nova**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997, nº 17, pp.33-50.

---------- Os santos na Corte de D. João III e de D. Catarina. *In* **Lusitania Sacra**, 2013, nº 28 (Julho-Dezembro), pp.49-72.

BURKE, Peter – **Los avatares de El Cortesano: lecturas y lectores de un texto clave del espíritu renacentista** (trad. Gabriela Ventureira). Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

CAMÕES, Luís de – **Os Lusíadas** (introd., atualização do texto e aparato de Rita Marnoto). Braga: Universidade do Minho, 2021 [1572].

---------- **Rimas** (ed. Álvaro J. da Costa Pimpão e apres. de Aníbal Pinto de Castro). Coimbra: Almedina, 1994 [1595].

CAPARRÓS, José Domínguez – **Diccionario de métrica española.** 3ª edição. Madrid Paraninfo, 2016 [1985].

CARDOSO, Vinicius Miranda – **Emblema Sagitado: os jesuítas e o Patrocinium de São Sebastião no Rio de Janeiro, sécs. XVI-XVII.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, Estado e Relações de Poder.

CARVALHO, José Adriano Freitas de – Princes, armes et lettres. *In* **Aux Confins du Moyen-Age : Art Portugais XII-XVe siècle.** Gent: Centrum voor Kunst en Cultuur Sint-Pietersabdij, 1991, pp.77-82.

---------- Um profeta de corte na Corte: o caso (1562-1576) de Simão Gomes, o «Sapateiro Santo» (1516-1576). *In* **Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo V – Espiritualidade e Corte em Portugal, Sécs. XVI-XVIII.** Porto, 1993, pp.233-260.

CASTIGLIONE, Baldassarre – **O Livro do Cortesão** (trad. Jorge Vaz de Carvalho). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020 [1528].

CÍCERO – **Tratado da República** (trad., introd. e notas de Francisco de Oliveira). Lisboa: Temas e Debates, 2008.

CIDADE, Hernâni – **Luís de Camões: o épico.** 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1985 [1950].

CORTE-REAL, Jerónimo. Sucesso do Segundo Cerco de Diu. *In Obras de Jerónimo Corte-Real* (introd. e revisão de M. Lopes de Almeida). Porto: Lello & Irmão Editores, 1979 [1574].

CRUZ, Maria Augusta Lima – **D. Sebastião** (Coleção Reis de Portugal; dir. de Roberto Carneiro; coord. científica de Artur Teodoro de Matos e João Paulo Oliveira e Costa). Mem-Martins: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

DANVILLA, Alfonso – **Felipe II y El Rey Don Sebastián de Portugal.** Madrid: Espasa-Calpe, 1954.

DESWARTE, Sylvie – **Ideias e imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos: Francisco de Holanda e a Teoria da Arte** (trad. de Maria Alice Chicó). Lisboa: Difel, 1992.

ERASMO – **El equiridion o manual del caballero cristiano; La Paráclesis oexhortación al estudio de las letras divinas** (trad. españolas del siglo XVI; ed. de Dámaso Alonso). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1971 [1501].

---------- ***The education of a Christian Prince*** (trad., introd. de Lester K. Born). New York: Octagon Books, 1965 [1516].

ÉVORA, André Rodrigues de – **Sentenças para a Ensinança e doutrina do príncipe D. Sebastião** (introd. Luís de Matos). Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor, 1983 [1554], 2 vols. Fac-símile do manuscrito inédito da Casa Cadaval.

FARIA, Manuel Severim de – **Discursos Vários Políticos** (introdução, actualização e notas de Maria Leonor Soares Albergaria Vieira). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999 [1624].

FERREIRA, António – **Poemas Lusitanos** (edição crítica, comentário e notas de T. F. Earle). Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2000 [1598].

JORDAN, Annemarie – **Retrato de Corte em Portugal: o legado de António Moro (1552-1572).** Lisboa: Quetzal, 1994 [1989].

---------- **Catarina de Áustria: a rainha colecionadora** (trad. de Maria do Carmo Romão). Lisboa: Temas e Debates, 2017.

LEITE, Ana Cristina & PEREIRA, Paulo – Espiritualidade e religiosidade na Lisboa de Quinhentos. *In* Moita, Irisalva (colab.) – **Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade (catálogo da exposição temporária)** Lisboa: Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1984.

LEONARDI, Caudio, *et al*. – Sebastiano. *In* **Il Grande Libro dei Santi / Dizionario Enciclopedico**. 2ª edição. Milano: Edizioni San Paolo, 2002 [1998], vol. III, pp.1768-1769.

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas – **D. Sebastião antes e depois de Alcácer Quibir.** Lisboa: Veja, 1978.

LOURENÇO, D. Marcos de S. – **Os Lusíadas de Luís de Camões** / comentados por D. Marcos de S. Lourenço (transcrição e fixação do texto, notas, revisão, índice e nota introdutória de Isabel Almeida [et al.]). Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2014.

MACHADO, José Pedro – **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa.** Lisboa: Editorial Confluência, D. L., 1984 [1981].

MASHANAGLASS, Mac Swiney de – **Le Portugal et le Saint-Siège : Les épées d'honneur envoyées par les papes aux rois de Portugal au XVIe Siècle.** Paris: Aphonse Picard et Fils, 1898.

MATOS, Vitalina Leal de – **Introdução à Poesia de Luís de Camões.** 2ª edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983 [1980].

---------- **O canto na poesia épica e lírica de Camões: estudo da isotopia enunciativa.** Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1981.

---------- Lusíadas (Os). *In* SILVA, Vítor Aguiar e (coord.) – **Dicionário de Luís de Camões**. Alfragide: Editorial Caminho, 2011, pp.490-515.

MELO, António Maria Martins – Da Antiguidade ao Renascimento: os *exempla* e a promoção de um ideal de perfeição humana*. In* **Anuario de Estudios Filológicos.** Extremadura: Universidad de Extremadura, 2011, vol. XXXIV, pp.125-137.

MOITA, Irisalva (colaboradora; co-autora) – **Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade** (catálogo da exposição temporária). Lisboa: Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1984.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho – ***O leal conselheiro e a tradição do Espelho de Príncipe: considerações sobre o gênero****. In* ***Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*****.** A Coruña: Editorial Toxo e Outos, 2001, pp. 89-103.

NETO, Lourival da Silva Burlamaqui – **Um novo exemplo de amor dos pátrios feitos valerosos, em versos devulgado numerosos: A dimensão exemplar do canto III de Os Lusíadas e a formação de D. Sebastião.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, 2021. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Letras.

[s.n] – **Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento / XVII Exposição Europeias de Arte, Ciência e Cultura.** Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, 1983. Vol. 6 – Casa dos Bicos: O Homem e a Hora são um só»: a dinastia de Avis e a Europa.

OSÓRIO, Jerónimo *Da Ensinança e Educação do Rei* (tradução, introdução e notas de A. Guimarães Pinto). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 [1572].

---------- **Cartas** (tradução, compilação e notas de A. Guimarães Pinto). Silves: Câmara Municipal de Silves, 1995.

OVÍDIO – **Metamorfoses** (trad. de Paulo Farmhouse Alberto). 2ª edição. Lisboa: Livros Cotovia, 2010 [2007].

PEREIRA, Fernando António Baptista – Atitudes e mentalidades (algumas reflexões). *In* MOITA, Irisalva (colab.) – **Lisboa Quinhentista: a imagem e a vida da cidade (catálogo da exposição temporária).** Lisboa: Direção dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1984.

PEREIRA, Maria Teresa Lopes – Memórias e espaços de uma devoção urbana: o culto a S. Sebastião em Alcácer do Sal (séculos XV-XVI). *In* **Lusitania Sacra**, 2017, n. 35 (janeiro-junho), pp.207-240.

PÉREZ, Joseph – ***Carlos V*.** 3ª edição. Madrid: Temas de Hoy, 2000 [1999].

PICARD, Jean-Charles – Saints (II. Dans les églises latines A. Des origines au 9e siècle). *In* VILLER, Marcel – ***Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique : doctrine et histoire (org. Marcel Viller)*.** Paris: Gabriel Beauchesne, [s.d.], vol.14, cols.203-212.

PIDAL, Menéndez – **Idea Imperial de Carlos V**. 4ª edição. Madrid: Espasa-Calpe, 1955, [1938].

PIRES, António M. Bettencourt Machado – **D. Sebastião e o Encoberto.** 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982 [1971].

PLÍNIO, o-Moço – Panégyrique de Trajan. *In* **Letttres** (trad. de Marcel Durry). 3ª edição. Paris: Société d'édition «Les Belles Lettres», 1972 [1948], Tomo IV, pp.86-184.

RORDORF, Willy – Martyre (I. Les martyrs des premiers siècles). *In* VILLER, Marcel (dir.) – **Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique : doctrine et histoire** Paris: Gabriel Beauchesne, 1987, vol. 10-1, cols.718-726.

ROSENTHAL, Earl – Plus Ultra, Non plus Ultra, and the Columnar Device of Emperor Charles V. *In* **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes** [s.l.], 1971, vol. 34, pp.204-228.

SENA, Jorge de – **A estrutura de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI.** Lisboa: Portugália Editora, 1970.

SÉRGIO, António – **O desejado** (testemunhos históricos). Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924.

---------- **Camões e D. Sebastião: rudimentar organização de documentos para o estudo de um problema curioso.** Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1925.

SERRÃO, Vítor – **A Pintura Maneirista em Portugal.** Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Coleção Biblioteca Breve, Artes visuais), 1982.

---------- Rei D. Sebastião, representado como S. Sebastião. In AZEVEDO, Carlos (org.) – **O Mártir Ferido na Árvore: Catálogo da Exposição Comemorativa dos 500 Anos da Festa das Fogaceiras em Honra de São Sebastião.** Santa Maria da Feira: Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2005, pp.132-133.

---------- Camões e os altos cumes das artes. *In* **Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas**, 2024, nº28 (Luís de Camões: o futuro do passado), pp.59-70.

SILVA, Vítor Aguiar e – O mito de Actéon como alegoria e como símbolo na poesia de Camões. *In* **Camões: Labirintos e Fascínios.** 2ª edição. Lisboa: Edições Cotovia, 1999 [1994], pp.155-160.

---------- Camões e D. Sebastião. *In* SILVA, Vítor Aguiar e (org.) – **Dicionário de Luís de Camões** (org. Vítor Aguiar e Silva). Alfragide: Editorial Caminho, 2011a, pp.128-134.

---------- (O) Cânone das Rimas. *In* SILVA, Vítor Aguiar e (org.) – **Dicionário de Luís de Camões**. Alfragide: Editorial Caminho, pp.228-241.

SOARES, Nair Nazaré Castro – A literatura de sentenças no humanismo português: *res et verba*. *In* **Humanitas**, 1991, nº43-44, pp.337-410.

---------- **O Príncipe Ideal no Século XVI e a Obra de D. Jerónimo Osório.** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1994.

SOLIGNAC, Aimé – Martyre (II. Théologie et spiritualité du martyre). *In* VILLER, Marcel (org.) – **Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique : doctrine et histoire** Paris: Gabriel Beauchesne, 1987, vol. 10-1, cols.726-732.

SOUSA, Manuel de Faria e – **Os Lusíadas** / comentados por Manuel de Faria e Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972a [1639], 2 vols.

---------- **Rimas várias** / comentadas por Manuel de Faria e Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 1972b [1685], 2 vols.

---------- **Europa portuguesa, segunda Edicion correta, illustrada, y añadida en tantos lugares y com tales ventajas que es lobor nuebo.** Em Lisboa: a costa d'Antonio Craesbeeck de Mello, 1679, Volume II, Tomo III, Parte I.

TEIVE, Diogo de – **Tragédia do Príncipe João** (introd., texto, versão e notas de Nair de Nazaré Castro Soares). 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999 [1554].

---------- *Obra Completa* (org. e trad. de António Guimarães Pinto). Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2012.

TRIGUEIROS, António Miguel – A numismática na XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura. Separata de **Nvmmvs**, 1981-83, 2ª série, volume IV-V-VI. Porto: Sociedade Portuguesa de Numismática, pp.333-339.

TRUJILLO, Mª Luisa Harto – El *exemplum* como figura retórica en el renacimiento. *In* **Humanitas**, 2011, nº63, pp.509-526.

VAUCHEZ, André – Saints (II. B. Du 10e siècle au concile de Trente). *In* VILLLER, Marcel (org.) – **Dictionnaire de spiritualité ascétique et mystique : doctrine et histoire** Paris: Gabriel Beauchesne, [s.d.], vol. 14, cols. 212-222.

VELLOSO, J. M. de Queiroz – **D. Sebastião: 1554-1578.** 2ª edição. Lisboa: Emprensa Nacional de Publicidade, 1935.

VORAGINE, Tiago de – **Legenda Áurea** (introd. Aníbal Pinto de Castro). Porto: Civilização, 2004, pp.126-130.